



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

Keltryn Wendland

**As representações das candidatas à vice-presidência da República na campanha
eleitoral de 2018 no jornal *Folha de S. Paulo***

Florianópolis
2020

Keltryn Wendland

As representações das candidatas à vice-presidência da República na campanha eleitoral de 2018 no jornal *Folha de S. Paulo*

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de mestre em Jornalismo.

Orientadora: Prof. Maria Terezinha da Silva, Dra.

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Wendland, Keltryn

As representações das candidatas à vice-presidência da República na campanha eleitoral de 2018 no jornal Folha de S. Paulo / Keltryn Wendland ; orientador, Maria Terezinha da Silva, 2020.
158 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Jornalismo . 3. Representações Sociais. 4. Mulheres na Política. I. Silva, Maria Terezinha da. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. III. Título.

Keltryn Wendland

As representações das candidatas à vice-presidência da República na campanha eleitoral de 2018 no jornal *Folha de S. Paulo*

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Maria Terezinha da Silva, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.(a) Daiane Bertasso Ribeiro, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.(a) Vanessa Lehmkuhl Pedro, Dra.
Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Jornalismo.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.(a) Maria Terezinha da Silva, Dra. Orientadora

Florianópolis, 2020.

“Cada um lê com os olhos que têm. E interpreta a partir de onde os pés pisam. Todo ponto de vista é a vista de um ponto.”

Leonardo Boff

AGRADECIMENTOS

É com alívio na alma e um sentimento de enorme gratidão ao Criador que escrevo para agradecer por todos os aprendizados que o Mestrado me trouxe. A conclusão e entrega dessa pesquisa representa a finalização de uma etapa que durou três anos. Um tempo maior do que eu imaginava ou gostaria, mas o tempo necessário para eu aprender que todas as coisas acontecem por uma razão. Não foram tempos fáceis. Não somente por causa da pesquisa e da vida acadêmica que requer dedicação, disciplina, foco e paciência. Foi também porque eu precisava aprender tudo isso para a vida. E nesse estágio atual posso dizer que já aprendi muito, e que estou no caminho, pois o autoconhecimento é um trabalho que nunca termina, diferente do Mestrado que tem prazo. Por isso, gostaria de agradecer a todos que me acompanharam e me apoiaram nessa jornada. Primeiramente, agradeço e dedico esse trabalho a minha amada filha Maria Luiza, pela resiliência, amor e apoio incondicional. Aos meus pais, Wilson e Vilma, que não apenas entenderam o que o mestrado significa para mim, mas me apoiaram financeiramente quando pedi demissão de um trabalho para concluir a pesquisa. A todos os terapeutas que recorri em busca de tratamento e respostas para as minhas angústias nesse período, e que, por fim, me mostraram que as respostas estavam e sempre estarão dentro de mim, e não fora. Meu agradecimento a todos os professores, servidores que integram o Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC por todo o empenho e estímulo à pesquisa, e aos colegas da turma de 2017 que trilharam comigo essa grande jornada. E, claro, meu reconhecimento e agradecimento a minha orientadora, Terezinha, pela paciência e por todos os ensinamentos.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a construção de representações sociais pelo jornalismo sobre as mulheres que se candidataram à vice-presidência da República na eleição de 2018. A pesquisa tem como objetivo geral identificar e analisar as representações construídas sobre as cinco candidatas a vice-presidente: Ana Amélia Lemos (PP); Manuela D'Ávila (PCdoB); Kátia Abreu (PDT); Sônia Guajajara (PSOL) e Suelene Balduino (Patriota) na cobertura jornalística da eleição presidencial de 2018 realizada pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Busca-se verificar se o fato de ter mais mulheres presentes na disputa à vice-presidência resultou em um tratamento jornalístico que potencialize novas representações sobre o papel das mulheres na sociedade e sobre a atuação delas na política. Adotamos o conceito de representação como central em nossa pesquisa e a partir da abordagem de Serge Moscovici (2009), que entende representações sociais como um modo específico de compreensão da realidade que tem o propósito de tornar familiar o não-familiar. Para o autor, as representações são um sistema de valores, ideias e práticas, que tem duas funções fundamentais: permitir às pessoas orientar-se no mundo e tornar a comunicação possível entre os membros de uma comunidade (MOSCOVICI, 2009, p. 35). A partir deste conceito, adotamos duas dimensões de análise: 1) *Destaque dado e Temas* associados às mulheres candidatas à vice-presidência da República; e 2) *Representações* construídas sobre elas. O *corpus* da pesquisa é composto por 80 textos jornalísticos publicados pela *Folha de S. Paulo* entre 5 de agosto a 28 de outubro de 2018, período que compreende a homologação oficial das chapas concorrentes à Presidência da República e o final do segundo turno das eleições. A análise mostra que, de modo geral, as candidatas tiveram pouco destaque na cobertura jornalística realizada pela *Folha de S. Paulo*, tanto em termos quantitativos como qualitativos. A presença significativa de mulheres como candidatas à vice-Presidência da República não repercutiu na cobertura do jornal enquanto uma novidade política e histórica. O jornal tratou a participação delas com superficialidade, sem estimular a produção de novas representações sobre as mulheres na política, limitando-se a reforçar estereótipos de gênero e da representação da política como uma esfera predominantemente masculina. Entre os achados da pesquisa, destaca-se que os relatos produzidos reforçam que suas candidaturas são geralmente vistas como estratégia para atrair o voto feminino, mostram que elas praticamente não ganham espaço na mídia para se expressar sobre temas coletivos que interessam ao eleitorado em geral, nem mesmo aqueles que interessam a outras mulheres ou que marcam a trajetória política das próprias candidatas.

Palavras-chave: Jornalismo 1. Representações sociais 2. Mulheres na política 3.

ABSTRACT

This research aims to study the construction by journalism of social representations about women who ran for Republic's vice president in the 2018 election. The main objective is to identify and analyze the representations built about the five candidates for vice president: Ana Amélia Lemos (PP); Manuela D'Ávila (PCdoB); Kátia Abreu (PDT); Sônia Guajajara (PSOL) and Suelene Balduino (Patriota) in the *Folha de S. Paulo* news coverage of the 2018 presidential election. Aiming to verify the fact of having more women in the vice-presidential running it resulted in a journalistic procedure that maximizes new representations about the women role in the society and about their action in Politics. It was applied the representation concept of Serge Moscovici's approach (2009) that sees social representations as a specific way of understanding the reality which purpose is to make familiar what is not-familiar. To the author, representations are a system of values, ideas and practices that have two fundamental functions: allowing people to guide themselves in the world and making possible the communication between members of a community (MOSCOVICI, 2009, p. 35). It was adopted two dimensions of analyses: 1) Highlight given to the themes associated to women running for vice-president of the Republic; and 2) Representations about the women running for vice-president of the Republic. The research corpus is made of 80 journalistic texts published in the *Folha de S. Paulo* newspaper from August 5th to October the 28th which is the official approval period of the parties running for President of the Republic and the end of the elections run-off. The analyses shows that the significant presence of female candidates for vice-president of the Republic was not made known in *Folha de S. Paulo* newspaper as a political and historical newness. In a broader way, the female candidates had little emphasis qualitatively and quantitatively speaking. The newspaper handled women participation superficially and did not stimulate the production of new representations about women in Politics; it limited itself to reinforce gender stereotypes and to represent the political domain as predominantly masculine. The coverage reinforces generally that: women's names choice to run for vice-president is a strategy of the parties to bring over female votes; the female candidates are not protagonists; they do not have space in the media channels to express themselves about themes that are interesting to electorate in general, to other women or even to those subjects that have stood out in their political careers as candidates.

Key-words: Journalism 1. Social representations 2. Women in Politics 3.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A candidata Kátia Abreu	89
Figura 2 - Candidato Geraldo Alckmin e a vice Ana Amélia em caminhada de campanha.....	101
Figura 3 - Candidato a vice pela chapa do PT, Fernando Haddad, a esposa Ana Estela Haddad e Manuela D' Ávila (PC do B).....	111
Figura 4 - Sonia Guajajara, vice na chapa do presidencial Guilherme Boulos (PSOL).....	124

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 - Presidentes e vices do Brasil	35
Quadro 2 - Matérias jornalísticas relativas à cada candidata	84
Quadro 3 - Principais temas gerais das matérias da Folha de S. Paulo.....	85
Gráfico 1 - Destaque dado à candidata Kátia abreu.....	89
Gráfico 2 – Eixos temáticos das representações de Kátia Abreu.....	90
Gráfico 3 - Destaque dado à candidata Ana Amélia.....	91
Gráfico 4 - Eixos temáticos das representações de Ana Amélia.....	103
Gráfico 5 - Destaque dado à Manuela D' Ávila.....	111
Gráfico 6 - Eixos temáticos das representações de Manuela D' Ávila.....	113
Gráfico 7 - Destaque dado à candidata Sonia Guajajara.....	124
Gráfico 8 - Eixos temáticos das representações de Sonia Guajajara.....	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abdib Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base
ANPOCS Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
FUNAI Fundação Nacional do Índio
APIB Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
BNDS Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCJ.Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara Federal dos Deputados
CNA Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
COAPIMA Coordenação das Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão)
COP16 Cúpula do Clima da ONU
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Intercom Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
IPPH Instituto Paulista Promoção Humana em Lins
IVC Instituto Verificador de Comunicação
LEGH Laboratório de Estudos de Gênero e História
MBL Movimento Brasil Livre
ONU Organização das Nações Unidas
PATRI Partido Patriotas
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PIB Produto Interno Bruto
PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP Partido Progressista
PSDB Partido da Social-Democracia Brasileira
PSL Partido Social Liberal
PSOL Partido Socialismo e Liberdade
PSTU Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT Partido dos Trabalhadores
PUC Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RBS Rede Brasil Sul
SBPJOR Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

SCIELO Scientific Eletronic Library Online

TSE Tribunal Superior Eleitoral

UEMA Universidade Estadual do Maranhão

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

UFG Universidade Federal de Goiás

UJS União da Juventude Socialista

UNE União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	GÊNERO, POLÍTICA E COMUNICAÇÃO.....	22
2.1	Mulheres e política: a conquista do voto e outras lutas.....	23
2.2	O papel de Vice-presidente.....	31
2.3	Mulheres e Gênero enquanto categoria de análise.....	38
2.4	Mulheres políticas como objeto de estudo no campo da Comunicação.....	45
3	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, COMUNICAÇÃO E JORNALISMO.....	53
3.1.	Representações sociais: conceito e fenômeno.....	53
3.2	Mecanismos da representação: ancoragem e objetivação.....	58
3.3	Representação, comunicação e linguagem: construção de uma realidade comum..	61
3.4.	Representação, cultura, estereótipos e relações de poder.....	66
3.5	Representações como fenômeno comunicacional e o papel do jornalismo.....	69
3.6	O gênero no jornalismo e as representações da mulher na política	72
4	REPRESENTAÇÕES DAS CANDIDATAS A VICE-PRESIDENTE NAS ELEIÇÕES DE 2018 NA FOLHA DE S. PAULO.....	79
4.1	Problema de pesquisa e procedimentos metodológicos.....	79
4.1.1	<i>A candidata Kátia Abreu (PDT).....</i>	<i>79</i>
4.1.2	<i>Destaque dado e temas associados à Kátia Abreu.....</i>	<i>89</i>
4.1.3.	<i>As representações de Kátia Abreu na Folha.....</i>	<i>92</i>
4.2.1	<i>A candidata Ana Amélia Lemos (PP)</i>	<i>98</i>
4.2.2	<i>Destaque dado e temas associados à Ana Amélia</i>	<i>100</i>
4.2.3	<i>As representações de Ana Amélia</i>	<i>104</i>
4.3.1	<i>A candidata Manuela D'Ávila (PC do B)</i>	<i>108</i>
4.3.2	<i>Destaque dado e temas associados à Manuela D'Ávila.....</i>	<i>110</i>
4.3.3	<i>As representações de Manuela D'Ávila.....</i>	<i>113</i>
4.4.1	<i>A candidata Sônia Guajajara (PSOL).....</i>	<i>120</i>
4.4.2	<i>Destaque dado e temas associados à Sonia Guajajara.....</i>	<i>123</i>
4.4.3	<i>As representações de Sonia Guajajara.....</i>	<i>126</i>
4.5.1	<i>A candidata Suelene Balduino (PATRI).....</i>	<i>131</i>
4.5.2	<i>Destaque dado e temas associados à Suelene Balduino.....</i>	<i>131</i>
4.5.3	<i>As representações de Suelene Balduino</i>	<i>132</i>

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
	REFERÊNCIAS.....	145
	ANEXO	157

1 INTRODUÇÃO

A eleição para a presidência da República do Brasil em 2018 foi caracterizada pela primeira disputa eleitoral ocorrida após um período de governo de partidos de esquerda, marcado, entre outros aspectos, pela gestão da primeira mulher eleita para o comando do governo federal. Dilma Rousseff, primeira mulher presidente, foi escolhida duas vezes (2010 e 2014) para o cargo máximo da política institucional brasileira. A então presidente teve o mandato interrompido por um golpe em 2016, concretizado na forma de impeachment, em um processo desde então questionado em diferentes segmentos sociais no país, e no qual a questão de gênero aparece como um fator também importante em sua destituição da presidência da República.

No lugar de Dilma Rousseff, o vice-presidente, Michel Temer, assumiu o cargo de presidente em um momento no qual o país enfrentava um período difícil na economia, que vinha sendo permanentemente estimulado também por ações de vários segmentos políticos, grupos econômicos e até pela cobertura de parte da imprensa, descontentes com os rumos das políticas adotadas nos governos Lula e Dilma. Tal cenário também contribuiu para o afastamento de Dilma e para o contexto de incertezas econômicas e políticas em que aconteceram as eleições presidenciais de 2018. Foi uma eleição atravessada por uma crise política, intensa polarização ideológica e um constante acirramento marcado por acontecimentos que vinham se desenrolando ao menos desde 2013, como os protestos em todo o país¹, as ações da Operação Lava-Jato, os pênaltos contra o governo Dilma, seu impeachment em 2016, a greve de caminhoneiros que paralisou o Brasil por alguns dias em 2018, a condenação e prisão do ex-presidente Lula no mesmo ano, o que o impossibilitou de disputar a presidência da República.

Como um reflexo ou desdobramento desse contexto, as eleições presidenciais em 2018 no Brasil foram marcadas por intensa polarização ou radicalização política. Além da forma como a ex-presidente Dilma foi afastada do cargo, o julgamento, condenação e prisão do ex-presidente Lula durante aquele ano eleitoral, quando as pesquisas de opinião o apontavam em primeiro lugar nas intenções de voto, contribuíram para acirrar os conflitos políticos do período.

¹ No dia 6 de junho de 2013, um grupo chamado Movimento Passe Livre (MPL) realizou uma manifestação contra o aumento das tarifas de ônibus, metrô e trens em São Paulo. Nos dias seguintes aconteceram mobilizações em outras cidades e Estados, com atos de depredação de agências e ônibus, e enfrentamento com a polícia. Progressivamente, diferentes grupos e movimentos, com distintas pautas e interesses diversos, inclusive grupos de direita e extrema-direita, foram impulsionando outras manifestações em todo o país, desta vez direcionados sobretudo contra o governo Dilma. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44353703>. Acesso em: nov. 2020.

O contexto também foi marcado pelo crescimento e empoderamento da extrema-direita no Brasil, concretizada pela vitória de Jair Bolsonaro (à época no PSL, hoje sem partido) contra Fernando Haddad (PT).

Nesse cenário marcado por intensa divisão política e ideológica entre movimentos e partidos de direita e de esquerda, sobretudo de estímulo e propagação de um antipetismo na sociedade, ganhou visibilidade nas redes sociais também vários discursos do então deputado federal Jair Messias Bolsonaro, já conhecido por seus posicionamentos misóginos, racistas, contra direitos humanos e defensores da ditadura militar (1964-1985). O capitão reformado do Exército Brasileiro ingressou na política em 1989 ao eleger-se vereador pela cidade do Rio de Janeiro, e nos anos seguintes foi reeleito por sete mandatos, entre 1991 e 2018, como deputado federal. Aos 63 anos, embalado por pautas conservadoras, pelo discurso anticorrupção e pelo antipetismo que aglutinou diferentes grupos de centro, de direita e de extrema direita do Brasil, Bolsonaro foi eleito o 37º presidente da República, tendo como vice o general da reserva do Exército, Antônio Hamilton Mourão.

Importante citar que a campanha que antecedeu as eleições de 2018 também foi marcada por várias manifestações populares, especialmente por diversos movimentos de mulheres. Embora tais manifestações não tenham mudado o resultado das eleições, colaboraram para questionar o modo como as mulheres são tratadas e representadas cotidianamente, em vários espaços da vida social, inclusive na política. Um dos fatos marcantes neste período foram as discussões e atos de protestos protagonizados pelo “*Movimento Mulheres Unidas Contra Bolsonaro*”, um grupo criado por mulheres na plataforma de rede Social *Facebook*. Motivado pelas atitudes machistas e declarações misóginas do então candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro, o grupo organizou um protesto que ganhou grande repercussão e se difundiu nas diferentes redes sociais através das palavras-chave e hashtag² *#EleNão*. O protesto aconteceu em 29 de setembro de 2018 em centenas de cidades brasileiras, e até mesmo em outros países. Contou com a presença de presidentiáveis, como Marina Silva (REDE), Vera Lúcia (PSTU), e Guilherme Boulos (PSOL), e as candidatas à vice, Manuela D’Ávila (PC do B), da chapa de Fernando Haddad (PT), Kátia Abreu (PDT), vice de Ciro Gomes (PDT); e

² O termo hashtag, derivado do inglês, é associado a assuntos ou discussões que se deseja indexar em redes sociais, inserindo o símbolo da cerquilha (#) antes da palavra, frase ou expressão. A combinação do símbolo com a palavra ou frase publicada cria um hiperlink que direciona a uma página com outras publicações relacionadas ao mesmo tema. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/blog/o-que-e-hashtag/>. Acesso em: 10 out. 2020.

Sônia Guajajara (PSOL), vice de Boulos (PSOL), segundo informações publicadas naquele ano pela *Folha de S. Paulo*³.

A Rede BBC Brasil⁴ noticiou que a manifestação realizada pelo Movimento *Ele Não* foi a maior manifestação de mulheres já realizada na história do Brasil. Além disso, também foi uma das maiores manifestações contra um candidato, independentemente da organização das mulheres. Entrevistada pela BBC Brasil, a professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Céli Regina Jardim Pinto, autora do livro *Uma História do Feminismo no Brasil*, apontou algumas das razões para o tamanho da manifestação. Para a pesquisadora, um dos motivos que fortaleceu a adesão de diversos grupos ao movimento foi a diversidade de pautas além do feminismo, como a defesa da democracia e dos direitos humanos.

Além disso, o movimento das mulheres nas ruas também foi marcado pela diferença entre a preferência do eleitorado. A mesma matéria da BBC aponta que uma pesquisa de intenção de votos, divulgada pelo Instituto Datafolha no dia 28 de setembro, indicava 37% da intenção de votos dos homens em Bolsonaro, no primeiro turno. Entre as mulheres o índice era de 21% para Bolsonaro e 22% para o candidato Fernando Haddad (PT). A pesquisa também apontou que o índice de rejeição, em relação ao candidato, também era grande entre as mulheres, com um percentual de 52%, enquanto entre os homens era de 38%. Outro fator que explica a organização do movimento, segundo a pesquisadora ouvida pela BBC Brasil, foi a mobilização gerada pelas redes sociais. A ideia surgiu em grupo na plataforma de rede social do *Facebook*, que no dia da produção daquela reportagem já possuía mais de 3,88 milhões de membros. Foi a partir desse grupo que milhares de usuárias(os) da rede começaram a usar a hashtag *#EleNão* que se popularizou em outras redes sociais, como *Instagram* e *Twitter*, convocando aos protestos nas ruas.

Esse movimento, enquanto fato político permeado por uma série de ineditismos, chamou especialmente a atenção para a participação das mulheres na política, na avaliação da jornalista Rosana Pinheiro Machado. Em matéria⁵ publicada no jornal on-line *The Intercept Brasil*, a jornalista fez um contraponto em relação à *#Resistance* - um movimento realizado no *Twitter*, durante as eleições norte-americanas em 2016, que mobilizou a elite do cinema, das

³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/atos-de-mulheres-contrabolsonaro-reunem-milhares-em-mais-de-30-cidades.shtml?cmpid=assmob&origin=folha>. Acesso em: abril 2020.

⁴ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: abril 2020.

⁵ Disponível em: <https://theintercept.com/2018/09/28/elenao-movimento-feminista-politico/>. Acesso em: 20 jul.2020

artes e do teatro contra o candidato Donald Trump. Para Machado, a mobilização liderada pelas mulheres através do movimento *#EleNão* foi algo orgânico e suprapartidário, que, além de gerar um ato político, serviu de convergência para outras manifestações de mulheres, online e face à face. Para ela, o movimento diz respeito às formas como as mulheres estão fazendo política no século 21, que parecem não estar ainda bem compreendidas pela consciência masculina.

Se a eleição de 2018 não teve uma presença mais representativa de mulheres candidatas à Presidência da República (apenas uma, Marina Silva, do partido Rede) se comparada à de 2014 (Dilma Rousseff, do PT; Marina Silva, da Rede; Luciana Genro, do PSOL), não significa que elas não estavam presentes na chapa majoritária. A campanha eleitoral teve a participação de cinco mulheres candidatas à vice-presidente da República: Ana Amélia Lemos (PP); Manuela D'Ávila (PCdoB); Kátia Abreu (PDT); Sônia Guajajara (PSOL) e Suelene Balduino (Patriota). Ser vice, certamente, tem sido historicamente considerado um papel de menor peso (em termos de ocupação de espaço e de tomadas de decisões) que pode e deve ser problematizado. Mas, ainda assim, chamou a nossa atenção essa maior presença feminina na chapa majoritária da eleição presidencial de 2018. Acreditamos que tal presença permite novas discussões e representações sobre o lugar das mulheres na sociedade e a atuação delas na política. Trata-se, portanto, de um fato político e social também relevante e foi isso que nos estimulou a refletir a respeito na pesquisa de Mestrado.

Será que a ocupação feminina deste espaço na chapa majoritária para a Presidência da República teve alguma repercussão na cobertura jornalística daquela campanha, no que se refere às cinco candidatas à vice-presidente, resultando em um tratamento jornalístico que potencialize novas representações sociais sobre o papel das mulheres na sociedade e sobre a atuação delas na política? Quais representações foram construídas sobre as candidatas? Essa é a questão-problema que buscamos investigar nesta pesquisa de Mestrado, estudando a cobertura realizada sobre as candidatas à vice-Presidência em um jornal tido como referência nacional – a *Folha de S. Paulo*.

Esta dissertação toma, então, como objeto de estudo a construção de representações sociais pelo jornalismo sobre as mulheres que se candidataram à vice-Presidência na eleição de 2018. A pesquisa tem como objetivo geral identificar e analisar as representações elaboradas sobre as cinco candidatas a vice-presidente: Ana Amélia Lemos (PP); Manuela D'Ávila (PCdoB); Kátia Abreu (PDT); Sônia Guajajara (PSOL) e Suelene Balduino (Patriota) na cobertura jornalística da eleição presidencial de 2018 realizada pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

Na investigação sobre a relação entre o jornalismo e a produção de representações de mulheres políticas nas eleições presidenciais de 2018, estruturamos a pesquisa em três partes. Na primeira, fazemos um breve resgate histórico sobre a conquista do voto feminino, a partir da mobilização dos movimentos feministas na Europa, no final do século XIX e início do XX (BIROLI, 2010, 2020; LIMA; SIMÕES, 2017; LIMONGI, OLIVEIRA, SCHMITT, 2018; NUNES, 2018). Nesse percurso, também detalhamos como foi a instituição da primeira política de votos para mulheres no Brasil, que, a exemplo de outros países, aconteceu de forma gradativa (LIMONGI, OLIVEIRA, SCHMITT, 2018; NUNES, 2018).

Também no primeiro capítulo, discutimos como a conquista e consolidação do direito de votarem e serem votadas, a adoção da política de cotas, e o fato de o Brasil ter a maioria do eleitorado brasileiro formado por mulheres (52,49% do total), ainda não se refletiram, na prática, em um aumento da participação de mulheres em cargos políticos. Isso é revelado por pesquisa divulgada pelo IBGE em 2018, na qual o Brasil ocupava naquele ano a 152ª posição, em um ranking com 190 países, o pior resultado entre os países sul-americanos. Tal contexto da participação da mulher na política brasileira nos levou a investigar de que modo a questão de gênero permeia os processos políticos no país. Além disso, recorreremos às reflexões de algumas referências em estudos de gênero (BUTLER, 2003; CRESCÊNCIO, SILVA, BRISTOT, 2017; PEDRO, PEREIRA, VENSON, 2017; PISCITELLI, 2002; SCOTT, 1995) para situarmos nossa compreensão do que é ser mulher na sociedade contemporânea. Fundamentamos nossa visão no conceito de gênero de Joan Scott, cujo eixo central é a relação entre gênero, poder e política (SCOTT, 1995).

A partir dessa discussão, ainda no primeiro capítulo, apresentamos alguns estudos no campo da Comunicação e do Jornalismo que já tomaram a participação da mulher na política como objeto de estudo (ALMEIDA, 2013; BIACHI, 2013; BIROLI, MIGUEL, 2008; MIGUEL, BIROLI, 2009; MOTA, BIROLI, 2014; ORSATO, 2013). Os estudos nos mostram como a visibilidade midiática se torna uma forma de capital político para mulheres que já atuam politicamente. Além disso, altera a forma de representar mulheres políticas, através da utilização de estereótipos de gênero que constroem a ação política (BIROLI; MIGUEL, 2008). Tal discussão nos permite ver os meios de comunicação como uma esfera de representação privilegiada para a disseminação de ideias, do que é política e quem participa dela (MIGUEL; BIROLI, 2009), podendo, portanto, tanto reforçar representações vigentes e hegemônicas quanto questioná-las e colaborar para a produção de novas representações.

O conceito central de nossa pesquisa – representação – é exposto e discutido no segundo capítulo. Nos apoiamos na concepção de representação social da abordagem de Serge Moscovici (2009), que é o fundamento principal de nossas escolhas teórico-metodológicas. Moscovici entende representações como “um sistema de valores ideias e práticas com uma dupla função”: as representações servem para nos orientar no mundo social e tornar possível a comunicação, através de códigos que ajudam a nomear e classificar (MOSCOVICI, 2009, p. 35) os objetos, pessoas, acontecimentos etc. a partir de sentidos que são socialmente compartilhados. Para o autor, a finalidade primordial de toda representação é tornar familiar aquilo que não é familiar para os indivíduos. Como complemento, também encontramos em Stuart Hall (2016) a compreensão de que as representações se relacionam com o exercício do poder, em termos simbólicos, na medida que são consideradas uma prática central na produção daquilo que entendemos como cultura (HALL, 2016). Com Hall, compreendemos o conceito de estereotipagem, que atua como um tipo de poder hegemônico e discursivo se manifestando de diversas formas, seja através da cultura, das imagens, da representação, entre outros. Tal reflexão nos ajudou a observar como a produção de estereótipos opera no jornalismo, através de práticas discursivas que se apossam de algumas características de uma pessoa, reduzindo-a a esses traços, que podem ser exagerados, simplificados e naturalizados, fixando desse modo a diferença.

Partindo deste fundamento, compreendemos que as práticas de comunicação - entre as quais as práticas e narrativas do Jornalismo - ocupam um lugar fundamental na (re)construção permanente de representações acerca de sujeitos e grupos sociais. A relação de mútua dependência entre as representações e as práticas de comunicação é explicitada através dos estudos de referências no campo da comunicação (FRANÇA, 2004; ANTUNES; LARA, 2013; CORRÊA; NASCIMENTO, 2014), que discutem como as representações socialmente compartilhadas possibilitam a comunicação humana, e como a comunicação (re) constrói e faz circular as representações. Essa perspectiva nos ajuda a pensar como o jornalismo e sua produção materializada em mídias é um espaço importante para observar as representações produzidas e em circulação na sociedade – como é o caso das representações sobre as mulheres com atuação na política institucional, objeto de estudo desta pesquisa.

No terceiro capítulo apresentamos o problema de pesquisa e explicitamos os passos da metodologia para identificar e analisar as representações construídas sobre as cinco mulheres candidatas à vice-presidência da República no jornal *Folha de S. Paulo*, nosso objeto empírico. A partir de uma exploração inicial ao material produzido pela imprensa nas eleições

de 2018, definiu-se como *corpus* da pesquisa 80 textos da *Folha de S. Paulo*, que mencionavam as cinco candidatas a vice-presidente no período da campanha eleitoral. A partir da concepção de representação social em Moscovici (2009) e no diálogo com o material empírico coletado, definimos duas dimensões de análise para identificar e analisar as representações que emergem dos relatos da *Folha de S. Paulo*: 1) *Destaque e temas* aos quais as mulheres candidatas são associadas; e 2) *Representações* construídas sobre elas. Essas dimensões de análise nos ajudaram a identificar o que foi relatado sobre as mulheres candidatas e sua atuação, a visibilidade ou destaque que lhes são dados na cobertura da eleição, bem como o modo como os relatos sugerem ou constroem representações sobre elas, suas ações e o papel desempenhado naquele contexto.

Nas considerações finais, os (as) leitores(as) encontrarão um breve resumo de nosso percurso de pesquisa. Destaca-se a síntese feita sobre as representações construídas sobre as candidatas em cada um dos eixos temáticos analisados e que, no nosso entendimento, projetam certas formas de representá-las. Apontamos nossas reflexões sobre como as questões de gênero incidiram nessas construções. Também explicitamos nossa conclusão sobre se a maior presença de mulheres na chapa majoritária da presidência da República em 2018 resultou em uma cobertura jornalística por parte de *Folha de S. Paulo* estimulando novas representações sobre as candidatas e sua atuação política.

2 GÊNERO, POLÍTICA E COMUNICAÇÃO

Neste primeiro capítulo da dissertação apresentamos três aspectos importantes para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Primeiramente, traçamos um breve panorama histórico sobre a participação das mulheres na política. Objetiva-se indicar algumas das principais mudanças ocorridas e iniciativas sociais e/ou institucionais, em décadas recentes, que estimularam uma maior presença delas na política ou, de alguma forma, influenciaram o tipo de participação que elas têm atualmente no campo político institucional – seja nos partidos, cargos públicos eletivos ou outros espaços de poder político.

Desse modo, o capítulo discutirá, a partir de referências bibliográficas (BIROLI, 2010, 2020; LIMA; SIMÕES, 2017; LIMONGI, OLIVEIRA, SCHMITT, 2018; NUNES, 2018) e legislação pertinente, questões ligadas à conquista do direito feminino ao voto e a candidatar-se, a Lei de Obrigatoriedade de Cotas, o Fundo Eleitoral Partidário, além de dados numéricos sobre a presença das mulheres em processos eleitorais e cargos públicos eletivos. Considerando nosso foco nas candidatas à vice-presidência, também realizamos uma breve apresentação das funções do cargo, e os nomes que já ocuparam a vaga em mandatos anteriores (SOUZA, 2017) ao segundo posto mais importante da política brasileira.

Ainda neste capítulo, recorre-se a reflexões de algumas referências em estudos de gênero que nos ajudam a compreender e discutir o conceito de gênero, apresentar nossa compreensão sobre o que é ser mulher na sociedade contemporânea e compreender o lugar da mulher na sociedade e na política nos dias atuais. Dialoga-se também com alguns estudos no campo da Comunicação e do Jornalismo que já tomaram a participação da mulher na política como objeto de estudo e que trazem elementos importantes à nossa pesquisa. No final do percurso deste primeiro capítulo, situamos os(as) leitores(as) brevemente no contexto sócio-político que precedeu a campanha eleitoral à presidência da República em 2018, mencionando em destaque os seis anos de Dilma Rousseff como primeira mulher Presidente do Brasil e seu posterior processo de impeachment.

2.1 Mulheres e política: a conquista do voto e outras lutas

Um dos mais importantes passos na luta para a participação das mulheres na política foi a conquista do voto feminino. Ainda que, desde a Grécia e Roma antigas, a cidadania e o voto estivessem ligados, o direito de participar da esfera política era concedido apenas para

alguns homens⁶. Historicamente, portanto, é somente a partir do final do século XIX e início do XX, através da mobilização dos movimentos feministas, que a conquista do voto feminino se torna uma pauta política e social. Na Europa, a Nova Zelândia foi o primeiro país a garantir esse direito em 1893, seguido pela Finlândia em 1906⁷. Nos Estados Unidos, o direito ao voto feminino foi assegurado somente em 1920, após uma ratificação da 19ª emenda à Constituição Americana. Entretanto, cabe pontuar que nem todas as mulheres tiveram assegurado esse direito, pois as mulheres negras norte-americanas puderam votar somente em 1964, através da Lei dos Direitos Civis⁸.

A exemplo do que aconteceu nos Estados Unidos, em outros países a concessão e expansão do voto feminino no Brasil também ocorreu de forma gradativa, e também com grande influência do movimento feminista. Na década de 1910, a brasileira Bertha Lutz, cientista e bióloga, iniciou a luta pelo voto, fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. A organização, que fez campanha pelo voto público, levou em 1927 um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Lamartine, que autorizava o voto feminino.

Esse direito foi conquistado em 1932, quando entrou em vigor o Código Eleitoral Brasileiro, no dia 24 de fevereiro de 1932, que estabeleceu a prerrogativa do voto para as mulheres. Todavia, esse direito era concedido somente para as casadas, desde que tivessem a autorização do marido, e para as viúvas com renda própria, como esclarece o site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Um mapeamento mais aprofundado sobre a legislação brasileira feito pelos pesquisadores Fernando Limongi, Juliana de Souza Oliveira e Stefanie Tomé Schmitt (2018), do Departamento de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), de Ciência Política e do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais da Universidade de São Paulo (USP), revelou que, de fato, a legislação eleitoral para homens e mulheres se tornou equiparada no ano de 1965. O artigo reconstitui a trajetória da concessão e expansão dos direitos políticos às mulheres no Brasil. Aponta que, desde o Império, a exclusão da mulher na política brasileira aconteceu sem que isso fosse explicitado nos textos legais. Portanto, aponta a análise, como não era autorizado

⁶ Disponível em: <https://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/>. Acesso em: out. 2020.

⁷ Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/direito-ao-voto-feminino-que-completa-hoje-80-anos-resultou-de-um-longo-processo-de-mobilizacao/>. Acesso em: 20 de out. 2020.

⁸ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/08/18/ha-100-anos-sufragistas-americanas-conquistavam-direito-ao-voto-feminino>. Acesso em: out. 2020.

o voto, presumia-se que era negado. A pesquisa conclui que o direito pleno ao voto pelas brasileiras foi obtido somente no ano de 1965.

Para chegar à essa conclusão, os pesquisadores mapearam os termos que incluíam o debate sobre o voto feminino nas Assembleias Constituintes de 1824, 1891, 1934 e 1946, os projetos de lei que abordaram o direito político de mulheres, e as informações fornecidas pelos Boletins Eleitorais Estaduais e arquivos do TSE. Os autores descrevem, a partir do levantamento, que as mudanças ocorreram nesse período apenas como uma “naturalização da exclusão”. Isso, porque, segundo eles, antes mesmo da promulgação do Código Eleitoral em 1932, que previu o direito ao voto para mulheres, não havia uma negação explícita do voto feminino nos diplomas legais.

Por exemplo, a Constituição de 1824, em seu artigo 94, nega explicitamente o direito ao voto aos que não possuem renda anual acima de duzentos mil reis, os libertos e os criminosos pronunciados. As mulheres, que também não podiam votar, não aparecem elencadas entre as exclusões. Esse silêncio perdurou por todo o período imperial (LIMONGI; OLIVEIRA; SCHMITT, 2018, p. 2).

Após 1932 - citam os pesquisadores -, o alistamento e o voto eram obrigatórios para os homens, e o voto era voluntário para as mulheres que não trabalhavam. “A voluntariedade era uma forma disfarçada de deixar a decisão nas mãos do chefe de família, isto é, de não garantir às mulheres o direito de votar, caso seus maridos não autorizassem sua participação na vida política” (LIMONGI; OLIVEIRA; SCHMITT, 2018, p. 9). Desse modo, a pesquisa aponta que a promulgação da Lei 4.121, de 1963, que alterou a situação jurídica da mulher casada, retirando-a do rol dos incapazes mencionado pelo Código Civil, fez com que o voto feminino voluntário perdesse o sentido. Com isso, concluem os pesquisadores, o Código Eleitoral de 1965 derrubou a distinção entre homens e mulheres e colocou a legislação eleitoral em sintonia com a legislação civil.

O estudo também aponta que neste período (1932-1965), enquanto prevaleceu o voto feminino voluntário, as mulheres que se inscreviam para votar foram em menor número que os homens, em torno de 34% - uma proporção de uma mulher para cada dois homens inscritos. Além disso, a pesquisa revelou que, do ponto de vista das candidaturas e exercício de mandatos eletivos, apenas três mulheres⁹ ocuparam cadeiras na Câmara dos Deputados. Não foi

⁹ São elas: Ivette Vargas, do PTB-SP; Nita Costa, do PTB-BA e Nedy Novaes, do PTB-BA (LIMONGI; OLIVEIRA; SCHMITT, 2018).

encontrado nenhum registro de candidatura feminina ao Senado ou Governo Federal (LIMONGI; OLIVEIRA; SCHMITT, 2018).

Esse estudo que mapeou a trajetória e a concessão do voto feminino no Brasil nos ajuda a entender que, apesar dos avanços históricos, sem restrições legais que impeçam a participação feminina nas eleições, ainda hoje um pequeno número de mulheres consegue alcançar êxito nas eleições, embora elas sejam a maioria da população brasileira. Dados do IBGE¹⁰ mostram que atualmente a população brasileira é de 212 milhões, com 147.918.483 eleitores aptos a votar nas eleições de 2020¹¹, segundo o TSE. O levantamento aponta que a maioria do eleitorado é formado por mulheres, que representam 52,49% do total, com 77.649.569 eleitoras. Ainda assim, o Brasil tem uma das menores representatividades de mulheres eleitas na América Latina, como veremos adiante.

Uma pesquisa divulgada pelo IBGE em 2018, com dados do monitoramento realizado pela Inter-Parliamentary Union (IPU)¹², mostra a desigualdade brasileira quanto à ocupação de cadeiras parlamentares, em relação a outros países. No ranking com 190 países, Ruanda, que lidera desde 2008, apareceu em primeiro lugar, com as mulheres ocupando 61,3% do parlamento do país. Já o Brasil ocupava a 152ª posição, com o pior resultado entre os países sul-americanos. Naquele ano, a Bolívia apareceu na 2ª posição, com 53,1% das cadeiras na Câmara ocupadas por mulheres. Nas eleições¹³ realizadas no dia 18 de setembro de 2020, dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) da Bolívia mostram as mulheres conquistaram 20 das 36 cadeiras (56%) do Senado e 62 das 130 cadeiras (48%) da Câmara Baixa. Esse resultado, considerado um recorde, colocou o país andino no topo da representação feminina na América do Sul. Um resultado atribuído à política de paridade e alternância, implementado no país pelo *Movimento Ao Socialismo – Instrumento Político pela Soberania dos Povos* (MAS-IPSP).

A política de adoção de cotas para mulheres foi um instrumento firmado durante a Conferência de Beijing de 1995 (IV Conferência Mundial sobre a Mulher), adotada em diversos países, entre eles o Brasil, que assinou¹ a Plataforma de Ação Mundial que recomendava ações para acelerar as defasagens de gênero.

¹⁰ Consulta feita no site do IBGE. Disponível em:

https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php. Acesso em: out. 2020

¹¹ Dados obtidos no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Agosto/brasil-tem-147-9-milhoes-de-eleitores-aptos-a-votar-nas-eleicoes-2020>. Acesso em: out. 2020.

¹² A Inter-Parliamentary Union (IPU) é uma organização, com sede na Suíça, que tem o objetivo de mediar os contatos multilaterais dos parlamentares dos países.

¹³ Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Bolivia-em-festa-mulheres-batem-recorde-no-parlamento-com-paridade-e-alternancia-/6/49121>. Acesso em: out. 2020

No Brasil, a política de cotas teve início com a aprovação da Lei 9.100/95, de autoria da então deputada federal Marta Suplicy, à época no PT, que estabeleceu o preenchimento de uma cota de, no mínimo, 20% por candidatas mulheres na lista de candidatos de cada partido ou coligação. Essa proposta, entretanto, era válida somente para as eleições das Câmaras Municipais. Em 1997 entrou em vigor a lei eleitoral 9.504/1997¹⁴, que no artigo 10, parágrafo 3º, ampliou a reserva de vagas para, no mínimo, 30% de candidaturas femininas e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo, nas listas dos partidos e coligações, com validade para as Assembleias Estaduais e Câmara Federal. Entretanto, como a lei indicava que o percentual de vagas a serem reservadas para as mulheres deveria ser calculado sobre o total de candidaturas que os partidos poderiam lançar nas eleições, ou seja, sobre a lista potencial e não sobre a quantidade final dos candidatos, os partidos aproveitaram a brecha da legislação e não completavam as vagas. Como forma de corrigir a situação, foi aprovada no ano de 2009 a Lei 12.034/2009 e deu nova redação à política, tornando obrigatório o mínimo de 30% de mulheres nas candidaturas eleitorais.

Sobre esse momento na vida política brasileira, a pesquisadora Flávia Biroli aponta, em entrevista concedida a portal de notícias em 29 de setembro de 2020¹⁵ que, mesmo com a mudança na redação da Legislação, nas eleições municipais de 2000, as mulheres corresponderam a 19% das candidaturas e 11,6% foram eleitas. Ela avalia que os resultados pouco mudaram nas eleições seguintes, pois, em 2016, o percentual de candidaturas femininas ultrapassou os 30%, mas o número de eleitas atingiu 13,5%, revelando ainda a sub-representação de mulheres pardas e negras, que foram apenas 5% das eleitas.

Flávia Biroli também analisou a mudança na Legislação em 2018 que ampliou de 15% para 30% a destinação dos recursos do Fundo Partidário para o financiamento de campanha para mulheres¹⁶ e o mesmo percentual para a propaganda eleitoral partidária no rádio e na TV. A cientista política explica que essas mudanças resultaram, nas eleições de 2018, em um aumento de 50% no percentual de eleitas na Câmara dos Deputados e de 41,2% no total de eleitas nas Assembleias Estaduais e no Distrito Federal. Ela destaca, entretanto, que mesmo assim, diante da obrigação legal de financiar candidaturas femininas, uma das formas

¹⁴ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020>. Acesso em: out. 2020

¹⁵ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/observatorio-das-eleicoes/2020/09/29/cotas-para-mulheres-mais-recursos-e-menos-laranjas.htm>. Acesso em: out. 2020

¹⁶ A mudança, conforme explica Biroli, foi provocada pela Ação de Inconstitucionalidade 5617, da Procuradoria Geral da República no Supremo Tribunal Federal (STF). O mesmo percentual no espaço da propaganda eleitoral partidária também foi confirmado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

encontradas pelos partidos de “não preterir” os homens foi a estratégia de apresentarem as candidaturas de fachada, também chamadas de candidaturas-laranja. Uma nova mudança através da Resolução 23.607/2019 determinou que os recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas devem ser aplicados pelas candidatas no interesse de suas campanhas ou no de outras campanhas femininas, e que as dobradinhas com homens somente podem ser financiadas, desde que com o interesse delas.

Além das mudanças na Legislação, a pesquisadora Flávia Biroli aponta que as plataformas, cursos de capacitação e movimentos de mulheres, e mais especificamente de mulheres negras, têm efeito potencial sobre as eleições. Para ela, após décadas de debates e ações, difundiu-se o entendimento de que há algo de errado no controle masculino de cargos. Na entrevista, a pesquisadora defende, que além das cotas ou sistema de paridade adotados por pelo menos 16 países da América Latina, as mudanças também passam “pela capilaridade dos feminismos, pelas candidaturas coletivas, e mudança na cobertura jornalística”.

A respeito da representatividade de mulheres eleitas, destacamos que o Brasil registra os mais baixos índices na América Latina. Um estudo¹⁷ sobre direitos políticos das mulheres, conduzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela ONU Mulheres, mostrou que o país está em 9º lugar entre 11 países da região. O diagnóstico, realizado entre janeiro e maio de 2019, analisou 40 indicadores, que vão desde a participação das mulheres no eleitorado, até a efetividade da política das cotas. Sobre esse tema, o estudo indica que a legislação é considerada frágil e teve um baixo impacto pela falta de mecanismo institucionais que garantissem sua efetividade e incidência nas condições de competitividade das candidaturas femininas.

Em relação ao número de eleitas, o estudo destaca que o número de deputadas federais ainda é baixo, com 15%, o que reflete a falta de investimento em candidaturas femininas. Já nos cargos do Poder Executivo e Legislativo os números são ainda mais baixos, pois os municípios contam com 11,5% das prefeitas e 13,5% das vereadoras. Nos estados e no Distrito Federal há apenas uma governadora, e 15,5% das cadeiras nas Assembleias Legislativas e na Câmara do Distrito Federal são ocupadas por mulheres. No Senado são 12 mulheres e 81 homens, o que representa um percentual de apenas 14, 80% das cadeiras ocupadas.

¹⁷ Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/estudo-conduzido-pelo-pnud-e-pela-onu-mulheres-sobre-direitos-politicos-das-mulheres-coloca-o-brasil-em-9o-lugar-entre-11-paises-da-america-latina/>. Acesso em: out. 2020

Por outro lado, destacamos a iniciativa da Argentina¹⁸, que, após ser o país pioneiro no mundo a adotar o sistema de cotas femininas para cargos legislativos em 1991 (a Lei entrou em vigor nas eleições de 1993), aprovou a lei de paridade de gênero, em 2017. A nova regra entrou em vigor nas eleições de 2019 determinando que na lista de candidatos de cada partido ou alianças para os cargos legislativos nacionais, o nome de homens e mulheres deverá aparecer de maneira sequencial até que se complete o total de cargos em disputa. Cabe ressaltar, entretanto, que o sistema argentino não é nominal como no Brasil, e as campanhas são centradas nas alianças. Desse modo, o nome que estiver no topo da lista ganhará mais visibilidade. Por isso, apesar da paridade, nas eleições¹⁹ realizadas no dia 27 de outubro de 2019 houve pouca mudança na composição do Legislativo argentino. Na Câmara dos Deputados, as mulheres que ocupavam 39% das cadeiras passaram para 40%, e no Senado de 42% para 38%. De qualquer forma, como vemos, representa um número bem superior à realidade brasileira.

Realidade essa que se expressa não somente na baixa representatividade de mulheres eleitas, como nas manobras e conchavos políticos para impedir até mesmo o efetivo exercício do mandato. O caso recente e um dos mais emblemáticos da história da política brasileira foi o processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Vana Rousseff, do PT. A biografia registrada na Biblioteca²⁰ da Presidência relata que a primeira mulher a se tornar Presidente da República do Brasil nasceu em 15 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte (MG). Filha do imigrante búlgaro Pedro Rousseff e da professora Dilma Jane da Silva, Dilma iniciou na vida política aos 16 anos ao integrar organizações de combate ao regime militar. Aos 23 anos foi presa, onde permaneceu por três anos (1970 a 1972), no presídio Tiradentes, na capital de São Paulo, após ser condenada por crime de subversão. Depois da libertação, formou-se em Economia (1977) e atuou também em diversas campanhas e mandatos políticos, ocupando diversos cargos, entre eles, de ministra de Minas e Energia (2003-2005) e chefe da Casa Civil em 2005, no governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), do PT. No dia 31 de outubro

¹⁸ Disponível em: <http://www.generonumero.media/paridade-genero-cotas-argentina/>. Acesso em: out. 2020.

¹⁹ Disponível em: <https://ctb.org.br/noticias/internacional/mulheres-sao-40-das-deputadas-na-argentina-com-volta-de-kirchner/>. Acesso em: out. 2020.

²⁰ Segundo o site da presidência da República, o afastamento de Dilma Rousseff aconteceu no dia 12 de maio de 2016, em decorrência da aprovação de denúncia de crime de responsabilidade nº 1/2015, parecer nº 475/2016 com votação e aprovação na Câmara dos Deputados em abril de 2016 e encaminhado ao Senado Federal para votação em maio de 2016, que resultou na admissibilidade da denúncia e instauração do processo de *impeachment* em desfavor da Presidenta. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/biografia>. Acesso em: out.2020.

de 2010, no segundo turno das eleições, aos 63 anos de idade, Dilma foi eleita a primeira mulher Presidente da República Federativa do Brasil, com quase 56 milhões de votos.

O feito se repetiria em outubro de 2014, quando foi reeleita para o segundo mandato. Na reeleição, a chapa composta por Dilma Rousseff e Michel Temer (MDB) venceu²¹ o então senador Aécio Neves e seu vice Aloysio Nunes Ferreira, ambos do PSDB, por uma margem apertada de votos, em uma das eleições mais disputadas da história do país: 54.501.111 votos (51,64% dos votos válidos) para Dilma e 51.041.155 (48,36% dos votos válidos) para Aécio. A reeleição da primeira mulher presidente foi um momento histórico na política brasileira, interrompido no dia 31 de agosto de 2016²², após o Senado aprovar com 61 votos favoráveis e 20 contrários, o pedido de *impeachment* que a afastou definitivamente do cargo. Na segunda parte do julgamento, realizada no mesmo dia, os senadores decidiram manter os direitos políticos de Dilma, permitindo que ela pudesse exercer funções públicas, cargos de confiança ou disputar eleições futuras. Após o *impeachment* quem assumiu definitivamente a Presidência da República foi Michel Temer, vice-presidente de Dilma durante cinco anos.

O contexto e os motivos apresentados para a perda do mandato são cercados de inúmeras controvérsias. Entre elas, cita-se a disputa de interpretação do acontecimento, durante todo o transcurso do processo que levou ao afastamento da ex-presidente. De um lado, os que defenderam que o *impeachment* tinha base legal, mesmo que as chamadas “pedaladas fiscais” sobre a qual se apontava crime de responsabilidade à Dilma já tivessem sido praticadas em gestões de presidentes anteriores. Por outro lado, os que argumentaram que o processo movido contra Dilma se tratava simplesmente de um golpe político para destitui-la da presidência da República. Tendo em vista o objetivo da presente pesquisa, nos atemos aqui a refletir brevemente sobre a questão de gênero que permeiam o processo.

Há alguns estudos no campo da Comunicação, realizados após o *impeachment*, que já revelaram que o gênero foi um fator importante na destituição da presidente Dilma. É o que mostra o estudo feito pelas pesquisadoras Laura Antônio Lima e Paula Guimarães Simões (2017) que analisaram a construção da imagem pública da presidente Dilma Rousseff durante o processo de *impeachment*²³. Para apreender as redes de sentido construídas na mídia, as

²¹ Dados obtidos no site do TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial>. Acesso em: out. 2020

²² Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Dilma_Rousseff. Acesso em: 27 out. 2020.

²³ A análise preliminar fez parte da pesquisa de mestrado defendida em 2018 por Laura Antônio Lima que analisou a construção da imagem pública da presidente Dilma Rousseff no contexto do processo de *impeachment*.

autoras analisaram quatro edições (duas de cada) das revistas semanais *Veja* e *Carta Capital*. Através dos discursos e ações da presidente, a análise buscou a compreensão dos modos de ser e de se portar de Dilma, os papéis sociais atribuídos a ela, além dos valores e características que se destacaram no transcurso de um acontecimento específico: o processo do impeachment. Para a análise foram articulados três eixos que compuseram a grade analítica do trabalho: a) ações e discursos de Dilma Rousseff; b) a presidente por ela mesma; c) ações e discursos de Dilma Rousseff: um olhar de outros agentes sobre a presidente; c) valores, papéis sociais e inserção no contexto social.

A análise dos textos publicados, segundo Lima e Simões (2017), evidenciou um conjunto de disputas simbólicas na definição da imagem de Dilma. Em suas falas e ações, a ex-presidente procurava evidenciar, por exemplo, valores como coragem e orgulho por ter mentido sob tortura, durante o período da ditadura. Por outro lado, ela é posicionada nas publicações como brava, inflexível e inábil, e algumas vezes também como corajosa, resistente e pulso firme. Dessa forma, a análise evidenciou que o momento do impeachment influenciou na construção da imagem pública de Dilma Rousseff. Um dos pontos balizadores dos argumentos foi a economia, presente em todos os posicionamentos favoráveis ou contrários ao processo de cassação. Além disso, a questão de gênero também é apontada como outro elemento importante na constituição desta imagem, pois, conforme as autoras, evidenciaram marcas do machismo na sociedade brasileira, em espaços predominantemente masculinos, a exemplo da política. Os qualificativos de brava, inflexível e inábil são ilustrativos das formas pejorativas associadas à mulher.

A pesquisadora Bárbara Rodrigues Nunes (2018) também se dedicou a analisar como a mídia construiu a imagem da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) durante a crise política. Partindo da hipótese de que a mídia refletiu e reproduziu aspectos machistas ainda presentes na sociedade, a dissertação *A imagem de Dilma Rousseff: a construção do estereótipo feminino na crise política* discutiu a relação da mídia com a política e a mídia como cenário de representação feminina. O período analisado compreendeu as manifestações conhecidas como *Jornadas de Junho de 2013*, e a disputa eleitoral de 2014 até se chegar ao aprofundamento da crise política, econômica e institucional que culminaram com processo de impeachment em agosto de 2016. Por meio da metodologia de análise de conteúdo, foram observadas 53 capas das revistas *Veja*, *IstoÉ*, *Época* e *Carta Capital*. A análise apontou, de acordo com Nunes (2018), um

enquadramento negativo da cobertura jornalística em relação à Dilma, com foco em questões que remetem à misoginia.

Esses dois trabalhos exemplificam como a questão de gênero permeia os processos da política brasileira, ainda mais evidenciado no caso da ex-presidente Dilma Rousseff por tratar-se de uma mulher ocupando o principal cargo do poder político institucional no Brasil. Servem para pensar também sobre a relação e o papel da mídia dentro desse contexto. De tal modo que não basta a mulher ser eleita, ela precisa constantemente lutar contra os mecanismos que evidenciam as marcas do machismo estrutural que se reproduzem em diferentes instituições, entre as quais as do campo político e também as mídias. Além disso, no caso específico do nosso objeto de estudo, que são as candidatas à vice-presidente, veremos a seguir, no próximo tópico, que elas enfrentarão, caso eleitas, um outro desafio: ocupar um cargo que, historicamente, é silenciado e invisibilizado – o de vice-presidente.

2.2 O papel de Vice-presidente

O Brasil ainda não teve nenhuma mulher na vice-presidência da República. Mesmo em democracias supostamente mais consolidadas, como a dos Estados Unidos – considerada por muitos um modelo a ser seguido ou imposto ao restante do mundo -, somente na atualidade algumas mulheres vêm conseguindo furar a barreira historicamente imposta à sua presença na vida política e nos espaços de poder. A advogada e senadora Kamalla Harris (Partido Democrata) foi eleita em novembro de 2020 vice-presidente dos Estados Unidos na chapa de Joe Biden. Ela faz história. É a primeira mulher, filha de imigrantes, de origem indiana e afro-americana a chegar à vice-presidência do país, que nunca teve, porém, nenhuma mulher na Presidência.

No Brasil, a história mostra que, desde a Proclamação da República, no dia 15 de novembro de 1899, o país foi governado por 38 presidentes²⁴, dos quais apenas uma mulher – a ex-presidente Dilma Rousseff. Ao longo deste período, o país viveu uma experiência parlamentarista na década de 1960, e esteve sob o comando de duas juntas provisórias - na década de 1930 e na ditadura militar. A história desses personagens que marcam a trajetória política do país está no livro do jornalista e pesquisador Worney Almeida de Souza: *A República e a história dos Presidentes no Brasil* (2017). O volume reuniu um conjunto

²⁴ Consulta realizada no site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/550393-bolsonaro-e-o-38o-presidente-do-brasil/>. Acesso em: abr. 2020

abrangente de informações, com aspectos da vida pessoal, da carreira política e sobre o mandato de todos os presidentes, eleitos de forma direta e indireta, de vice-presidentes empossados e dos chefes militares.

Worney Almeida de Souza (2017) relata que, desde 1899 ocorreram 22 eleições diretas e oito eleições indiretas; três membros do Poder Legislativo já assumiram o poder na ausência do vice-presidente; um membro do Poder Judiciário assumiu o poder; um regime parlamentarista; dois presidentes morreram no cargo; três presidentes eleitos não tomaram posse; nove vice-presidentes assumiram o cargo; um vice-presidente não tomou posse, mesmo com o impedimento do titular; dois governos provisórios; três Juntas Militares; três presidentes renunciaram ao cargo; seis mandatários cumpriram mais de uma gestão; um presidente foi eleito duas vezes, mas não tomou posse na segunda oportunidade; 16 militares assumiram o governo (incluindo os membros das Juntas Militares), e 29 civis tornaram-se presidentes.

Segundo Souza (2017), até o golpe cívico-militar de 1964, os vice-presidentes no Brasil eram eleitos por votação direta, mas poderiam ser de chapas contrárias ao presidente eleito. Isso aconteceu no ano de 1960, quando João Goulart foi eleito vice-presidente em oposição ao presidente Jânio Quadros. A partir do processo de redemocratização, em 1985, o vice voltou a ser vinculado ao presidente. O livro aponta que dos 27 vice-presidentes, nove vices assumiram o cargo após a renúncia ou ausência do titular. Para o autor, entretanto, “na maioria das situações os vice-presidentes exerceram pouca ascendência social sobre o poder Executivo, cumprindo apenas o papel de composição regional para as eleições ou de articuladores frente ao Legislativo” (SOUZA, 2017, p.16).

Essa falta de ascendência ou influência do vice no Poder Executivo foi tema de uma matéria da revista *Veja*, publicada em fevereiro de 2019, a qual expõe que o Congresso Nacional protela há mais de 30 anos a definição das funções do vice. Isso porque, o artigo 79²⁵ da Constituição Federal diz que o vice-presidente da República substituirá o Presidente no caso de impedimento, e que o auxiliará sempre que por ele convocado para missões especiais, além das atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar. Em razão dessa possibilidade de definição de atribuições, uma consulta realizada pela revista na plataforma InteliGov²⁶, revelou

²⁵ Informações obtidas na página oficial do Senado. Disponível em:

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_79_.asp. Acesso em: abr. 2020.

²⁶ O InteliGov foi criado em 2014 como uma plataforma que realiza o monitoramento de projetos do legislativo federal, estaduais e de inteligência de governo. Disponível em: <https://inteligov.com.br/>. Acesso em: abr. 2020.

que o tema vice-presidente é mencionado em 260 projetos apresentados na Câmara e no Senado, desde 1946.

Segundo a *Veja*, o levantamento da pesquisa apontou que, em geral, os registros são de projetos relacionados a temas como foro privilegiado e eleições indiretas, e por essa razão, o vice é mencionado por afetar sua função dentro de um rol de outros órgãos e funções. Em relação à função do vice, apenas dois projetos tratam especificamente sobre o tema: o projeto de lei (sem número)²⁷, de julho de 2015, apresentado pelo senador Humberto Costa (PT-PE); e o projeto de lei complementar (sem número)²⁸, de março de 2017, proposto pelo deputado Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB). Esse último foi arquivado no dia 31 de dezembro de 2018, com o fim da legislatura de Rêgo na Câmara. Já o projeto do Senador Costa²⁹ seguia, à época da produção da reportagem, aguardando há mais de três anos e meio, a definição de um relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). “Em síntese, ambos os projetos colocam o vice-presidente como uma espécie de ajudante de coordenação do governo, mediando conflitos e fiscalizando o cumprimento de responsabilidades”, resume *Veja*. Em janeiro de 2019, o vice-presidente Amilton Mourão, que durante a campanha eleitoral disse diversas vezes que não seria um vice decorativo,³⁰ reivindicou para si algumas das atribuições citadas nos projetos de Costa e de Rêgo, como por exemplo, supervisionar os ministros e fazer a articulação entre instituições. No entanto, segundo o texto publicado na *Veja*, a medida provisória assinada pelo presidente Jair Bolsonaro o deixou sem uma função formal, recriando somente a posição de chefe de gabinete do vice-presidente que havia sido desativada após a posse de Temer em 2016.

Ainda de acordo com a revista, desde a redemocratização, dois presidentes nomearam, de formas distintas, seus vices para assumir funções no governo. Em 2004, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), nomeou José de Alencar (PRB) para o Ministério da Defesa, cargo que ele ocupou até 2006, quando saiu para ser reeleito com Lula para o segundo mandato. Em abril de 2005, Dilma Rousseff (PT), nomeou seu vice Michel Temer (MDB) como articulador político, após

²⁷ Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=579949&ts=1548945201395&disposition=inline>. Acesso em: abr. 2020.

²⁸ Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=6E1E7B7900173063793563DAB6BD25C0.proposicoesWebExterno2?codteor=1536838&filename=PLP+349/2017. Acesso em: abr. 2020.

²⁹ À época Costa se pronunciou justificando que “embora efetivamente a Constituição Federal restrinja, no parágrafo único do art. 84, os casos em que o presidente da República pode delegar competências que lhe são atribuídas, o nosso entendimento é o de que há espaço legal para a regulamentação das atribuições que devem caber ao vice-presidente”.

³⁰ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/maquiavel/em-mp-bolsonaro-deixa-mourao-sem-atribuicoes-no-governo/>. Acesso em: abr. 2020.

a demissão do Ministro das Relações Institucionais. Entretanto, Temer não assumiu essa nova função oficialmente. Já entre os vices que assumiram a função de Presidente, dos seis eleitos ao longo do período democrático, três deles assumiram efetivamente o cargo: José Sarney em 1985, após a morte de Tancredo Neves; Itamar Franco, em 2012, e Michel Temer em 2016, após a cassação dos titulares Fernando Collor de Mello³¹ e Dilma Rousseff.

Já o papel de vice-presidente na América Latina foi tema de uma reportagem na Revista Opera³² que listou os modelos, ou fórmulas eleitorais e a relação entre os componentes do executivo. Com base em informações levantadas em trabalhos acadêmicos³³, a revista aponta a existência de quatro tipologias de fórmulas eleitorais na América Latina. São elas: 1) *Binômio*: modelo composto pela figura do presidente e do vice-presidente. É o caso do Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá (desde 2004), Paraguai, Uruguai e Argentina (desde 1994). Na Argentina e no Uruguai os vice-presidentes também têm a responsabilidade de presidir o Senado. 2) *Trinômio*: modelo composto pelas figuras do presidente, primeiro e segundo vice-presidente. O único caso existente na atualidade é o do Peru. Segundo a apuração da revista, o Panamá utilizou esse sistema entre 1972 e 2004. 3) *Designação*: neste modelo o vice-presidente é designado pelo presidente eleito. É o caso da Venezuela. 4) *Não existe vice-presidente*: No Chile e no México as sucessões são mediadas pelo órgão legislativo. No caso Chile, a Constituição chilena extinguiu a função³⁴ do vice-presidente em 1833. Desde então, quem supre as ausências presidenciais é o Ministro do Interior e da Segurança Pública. Na impossibilidade disso, quem assume a vice-presidência é o presidente do Senado (eleito através do voto popular). Já no México, na ausência do presidente, o Parlamento designará o presidente substituto ou interino. No caso de ausências breves, quem assumirá provisoriamente será um secretário de governo, nomeado pelo presidente.

³¹ Fernando Collor de Mello, eleito em 1989, estava em processo de impeachment quando renunciou ao cargo em 29 de dezembro de 1992. Ele foi condenado pelo Senado por crime de responsabilidade e perdeu os direitos políticos por oito anos.

³² A Revista Opera foi fundada em 2012, pelo jornalista Pedro Marin. Diz ter como princípios editoriais, um jornalismo radical, contra-hegemônico e independente. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2019/07/26/o-papel-dos-vice-presidentes-na-america-latina/>. Acesso em: abr. 2020

³³ Disponível em: http://di.usal.edu.ar/archivos/di/lazzari_el_vicepresidente.pdf y <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5026331>. Acesso em: abr. 2020.

³⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/10/26/chile-nao-tem-vice-e-se-penera-cair-assume-chadwick-ministro-do-interior.htm>. Acesso em: abr. 2020

A publicação também cita a análise do professor Ariel Sribman³⁵, doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Salamanca, Espanha, segundo o qual as relações entre presidente e o vice podem ser de subordinação ou de cooperação. A reportagem pontua, conforme a análise de Sribman, que “a diferença está no grau de adesão e identificação com as políticas do Executivo por parte do vice-presidente e o grau de confiança entre ambos”. Quando surgem desavenças entre ambos, emergem a tensão e o conflito, que, segundo a revista, Sribman diferencia conceitualmente apontando que, em situações de tensão o vice-presidente “tem pouco poder político, enquanto que na segunda o vice-presidente é capaz de exercer sua influência graças à sua capacidade de operar sobre outros atores ou, inclusive, de saber aproveitar a oportunidade para que a fúria produza uma crise dentro do Executivo”.

Ainda de acordo com a análise, essas quatro tipologias de relações – subordinação, cooperação, tensão ou conflito – se definem em torno de duas variáveis que são o poder político e o nível de lealdade e conformidade com as políticas apresentadas. Essas variáveis se relacionam com fatores internos, como características pessoais (idade, gênero, raça), o capital político inicial de cada um, o peso do partido de origem e seus posicionamentos dentro dele, e as negociações e alianças que se desenvolveram para formar a chapa. Para Sribman são categorias flutuantes que podem suceder-se uma a outra, de acordo com a correlação de forças e do contexto, pontua a reportagem da *Opera*.

A partir desses conceitos a publicação analisou alguns perfis de vice-presidentes sul-americanos, entre eles, o vice do Brasil, general do exército Hamilton Mourão, eleito na chapa com Jair Bolsonaro em 2018. A revista diz que “não são poucos os que afirmam que Mourão anseia ocupar o cargo máximo”, e descreve o general do exército como “muito mais moderado, acessível, e menos beligerante que Bolsonaro”. Além do fato de ser membro das Forças Armadas, a exemplo de outros ministros que integram o governo, a reportagem avalia que outro aspecto de Mourão é seu amplo domínio de idiomas, o que permitiu que ele assumisse, na interpretação da revista, com “um papel relevante nos meios nacionais e internacionais de comunicação”, através de mensagens que contradisseram ou desautorizaram decisões e posições tomadas por Bolsonaro, entre elas, mostrar-se favorável ao aborto, e defender que o ex-presidente Lula³⁶ pudesse sair da prisão para acompanhar o funeral do irmão.

³⁵ “La vicepresidencia argentina (1983-2009)”. *Cuadernos de Estudios Latino-Americanos*. Citado pela reportagem da Revista *Ópera*. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2019/07/26/o-papel-dos-vice-presidentes-na-america-latina/>. Acesso em: abr. 2020

³⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/30/lula-recorre-ao-stf-para-ir-ao-velorio-do-irmao.ghtml>. Acesso em: jan. 2020.

Por fim, a reportagem conclui que não é possível entender plenamente a realidade política dos países democráticos, sem levar em conta o papel de vice-presidente. Especialmente no caso dos países sul-americanos, observa que “o contexto evidencia que as quedas presidenciais podem ocorrer, cada vez mais, sem uma ruptura de regime, voltando completamente as diretrizes das políticas de governo para a fórmula de sucessão”. A revista cita como exemplo os casos de Michel Temer e Itamar Franco que romperam com a continuidade das políticas públicas iniciadas por seus antecessores. Acrescenta-se que, no caso de Michel Temer, há ainda as interpretações, feitas por apoiadores da ex-presidente Dilma Rousseff, de que ele, vice, também atuou pelo afastamento dela.

Quadro 1: Presidentes e vices do Brasil

	Presidente	Período do Governo	Vice-Presidente
1º	Deodoro da Fonseca	15/11/89 a 24/02/91 25/02/91 a 23/11/91	Manuel Vieira Floriano Peixoto (assumiu pela renúncia do presidente)
2º	Floriano Peixoto	23/11/91 a 15/11/94	sem vice-presidente
3º	Prudente de Moraes	15/11/94 a 15/11/98	Manoel Vitorino Pereira
4º	Campos Sales	15/11/98 a 15/11/02	Francisco de Assis Rosa e Silva
5º	Rodrigues Alves	15/11/02 a 15/11/06	Francisco Silviano de Almeida Brandão (morreu antes de assumir) Afonso Augusto Moreira Pena
6º	Afonso Pena	15/11/06 a 14/06/09	Nilo Procópio Peçanha (assumiu após a morte do presidente)
7º	Nilo Peçanha	14/06/09 a 15/11/10	Sem vice-presidente
8º	Hermes da Fonseca	15/11/10 a 15/11/14	Wenceslau Braz Pereira Gomes
9º	Wenceslau Braz	15/11/14 a 15/11/18	Urbano dos Santos da Costa Araújo
	Rodrigues Alves	Eleito, não tomou posse	Delfim Moreira
10º	Delfim Moreira	15/11/18 a 27/07/19	Sem vice-presidente
11º	Epitácio Pessoa	28/07/19 a 15/11/22	Delfim Moreira (não assumiu) Francisco Álvaro Bueno de Paiva
12º	Arthur Bernardes	15/11/22 a 15/11/26	Urbano dos Santos da Costa Araújo (morreu antes de assumir) Estácio de Albuquerque Coimbra
13º	Washington Luís	15/11/26 a 24/10/30	Francisco de Mello Vianna
	Júlio Prestes	Eleito, não tomou posse	Vital Henrique Batista Soares Junta Governativa
	Junta Governativa: Tasso Fragoso, Menna Barreto e Isaías de Noronha	24/10/30 a 03/11/30	
14º	Getúlio Vargas	03/11/30 a 20/07/34 20/07/34 a 10/11/37 10/11/37 a 29/10/45	Cargo não existia na Constituição de 1934
15º	José Linhares	30/10/45 a 31/01/46	sem vice-presidente
16º	Eurico Gaspar Dutra	31/01/46 a 31/01/51	Nereu de Oliveira Ramos
17º	Getúlio Vargas	31/01/51 a 24/08/54	João Fernandes Café Filho

			(assumiu com a morte do presidente)
18º	Café Filho	24/08/54 a 09/11/55	Sem vice-presidente
19º	Carlos Luz	09/11/55 a 11/11/55	Sem vice-presidente
20º	Nereu Ramos	11/11/55 a 31/01/56	Sem vice-presidente
21º	Juscelino Kubitschek	31/01/56 a 31/01/61	João Belchior Marques Goulart
22º	Jânio Quadros	31/01/61 a 25/08/61	João Belchior Marques Goulart
23º	Ranieri Mazzilli	25/08/61 a 07/09/61	Sem vice-presidente
24º	João Goulart	07/09/61 a 24/01/63	Sem vice-presidente
	Parlamentarismo: Tancredo Neves, San Thiago Dantas, Moura Andrade, Brochado da Rocha e Hermes Lima	07/09/61 a 24/01/63	
25º	Ranieri Mazzilli	02/04/64 a 15/04/64	Sem vice-presidente Comando Supremo da Revolução
26º	Humberto Castello Branco	15/04/64 a 15/03/67	José Maria Alkmin
	Pedro Aleixo Nascimento		Vice-presidente (não assumiu com a doença do presidente) Junta Militar
27º	Arthur da Costa e Silva	15/03/67 a 31/08/69	Sem vice
	Junta Militar: Augusto Rademaker, Lyra Tavares e Márcio de Souza e Mello	31/08/69 a 30/10/69	Sem vice
28º	Emílio Médici	30/10/69 a 15/03/74	Augusto Hamann Rademaker Grünewald
29º	Ernesto Geisel	15/03/74 a 15/03/79	Adalberto Pereira dos Santos
30º	João Figueiredo	15/03/79 a 15/03/85	Antonio Aureliano Chaves de Mendonça
	Tancredo Neves	Eleito, não tomou posse	José Sarney de Ribamar de Araújo Costa (assumiu com a morte do presidente)
31º	José Sarney de Ribamar de Araújo Costa	15/03/85 a 15/03/90	
32º	Fernando Collor de Mello	15/03/90 a 02/10/92	Itamar Franco
33º	Itamar Franco	02/10/92 a 01/01/95	
34º	Fernando Henrique Cardoso	01/01/95 a 01/01/99 01/01/99 a 01/01/03	Marco Antonio de Oliveira Maciel
35º	Luiz Inácio Lula da Silva	01/01/03 a 01/01/07 01/01/07 a 01/01/11	José Alencar Gomes da Silva
36º	Dilma Rousseff	01/01/11 a 01/01/15 01/01/15 a 12/05/16	Michel Miguel Elias Temer
37º	Michel Miguel Elias Temer	12/05/16 a 31/08/16 31/08/16 a 31/12/18	
38º	Jair Bolsonaro	01/01/19	Hamilton Mourão

Fonte: informações do livro “A República e a história dos Presidentes do Brasil” (Souza, 2017)

Se a função, o espaço e a importância atribuída ao cargo de vice-presidente já são normalmente minimizados e pouco reconhecidos historicamente, quando ocupados majoritariamente por homens, a situação se torna ainda mais complexa quando se pensa na

presença das mulheres disputando o acesso a esse cargo e lugar de poder na política institucional. Elas enfrentam dificuldades e obstáculos adicionais em função da questão de gênero.

2.3 Mulheres e Gênero enquanto categoria de análise

Para analisar as representações das mulheres candidatas à vice-Presidência construídas pela *Folha de S. Paulo* na eleição de 2018, entendemos ser necessário, primeiramente, apresentar e situar nossa compreensão sobre o que é ser mulher na sociedade contemporânea, considerando que este estudo remete à ocupação de espaços políticos de poder que historicamente são diferenciados para homens e mulheres. Neste sentido, situamos nossa compreensão sobre mulher dentro do campo de estudos de gênero das teorias sociais, e com forte influência dos Estudos Feministas pós-estruturalistas.

A antropóloga e pesquisadora Adriana Piscitelli (2002) explica que a categoria “mulher” antecede as discussões sobre gênero, e ajuda a desenvolver o próprio conceito de feminismo, ao buscar compreender as origens da opressão feminina. Além disso, segundo ela, a categoria “mulher” também propõe a criação de uma identidade feminina, defendendo que “o reconhecimento político das mulheres como coletividade ancora-se na ideia de que o que une as mulheres ultrapassa em muito as diferenças entre elas” (PISCITELLI, 2002, p. 4). Já o conceito de gênero, segundo Piscitelli, é elaborado e reformulado em diferentes momentos históricos pelas teorias sociais para pensar as “diferenças sexuais”, rejeitando assim o determinismo biológico implícito no uso do termo “sexo”. A pesquisadora faz referência ao relato da bióloga e historiadora da ciência Donna Haraway³⁷, que, no artigo “Gênero para um dicionário marxista”, aponta que o termo gênero foi introduzido pelo psicanalista estadunidense Robert Stoller, durante o Congresso Psicanalítico Internacional, em Estocolmo, no ano de 1963. O termo foi utilizado para tratar o modelo da identidade de gênero, como uma forma de distinguir natureza (o sexo vinculado à biologia) e o gênero vinculado à cultura: “o produto da cultura sobre a biologia era a pessoa marcada por um gênero, um homem ou uma mulher” (HARAWAY, apud PISCITELLI, 2009, p. 5).

³⁷ Segundo Piscitelli (2009), Haraway se inscreve na linha de pensadoras epistemológicas e possui uma posição crítica ao conceito de gênero, pois a insistência do caráter de construção social do gênero, sexo e natureza não foram historicizadas. Isso mantém intactas ideias originais relacionadas com identidades tais como homem e mulher (PISCITELLI, 2009, p. 13).

Entretanto, são as formulações sobre gênero, oriundas do movimento feminista, que mais influenciaram as teorias sociais, sobretudo a partir da década de 1970 (PISCITELLI, 2009; SCOTT, 1995). Esse movimento, explica Piscitelli (2009), iniciou no final do século XIX durante a chamada “Primeira Onda” das ativistas feministas, que mobilizou diversos grupos no continente europeu, América do Norte e em outros países. Importante, porém, destacar que esse movimento foi liderado por mulheres brancas, de classe social mais alta, constituindo assim uma visão hegemônica do pensamento feminista à época, o que hoje já se constatou excluía o interesse de outras mulheres. Entretanto, não podemos deixar de considerar que essa busca por “direitos iguais à cidadania” possibilitou a modificação de diversas barreiras formais e legais, como a luta pelo direito ao voto e o acesso à educação. Além de utilizar o conceito para nomear as diferenças produzidas pela cultura, o movimento também introduziu as preocupações com relação aos processos de dominação masculina e situações de desigualdades, a fim de demonstrar que as distinções entre homens e mulheres pertencem à esfera social (PISCITELLI, 2001).

As discussões e questionamentos sobre as “diferenças sexuais” contribuíram para o surgimento de novas ferramentas conceituais nas teorias sociais para discutir as diferenças entre o feminino e o masculino. A antropóloga destaca os estudos sobre “papel social”, que se difundiram a partir da década de 1930, com o propósito de compreender quais fatores influenciavam os comportamentos humanos. De acordo com essa teoria, explica Piscitelli (2009), todo indivíduo ocuparia diferentes posições na sociedade, desempenhando papéis, a exemplo do papel de pai, filho ou avô. As posições ocupadas irão diferir pelos atributos - como idade, sexo e raça - pelos quais crianças e adultos - homens e mulheres - serão submetidos a categorias reconhecidas coletivamente.

Deste modo, nesse período se estabelecem os termos “papel sexual”, “papel masculino” e “papel feminino”. Segundo a pesquisadora, a perspectiva dos papéis culturais possibilitou a diversos autores apontar o caráter da construção cultural da diferença sexual, e, desse modo, contestar pressupostos biológicos sobre o comportamento de homens e de mulheres. Porém, na visão da antropóloga, essa teoria não conseguiu destacar ou compreender os fatores que colocavam as mulheres em situações inferiores.

Avançando para o movimento da “Segunda Onda” do feminismo - organizado por mulheres de diversas partes do mundo, a partir da década de 1960 -, Piscitelli destaca que as novas abordagens passaram a questionar as raízes culturais da opressão e das desigualdades para defender a igualdade no exercício dos direitos. Para isso, criam o sujeito político “mulher”

coletivo, uma categoria que criava uma identidade para atingir todas as mulheres, independente das diferenças de idade, classe ou raça. Nessa compreensão a categoria “mulher” é pensada incluindo traços biológicos (considerando o corpo feminino como um pré-requisito para a opressão patriarcal) e também com traços socialmente construídos (PISCITELLI, 2002, p. 5).

Esse movimento, avalia Piscitelli (2002), além de ser útil para desenvolver o conceito de feminismo, também incluiu a concepção de opressão como algo político, que deveria ser mapeado em todas as esferas de vivências das mulheres, fosse no lar, no âmbito da família, ou no âmbito amoroso. “A conhecida ideia ‘o pessoal é político’ foi implementada para mapear um sistema de dominação que operava no nível de relação mais íntima de cada homem com cada mulher”, explica Piscitelli (2001, p.5). Essa proposição define as relações que envolvem homem/mulher como uma relação política. Na análise da antropóloga, a perspectiva de patriarcado, que buscava as origens históricas de dominação masculina foi útil para o movimento feminista e para o estudo da mulher nas mais diversas áreas do conhecimento, ao buscar demonstrar que a subordinação da mulher não é algo natural, portanto, pode ser mudado. Porém, o patriarcado, enquanto categoria de análise não dava conta de apreender a historicidade da condição feminina (PISCITELLI, 2002). Segundo a pesquisadora, o conceito de patriarcado tornou-se metodologicamente vazio de conteúdo ao se referir a um sistema político cujo propósito seria oprimir as mulheres, e essencializante ao ancorar a relação de dominação na diferença física entre homem e mulher.

Cabe pontuar aqui, seguindo a ressalva de Piscitelli, que as discussões e posturas das autoras que discutem atualmente o conceito de gênero são variadas, e é impossível abarcá-las todas neste texto. Desse modo, seguimos destacando questões teóricas que nos parecem significativas, e também para evitar confusões de vertentes terminológicas. Compartilhamos com Piscitelli (2002) que a reelaboração do conceito de gênero mantém um interesse fundamental na discussão sobre a situação da mulher, contudo sem limitar suas análises ao estudo das mulheres, pois interessa saber como o gênero atua em todas as sociedades, o que exige pensar de maneira mais complexa o poder (PISCITELLI, 2002, p. 11).

Essa mesma compreensão é compartilhada pelas pesquisadoras Cintia Lima Crescêncio, Janine Gomes da Silva e Lídia Schneider Bristot que integram o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH)³⁸, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

³⁸ O LEGH tem por objetivo a produção do conhecimento historiográfico sobre as relações de gênero, desenvolve pesquisas coletivas e individuais, palestras, conferências e eventos que focalizam as relações gênero e sexualidade. Disponível em: <http://www.legh.cfh.ufsc.br/quemsomos/>. Acesso em: 24 de março de 2020.

No entendimento do grupo, gênero é tratado como uma categoria de análise e como categoria empírica que define “a organização social da diferença sexual” e que não reflete ou implementa diferenças fixas e naturais entre homens e mulheres, mas é um saber que estabelece significados para as diferenças corporais (CRESCÊNCIO; SILVA; BRISTOT, 2017, p .13). Para o LEGH, a disciplina de história não se limita a registrar o que aconteceu ou como os sexos se organizavam, mas promove uma produção sobre a diferença sexual.

Nossa compreensão é que uma narrativa histórica nunca é neutra e que, se apenas relata fatos em que homens estiveram envolvidos, constrói, no presente, o gênero. A história, neste caso, quando não inclui a categoria gênero, é uma narrativa sobre o sexo masculino e constitui o gênero ao definir que somente, ou principalmente, os homens fazem história (CRESCÊNCIO; SILVA; BRISTOT, 2017, p .14)

Essa perspectiva do LEGH deriva das discussões e novas perspectivas da chamada “Terceira Onda” do feminismo, que se desenvolve principalmente a partir da década de 1980³⁹. Ela rejeita o conceito de patriarcado, ao construir novos campos de saber, como a elaboração da categoria de gênero como ferramenta de análise, que passa a questionar a universalidade das categorias mulher e mulheres.

A pesquisadora do LEGH, Joana Maria Pedro (PEDRO; PEREIRA; VENSON, 2017) explica que, no contexto histórico, o uso da categoria ‘mulher’ foi muito utilizado durante a ‘Segunda Onda’ do feminismo como uma contraposição ao referente do “homem universal” que não englobava questões específicas das mulheres. A autora aponta que as diferenças foram surgindo no movimento feminista entre as “igualitaristas”, ligadas a Simone de Beauvoir; e das “diferencialistas”, ligadas a Luce Irigaray. Enquanto as primeiras propunham “igualdade de condições” entre homens e mulheres na esfera pública, as diferencialistas falavam em “feminização do mundo” (PEDRO; PEREIRA; VENSON, 2017).

A partir disso, a categoria ‘mulher’ passa a ser criticada, principalmente no contexto estadunidense, com a reivindicação de “diferença dentro da diferença” por parte de mulheres negras, indígenas, mestiças e trabalhadoras, de forma a explicitar as múltiplas diferenças. Assim, é formulada a categoria ‘mulheres’ para explicitar as múltiplas diferenças, inclusive na questão de subordinação. A categoria “gênero”, segundo o LEGH, foi inicialmente utilizada

³⁹ Aqui utilizamos essa data para fins didáticos seguindo a menção histórica feita pelo LEGH.

pelas feministas, levando em conta que na biologia e na gramática, muitas espécies ou palavras têm "gênero", masculino ou feminino, mesmo não possuindo sexo.

Essa mesma posição é defendida pela historiadora norte-americana Joan Scott (1995, p.11-13), que propõe uma desconstrução nos termos da diferença sexual. No artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, Scott define gênero como o resultado da conexão de duas proposições: “1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e 2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Para a autora, as posições que emergem como dominantes em determinadas circunstâncias são descritas pela história como as únicas possíveis, como se fossem o resultado de um consenso social, e não produto de um conflito.

Desse modo, a pesquisadora defende que para se pensar o efeito do gênero nas relações sociais e institucionais é necessário romper essa noção de fixidez, e analisar a natureza relacional - entre o indivíduo e a estrutura - do debate que gerou determinada representação binária do gênero. Para ela, essa análise, portanto, deve considerar uma concepção de política e também conter referências às instituições e organizações sociais, pois o gênero dialoga com classe, raça, e outras categorias sociais (SCOTT, 1995).

No mesmo sentido, a pesquisadora sustenta que também devem ser examinadas “as formas pelas quais as identidades genereficadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas” (SCOTT, 1995, p. 88).

Dessa análise, sobre os efeitos do gênero nas relações sociais e institucionais, decorre a proposição da pesquisadora de que o gênero dá significado e estabelece relações de poder. Para Scott, existe uma natureza recíproca entre gênero e sociedade, com formas e contextos específicos “pelos quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política” (SCOTT, 1995, p. 89). Ao fazer uma análise sobre as abordagens descritivas e teóricas dos historiadores, de maneira especial, as historiadoras feministas, Scott demonstra como o termo gênero foi construído pelos estudiosos.

Neste sentido, a autora analisa diversos fatos e movimentos históricos, a partir da perspectiva de gênero, sobre como a diferença sexual, através da oposição homem/mulher, se revelou ora de forma explícita, ou ora com frequência implícita nas relações de poder. Scott argumenta que a análise do gênero na história, desde que tratada como algo problemático, contextualmente definido e construído, oferece novas perspectivas sobre velhas questões, além

de ajudar a compreender o que está em jogo quando o gênero é invocado, assim como quais as compreensões implícitas são invocadas ou reinscritas nos sistemas políticos.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro” (SCOTT, 1995, p. 92)

Desse modo, Scott (1995) defende o gênero enquanto categoria de análise que trata a oposição entre homem e mulher como algo problemático e contextualmente definido e construído, e torna possível questionar o que está em jogo quando o gênero é invocado.

Contemporânea de Scott, a filósofa pós-estruturalista estadunidense Judith Butler propõe uma descrição do caráter performativo do gênero no livro “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade” (2003). Em um artigo⁴⁰ escrito pela pesquisadora e publicado em jornal brasileiro em 2017, Butler explica que a teoria da performatividade de gênero busca entender a formação do gênero e contribuir com a ideia de que a expressão de gênero deva ser um direito e uma liberdade fundamentais.

Para a autora, a atribuição de um gênero no nascimento implica determinadas nomeações e a transmissão de um conjunto de expectativas sobre os papéis que meninos e meninas deverão atender. Ela questiona, porém, o que acontece àqueles que não querem atender essas expectativas, pois possuem uma percepção de si próprio que difere da atribuição social que lhes foi atribuída. No livro, Butler (2017, p. 9) amparada na genealogia crítica de Foucault, toma como foco o gênero e a análise relacional (pela qual a identidade primária é problematizada em termos relacionais) para questionar as configurações de poder que constroem o sujeito e outro, e a estabilidade interna desses termos.

A autora problematiza as categorias fundacionais de identidade binária, às quais ela chama de fábulas de gênero, que estabelecem e fazem circular sua denominação errônea de fatos naturais. Conforme Butler explica no artigo (2017), o livro (2003) não nega a existência de uma diferença natural entre os sexos, ainda que destaque os paradigmas científicos

⁴⁰ Artigo escrito por Butler e publicado no jornal Folha de S. Paulo em 19 de nov. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>. Acesso em: 24 de mar. 2020.

divergentes sobre as diferenças, e a existência de corpos com atributos mistos que dificultam sua classificação.

Para ela, os ideais de masculino e de feminino são dimensões culturais que não possuem significados fixos, pois assumem diferentes formas no decorrer da história. Desse modo, defende que

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo é produzido e reprimido pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca emancipação (BUTLER, 2003, p. 19)

Nesse sentido, Butler (2003, p. 20) justifica o termo gênero, pois “se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é, não porque os traços pré-definidos de gênero da “pessoa” transcendem a parafernália específica do seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Desse modo, questiona a pesquisadora, em que medida as suposições que impregnam o discurso sobre identidade de gênero representam mais um ideal normativo com práticas reguladoras e estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, ao invés de uma característica descritiva da experiência (BUTLER, 2003, p. 38).

É, portanto, no espectro das perspectivas feministas que ancoramos nossas leituras sobre gênero e relacionamos ao nosso objeto de estudo, que é pensar a participação da mulher na política e o modo como elas e suas atividades são representadas pelos relatos do jornalismo. No caso da presente pesquisa de Mestrado, para fins discursivos utilizaremos a palavra ‘mulher’ para nos referirmos ao nosso sujeito de análise. Entretanto, é importante ressaltar que teoricamente nos ancoramos no conceito de gênero de Joan Scott, cujo eixo central é a relação entre gênero, poder e política, assim o seu diálogo com classe, raça, e outras categorias sociais. Assim, com Joan Scott, compreendemos aqui que “gênero é o resultado da conexão do elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, p. 86, 1995).

Entendemos que a operacionalização do gênero na construção de representações sociais no jornalismo nos possibilita refletir sobre como as mulheres se tornam mulheres na sociedade

atual, e “perceber dentro de quais jogos e disputas estão dimensionadas essas relações de poder” (PEDRO; PEREIRA; VENSON, 2017, p. 26).

Operacionalizar o gênero nas Ciências Sociais Aplicadas não significa simplesmente pesquisar “o papel da mulher” ou as relações “entre homem e mulher”, mas pensar como esses saberes constituem e reforçam modelos de gênero, ou seja, como jogam com expectativas sociais a respeito do que é próprio do masculino e do feminino, de homens e de mulheres (PEDRO; PEREIRA; VENSON, 2017, p.26)

Ou seja, essa perspectiva nos abre um vasto campo de possibilidades, pois nos permite analisar e questionar determinados comportamentos e papéis atribuídos ao feminino, que pesam sobre o sujeito político e que são cotidianamente reproduzidos pela sociedade e pelo Jornalismo. Compreender a mulher/sujeito político na atualidade implica considerar a multiplicidade de diferenças culturais, sociais e políticas das questões de gênero, enquanto categoria de análise. Essa compreensão é abordada pelo conceito de interseccionalidade, um termo que deriva da sociologia⁴¹, segundo o qual diferentes marcadores sociais estão incorporados diferentemente nas diversas mulheres, o que se reflete, inevitavelmente, nos modos como atuam politicamente.

Acreditamos que essas dimensões são importantes para analisar o modo como o Jornalismo constrói simbolicamente, discursivamente, as mulheres em seus textos. Porque, como aponta Scott (1995), quando tratamos a oposição entre homem e mulher como algo problemático e contextualmente definido e construído, é possível questionar o que está em jogo quando o gênero é invocado. E a partir disso, poderemos identificar quais representações estão sendo construídas sobre essa ‘mulher’, enquanto sujeito político, que é historicamente e culturalmente construída.

2.4 Mulheres políticas como objeto de estudo no campo da Comunicação

Para buscar uma maior compreensão sobre como se estabelecem e de que forma são tratadas as questões de gênero nas esferas política e midiática no Brasil, bem como a sua abordagem na pesquisa acadêmica, realizamos uma pesquisa bibliográfica para identificar produções acadêmicas que refletem sobre a temática. Não se trata de um levantamento exaustivo e com caráter de precisão quantitativa. Trata-se de uma seleção de alguns trabalhos, dentre as bases pesquisadas e dentro de um período pré-estabelecido, que consideramos mais

⁴¹ O termo interseccionalidade foi sistematizado em 1989 por Kimberlé Crenshaw, teórica feminista estadunidense especializada em questões de raça e gênero. Disponível em: <https://www.politize.com.br/interseccionalidade-o-que-e/>. Acesso em 20 dez. 2020.

relevantes para aprofundar nossa pesquisa na medida em que tais estudos tinham alguma proximidade com o nosso objeto de pesquisa.

Com esse propósito definido, a pesquisa foi realizada no banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); nas bases de dados e anais da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais); Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação); SBPJOR (Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo); indexador SCIELO (Scientific Electronic Library Online) e revistas científicas, no período compreendido entre 2010 a 2018. Aplicamos três critérios de busca: a) trabalhos que incluíam nas palavras-chaves “mulher, gênero, imagem, política e representação”; e b) área de concentração em ciências sociais aplicadas.

Dentro desta temática, que discute e analisa a representação da mulher na política, destacamos a produção científica dos pesquisadores Flávia Biroli e Luiz Felipe Miguel, da Universidade de Brasília, que desenvolvem importantes trabalhos de pesquisa baseada na confluência dos temas gênero, política e mídia. Para Biroli e Miguel, vincular a ação política com a visibilidade na mídia possibilita um modelo mais complexo e apropriado para compreender a dinâmica da política atual. Na visão deles, a visibilidade na mídia compõe de várias maneiras o capital político na medida em que causam impacto nas relações entre os líderes e os cidadãos comuns, têm efeitos sobre os processos de valorização, reconhecimento e desgaste público do político diante dos cidadãos comuns e seus pares, e pode significar um acréscimo de visibilidade e relevância ao campo político no próprio campo político – como na política parlamentar e/ou partidária, por exemplo (BIROLI; MIGUEL, 2008, p. 2). A visibilidade, portanto, é um aspecto importante para pensar a prática política nos dias de hoje e a participação das mulheres neste campo de atuação.

Outro aspecto importante destacado por Biroli e Miguel (2008) tem a ver justamente com a forma como elas são representadas quando ganham visibilidade midiática: a maneira estereotipada de representá-las. Em um dos trabalhos sobre a representação da mulher na política, os pesquisadores discutiram de que forma a sobrevivência de estereótipos de gênero constrange a ação política, e dificulta a visibilidade das mulheres na cobertura jornalística, um processo que, segundo eles, se retroalimenta. No paper *Gênero e Política no jornalismo Brasileiro*, eles analisaram uma ampla amostra do noticiário de telejornais e de revistas semanais de informação.

A análise revelou que questões consideradas próprias para o âmbito das mulheres - família, assistência social, meio-ambiente, entre outros - são também aquelas que não favorecem politicamente as mulheres, além de serem temas com menos visibilidade política (BIROLI; MIGUEL, 2008, p. 2). Ou seja, as temáticas em torno das quais as mulheres são associadas ou ganham visibilidade midiática é outro aspecto importante a ser considerado quando se analisa a atuação e a representação delas nas mídias. Os temas e a autoridade para falar sobre eles andam de mãos dadas. De acordo com os pesquisadores, o acesso à mídia, no caso específico aos noticiários, “é condicionado pelas percepções dos agentes do campo jornalístico sobre o que é notícia e quem está dotado de autoridade para falar sobre determinadas questões” (BIROLI; MIGUEL, 2008, p. 4).

Para a análise realizada, Biroli e Miguel articularam o conceito de campo, de Pierre Bourdieu, e de perspectiva. O primeiro indica um sistema de relações sociais que estabelece ou impõe como legítimo certos objetivos aos agentes que dele participam. E estes por sua vez, incorporam de maneira “natural” esses objetivos em suas práticas. Já o conceito de perspectiva indica a pluralidade de vivências diferenciadas proporcionadas aos indivíduos pelas estruturas sociais (BIROLI; MIGUEL, 2008, p. 3-6). A comparação realizada na pesquisa, sobre a abordagem dada a políticos homens e a políticas mulheres, em diferentes períodos pré-determinados (pré-eleitoral, período eleitoral, e pós-eleitoral), revelou uma presença reduzida das mulheres nos noticiários analisados. Essa assimetria, segundo Biroli e Miguel, ocorre tanto nas representações do mundo social, ou seja, em relação à pouca presença das mulheres como personagens nas matérias, quanto nas representações do campo político. Isso ocorre, de acordo com os pesquisadores, porque as mídias reproduzem e reforçam a especialização da atividade política e legitimam tão somente as falas daqueles que já ocupam cargos eletivos ou de confiança.

Dessa forma, - completam os autores -, “ao reproduzir acriticamente o modelo sexista predominante no campo político, o noticiário contribui para reforçá-lo”, pois desse modo difunde uma representação do mundo da política como uma esfera especializada e quase que exclusivamente restrita aos homens. Para os pesquisadores, ao difundir uma representação do mundo da política como uma esfera especializada, restrita a poucos e quase que exclusivamente masculina, reforça os preconceitos que afastam as mulheres – e outros grupos subalternos – da ação política, e, em específico, da disputa eleitoral (BIROLI; MIGUEL, 2008, p. 28).

Esses mecanismos que restringem a presença da mulher na política e nos meios de comunicação de massa foram analisados e apresentados por Miguel e Biroli (2009) no artigo

Mídia e representação política feminina: Hipóteses de Pesquisa. Para os pesquisadores, os meios de comunicação são fonte e índice de capital político nas sociedades contemporâneas, pois a partir de um conjunto de normas e valores definem o que é noticiável e quem compõe a notícia, conferindo distinção na medida em que tornam visíveis determinadas personagens (MIGUEL; BIROLI, 2009, p.9). Além disso, os meios de comunicação são vistos como uma esfera de representação privilegiada para a disseminação de ideias, perspectivas e projetos conflitantes na sociedade. Neste sentido, a pesquisa reflete sobre de que maneira a permanência de estereótipos de gênero constrange tanto a ação política de mulheres quanto a visibilidade desta ação nos noticiários. Para Miguel e Biroli (2009, p. 9), a mídia não apenas reforça a definição dominante sobre o que é política, como também legitima quem participa dela, o que inclui a naturalização do viés relacionado ao gênero.

A pesquisa indica que essas representações veiculadas nos meios de comunicação estabelecem expectativas e constrangimento à ação dos diferentes grupos e indivíduos na sociedade. Além disso, tais representações cristalizam a divisão entre uma esfera privada feminina e uma esfera pública masculina. Isso “faz com que as mulheres na política se vejam na posição de forasteiras, tendo que reafirmar, a cada momento, seu ‘direito’ de estar ali” (MIGUEL; BIROLI, 2009, p.19). De qualquer modo, para os autores, a participação das mulheres no campo político pressupõe também a visibilidade na mídia, pois um processo alimenta o outro. “O jornalismo concede mais espaço às mulheres quando elas se encontram próximas de sua esfera tradicional, a dos assuntos privados e do cuidado com os outros” – o que também as afasta do noticiário político (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 20).

A divisão tradicional da esfera pública como espaço masculino e da esfera privada como espaço feminino, bem como as expectativas em relação à ação das mulheres - vinculada aos assuntos privados – também aparece em outros estudos como uma dimensão importante para observar o modo como é representada a atuação das mulheres na política e na mídia. Também a partir do conceito de campo de Pierre Bourdieu, a pesquisa de Fernanda Ferreira Mota e Flávia Biroli (2014) analisa as questões de gênero na política na cobertura jornalística do Jornal Nacional da Rede Globo, e no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral durante a campanha de 2010. No *paper Mídia, Gênero e Eleições: peças na produção da política como é*, as pesquisadoras discutem em que medida e de que forma o gênero marca a imagem dos candidatos, tanto no discurso jornalístico quanto no discurso da campanha, e como os agentes da mídia e da política contribuíram para consolidar a definição do campo político, das formas legítimas de ação e do sentido do “feminino” (BIROLI; MOTA, 2014, p. 2).

Ao refletir que a mídia interage constantemente com o campo político, as autoras argumentam que a mídia possui responsabilidade na acomodação de representações sociais, e na legitimação de atores e de posições ideológicas. Para Biroli e Mota (2014, p. 2), pesa sobre as mulheres no campo político as representações convencionais sobre o masculino/ público e o feminino/ privado veiculadas pela mídia. Assim, concluem, são acionados comportamentos que se acreditam naturais ou desviantes de uma mulher na política. Por serem associadas à esfera privada as mulheres que conseguem adentrar a esfera política permanecem marcadas, seja pela ênfase no corpo, na vida privada e uma permanente ambiguidade nas relações, reforçando assim, uma divisão sexual do trabalho político. O estranhamento ocorre porque sendo mulheres, cria-se uma expectativa que atuem como mulheres – e isso estabelece vieses importantes na construção da sua imagem no jornalismo, nos discursos políticos e em sua atuação (BIROLI; MOTA, 2014, p.5).

A análise realizada por Biroli e Mota revelou marcas de gênero, ainda que localizadas, no tratamento dos candidatos na cobertura do *JN*. Essas marcas foram observadas nos discursos que mobilizaram concepções de gênero, como se isso fosse algo posto ou dado, sobretudo nas questões relacionadas à personalidade/comportamento, vida privada, e comportamento dos candidatos (BIROLI; MOTA, 2014, p. 7). Elas observam, contudo, que as próprias candidatas mobilizam estereótipos correntes como uma estratégia de significação positiva para os limites convencionais. E que fragmentos desses discursos são utilizados na cobertura jornalística, ou em entrevistas, sem que o veículo tematize a questão de gênero. Desse modo, em relação à cobertura jornalística e as propagandas veiculadas no HGPE, as pesquisadoras concluíram que as disputas, diálogos e silenciamentos contribuíram para a reprodução de compreensão convencionais ou representações sobre o que é ser mulher, mulher política e sobre maternidade (BIROLI; MOTA, 2014, p. 15-16).

As reflexões sobre a construção do público/masculino e privado/feminino, e sobre as razões da exclusão na política, permearam ainda as investigações da pesquisadora Mariângela Monfardini Biachi (2013), na dissertação intitulada *O feminino nas eleições de 2010: o discurso de Veja e IstoÉ sobre as mulheres candidatas*”. O trabalho teve como objetivo analisar as estratégias discursivas adotadas pelas duas revistas, e de modo específico as representações construídas sobre as candidatas Marina Silva (PV) e Dilma Rousseff (PT), que juntas objetivaram 60,24% de votos no primeiro turno nas eleições de 2010, um fato inédito, segundo apurou a pesquisadora. Esse aspecto, entretanto, não ecoou na cobertura, indica Biachi. Ela aponta que nas reportagens analisadas as candidatas foram posicionadas em cenas sociais

identificadas historicamente com o feminino, como as recorrências frequentes a aparência física, a fragilidade, religiosidade, desempenho das tarefas domésticas, entre outras. A análise revelou também que, em ambas as revistas, temas relacionados aos direitos das mulheres foram silenciados na cobertura eleitoral. Segundo Biachi (2013), a análise apontou que apesar das diferenças editoriais, ambas as publicações reforçaram determinados estereótipos e papéis sociais atribuídos cultural e historicamente ao feminino, e que se inscrevem no processo de legitimação e deslegitimação da mulher no papel de protagonista da cena pública.

As práticas discursivas das matérias jornalísticas produzidas pelos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*, no estado de Espírito Santo, foram analisadas pela pesquisadora Simone Patrocínio de Almeida (2013), na dissertação intitulada *A Mídia na Construção da Representação Social da pessoa pública feminina no Espírito Santo – Rita Camata (1988-2000)*. A partir dos conceitos de representação simbólica, discurso, dominação masculina e *habitus* jornalístico, o trabalho discutiu o processo de construção da representação da mulher na política capixaba, amparada nos pressupostos teóricos de Pierre Bourdieu. Para Almeida (2013), as práticas discursivas, produzidas pelos meios de comunicação, são formas simbólicas que veiculam conceitos existentes na sociedade, reproduzindo crenças, valores e identidades sociais, que colaboram para a transformação das relações sociais.

Neste sentido, a pesquisa aponta que as matérias analisadas refletem que os valores sociais pré-estabelecidos sobre o feminino são empregados nos conteúdos, contribuindo para a naturalização de estereótipos dos modelos masculino e feminino. No caso de Rita Camata teria sido constatado, segundo Almeida, nas fontes coletadas nos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*, em relação ao título a ela atribuído de “Musa da Constituinte”. A pesquisadora também concluiu que a representatividade da mulher inserida no ambiente político também é influenciada pelo comportamento da própria parlamentar, que alimenta a imprensa com comportamentos e discursos políticos que reforçam modos convencionais de representá-las.

Outra problemática tratada em pesquisa encontrada na nossa revisão bibliográfica diz respeito à representação política – no sentido de presença, participação, ocupação de espaços políticos pelas mulheres. É o caso da tese de doutorado em Ciência Política produzida pela pesquisadora Andréia Orsato (2013), que analisou as principais características da participação política das deputadas estaduais do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre janeiro de 1951 a janeiro de 2011. Segundo a autora, a preocupação central foi verificar se as parlamentares discutiram questões sobre as relações sociais de gênero, e se isso se refletiu em melhorias e na defesa dos interesses femininos, através da elaboração de políticas públicas e

projetos de lei para esse grupo social. Através da análise de documentos e da análise do discurso, Orsato problematizou a noção de representação política, através de teóricas feministas, e de leituras sobre a experiência grega da democracia e da constituição da democracia liberal-representativa.

A pesquisa revelou que em termos do perfil das deputadas gaúchas, sua entrada no cenário político foi marcada ao longo do período pela divisão entre esfera pública e privada, pois a grande maioria era ligada ao magistério, o que lhes possibilitou uma forma de inserção no cenário público. “Foi como professoras que essas mulheres saíram da esfera privada para serem reconhecidas como agentes políticas” (ORSATO, 2013, p. 233). A pesquisadora concluiu que a presença de mais mulheres no Parlamento está associada aos diferentes momentos históricos e acontecimentos políticos e sociais, e que essa presença tem efeito importante tanto em relação aos pronunciamentos, quanto aos projetos apresentados pelas deputadas estaduais gaúchas.

Pela revisão bibliográfica antes sistematizada, é possível notar três áreas temáticas que se destacam na pesquisa acadêmica dos anos recentes no que se refere às relações entre mulheres, política e mídias. Embora distintas, entendemos que essas temáticas estão interligadas. Acreditamos que as representações construídas sobre as mulheres e sua atuação na política estão na base do que se chama de “imagem pública” de uma pessoa pública-política, como é o caso, por exemplo, de mulheres como a ex-presidente Dilma ou as deputadas mencionadas nos estudos antes citados (LIMA; SIMÕES, 2017; ALMEIDA, 2013).

O modo como são construídas representações – muitas vezes estereotipadas – por parte das mídias e do jornalismo colabora para restringir ou ampliar as possibilidades de participação e representação política (ORSATO, 2013) das mulheres em espaços da política, seja esta institucional (poderes legislativos, executivos, partidos políticos etc.) ou não institucional (associações e movimentos cívicos etc.). Soma-se a isso o fato de que as representações - tanto do campo político e de quem tem autoridade e legitimidade para atuar nele, quanto das mulheres que ali atuam – tendem a naturalizar e cristalizar lugares e temas de atuação para as mulheres, delimitando a elas o espaço e/ou os assuntos da esfera privada e destinando aos homens o âmbito da esfera pública, como bem mostram os estudos citados de Biroli e Miguel (2008, 2009), Biroli e Mota (2014).

Assim, a visibilidade midiática obtida por mulheres com atuação política e o modo como elas são representadas ao obterem essa visibilidade são fatores importantes a influenciar a participação política das mulheres. Em algumas das pesquisas antes citadas vê-se como a

naturalização de certos estereótipos em conteúdos tratados ou invisibilizados pelas mídias reforçam compreensões convencionais sobre o que é ser mulher, mulher política, maternidade (BIROLI; MOTA, 2014, p. 15-16). De forma complementar, a representação da política como uma esfera especializada, limitada a poucos e praticamente só masculina, reforça preconceitos que distanciam mulheres e outros grupos sociais da ação política, especialmente disputas eleitorais (BIROLI; MIGUEL, 2008, p. 28), como a que eleição presidencial de que tratamos nesta pesquisa de Mestrado. Como bem mostram Biroli e Miguel (2009), esses são mecanismos que limitam a presença da mulher na política e também nas mídias, as quais reforçam a definição dominante sobre o que é a política e sobre quem tem legitimidade para ser participante, o que inclui a naturalização de um viés ligado ao gênero.

Tais representações estabelecem expectativas e constrangimentos para atuação das mulheres na sociedade: limitada à esfera privada ou, se na vida pública, restrita a certas funções ou temáticas; avaliada por seu corpo ou aparência física, por sua personalidade, por sua vida privada ou familiar, por sua relação com a maternidade ou o casamento, entre outros aspectos convencionais de avaliação da atuação feminina.

Assim, nossa investigação, que tem como objetivo analisar as representações construídas pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre as cinco mulheres candidatas à vice-presidente da República na eleição presidencial de 2018, busca se somar a esses estudos no campo da Comunicação e sua interface com a política. Pretende-se colaborar para o avanço da pesquisa na área da Comunicação e do Jornalismo interessada em investigar as relações entre as formas de representações das mulheres políticas em relatos jornalísticos e o modo como afetam a maior ou menor presença delas na política institucional.

3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, COMUNICAÇÃO E JORNALISMO

A teoria das representações sociais, desenvolvida por Serge Moscovici no campo da Psicossociologia, oferece um conjunto de possibilidades teórico-metodológicas para refletir e compreender a multiplicidade de pensamentos, e os processos comunicacionais da sociedade contemporânea para representá-los. Por isso, representação social tem sido um conceito bastante utilizado no campo das Ciências Humanas e Sociais, também da Comunicação e do Jornalismo. No presente capítulo nos detemos a apresentar e compreender, na primeira parte, o conceito de representação social, e, na sequência, a explorar as relações das práticas de comunicação - como as realizadas pelo Jornalismo - com o fenômeno das representações sociais.

3.1. Representações sociais: conceito e fenômeno

Uma referência fundamental quando se fala de representação social, e razão pela qual o escolhemos para embasar nossa pesquisa, é o romeno Serge Moscovici (2009). A teoria das representações sociais proposta por ele, nos anos de 1960, parte das reflexões do sociólogo francês Émile Durkheim sobre representação coletiva. No entanto, Moscovici propõe que as representações sejam pensadas como um fenômeno e não da forma que Durkheim as pensava - como um conceito, separando-as em coletivas e individuais: a consciência era pensada como o substrato das representações individuais, caracterizadas pela variabilidade e pela efemeridade, enquanto a sociedade seria o suporte das representações coletivas, tendo como características marcantes a estabilidade e possibilidades de reprodução.

Para o romeno, Durkheim concebia a representação coletiva como “artifícios explanatórios, irredutíveis a qualquer análise posterior” que teria um papel coercitivo sobre os indivíduos (MOSCOVICI, 2009, p. 45) e a função de integração da sociedade. As representações coletivas atuam de forma externa sobre os membros de um determinado grupo social e se constituiriam como a base do pensamento individual. Ao invés de representações coletivas, Moscovici prefere e defende o termo representações sociais:

Se, no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São

fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar - um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo 'social' em vez de 'coletivo' (MOSCOVICI, 2009, p. 49).

Partindo de Durkheim, então, mas adotando outra perspectiva, Moscovici será o primeiro a introduzir o conceito de representações sociais na Psicologia Social. Para o teórico, o fenômeno das representações está relacionado aos processos sociais que implicam diferenças nas sociedades, e por essa razão, as representações são uma forma de criação coletiva, em condições de modernidade (DUVEEN, 2009, p. 16). Dentro dessa perspectiva, as representações sociais passam a ser reconhecidas como uma forma de conhecimento produzida através da interação e da comunicação, como uma expressão das necessidades e desejos humanos.

Nessa perspectiva, as representações possuem um sentido dinâmico e dialético, tanto em relação ao processo de definição do objeto quanto ao estabelecimento das estruturas de conhecimento. Da mesma forma que permite ao indivíduo estabelecer uma ordem para organizar, controlar e contemplar o mundo material, esses códigos criados e significados para nomear os objetos servem para a comunicação entre as pessoas. É por isso que dentro deste contexto, onde os diferentes grupos buscam entender sua influência e legitimar as representações construídas, a produção e a circulação dessas representações ganham um foco distinto, através da comunicação (DUVEEN, 2009, p. 21).

Representação e comunicação, portanto, têm uma relação de dependência mútua - sem uma, a outra seria impossível. O foco da crítica de Moscovici às representações coletivas de Durkheim foi demonstrar que a criação coletiva, além de ser organizada e estruturada através das representações, é ao mesmo tempo conformada pela influência da comunicação, e é isso o que torna a comunicação possível. Ou seja, "as representações podem ser o produto da comunicação, mas também é verdade que sem as representações, não haveria comunicação" (DUVEEN, 2009, p. 22).

Deste modo, o autor defende que, na medida em que mudam os interesses humanos e surgem novas formas de comunicação, podem emergir novas representações. São elas que convenciam os objetos, pessoas ou acontecimentos, colocando-os em determinadas categorias que serão compartilhadas por um grupo de pessoas, e, por essa razão, servem também para impor sua força, como algo que deve ser pensado. Significa dizer que a representação que temos de algo não reflete nossa maneira de pensar, mas, contrariamente, nossa maneira de

pensar e o que pensamos, depende das representações que temos ou não temos de determinado objeto. As representações são produtos impostos e transmitidas através de uma sequência de elaborações realizadas ao longo dos tempos, resultado de sucessivas gerações, de uma maneira coletiva (MOSCOVICI, 2009, p. 37).

Por isso, segundo Moscovici (2009, p. 39), as representações estão presentes em todas as interações humanas. Elas se manifestam todas as vezes que nos familiarizamos com coisas e pessoas. Do contrário, seriam apenas ações e reações. As palavras e seus significados descritos em um dicionário representam uma forma de classificar os indivíduos e coisas, pois contém, implicitamente, teorias sobre o porquê se constituem ou se comportam de determinadas maneiras. Esse conteúdo, uma vez aceito e difundido, passa a nos constituir e influencia a relação com o objeto. Este exemplo demonstra como a tradição e as estruturas imemoriais (aquilo que percebemos e imaginamos), que seriam as representações, acabam se constituindo em algo concreto, real (MOSCOVICI, 2009, p. 39).

Se em Durkheim, as representações (coletivas) eram vistas como estáticas, em Moscovici elas têm a natureza de mudança, na medida que influenciam o comportamento de um indivíduo, participante de uma coletividade. Dessa forma, as representações são internalizadas e se tornam como objetos materiais, resultado das ações e da comunicação. O objetivo do estudo das representações sociais, de acordo com Moscovici (2009, p. 43), é compreender como se originam as perguntas e respostas do ser humano sobre o mundo, e não o processamento dessas informações ou mesmo o seu comportamento. Isto porque - prossegue o autor -, como elas não são criadas por um indivíduo isoladamente, mas resultam da cooperação e da comunicação de pessoas e grupos, as representações circulam, se atraem, se repelem e se renovam. Portanto, sustenta o teórico, a observação e a compreensão das circunstâncias em que os grupos se comunicam e tomam as decisões podem revelar ou esconder suas crenças, ideologias, ciências e representações.

Para compreender como as representações se modificam, o autor destaca que o caráter das representações sociais se revela em momentos de crise ou mudança. É neste momento, em que as imagens (representações) de pessoas ou grupos estão passando por mudanças que ocorre uma manifestação mais espontaneamente. É a tentativa de compreender o não-familiar que faz com que as barreiras entre o mundo privado e o público tornem as representações mais transparentes. Segundo Moscovici, essa crise se torna ainda mais acentuada quando ocorre uma ruptura de linguagens e conceitos entre os universos reificados (ciência) e o universo consensual

(popular), com o surgimento de novas teorias ou descobertas científicas que, de alguma forma, alteram ou tencionam o senso comum, por exemplo.

Segundo Moscovici, “quanto mais sua natureza é esquecida e sua natureza convencional é ignorada, mais fossilizada ela se torna. O que é ideal, gradualmente torna-se materializado” (Moscovici, 2009, p. 41). Frege, citado por Moscovici, usa o exemplo do martelo para demonstrar a força que a comunicação do pensamento exerce sobre o comportamento. “Como um martelo parece muito mais real que um pensamento. Como é diferente o processo de usar um martelo do que comunicar um pensamento (FREGE, 1997:38 apud MOSCOVICI, 2009, p. 43). A observação e a compreensão das circunstâncias em que os grupos se comunicam e formam as decisões podem revelar ou esconder suas crenças, ideologias, ciências e representações. O que Moscovici propõe é que as pessoas e grupos produzem e comunicam suas próprias representações como uma forma de responder às questões que elas mesmas se colocam. Neste contexto, os acontecimentos, as ideologias e a ciência significam o alimento para o pensamento (MOSCOVICI, 2009, p. 45).

Nesta perspectiva, as representações sociais passam a ser compreendidas como um fenômeno, uma maneira específica de compreender e comunicar algo que já se conhece. Por isso, uma mesma representação possui duas faces interdependentes (icônica e simbólica), como os lados de uma folha de papel. Significa que toda representação corresponde a uma imagem com significação, ou seja, ela iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem (MOSCOVICI, 2009, p. 46). Entretanto, os mecanismos mentais que são acionados para construir essa imagem e lhe dar um significado diferem dos mecanismos cuja função é de criar conceitos para explicar algo ou alguém, como explica o autor:

A própria linguagem, quando ela carrega representações, localiza-se a meio caminho entre o que é chamado de a linguagem de observação e a linguagem da lógica; a primeira, expressando puros fatos - se tais fatos existem - e a segunda, expressando símbolos abstratos. Este é, talvez, um dos mais marcantes fenômenos de nosso tempo - a união da linguagem e da representação (MOSCOVICI, 2009, p. 46).

Para compreender o lugar que as representações ocupam na sociedade, Moscovici (2009, p. 49-51) faz a distinção entre o universo consensual e o reificado. No primeiro, o ser humano é a medida de todas as coisas e a sociedade é vista como um grupo de pessoas iguais e livres, que podem manifestar-se e adquirir competências conforme as circunstâncias. Já no universo reificado, a sociedade é vista como um sistema de diferentes papéis, cujos membros

são desiguais, com a possibilidade de adquirir competência, de acordo com o mérito. Em termos práticos, enquanto a ciência é um meio de explicar o universo reificado, as representações sociais tratam com o universo consensual. Como explica o teórico:

A finalidade do primeiro é estabelecer um mapa das forças, dos objetos e acontecimentos que são independentes de nossos desejos e fora de nossa consciência e aos quais nós devemos reagir de modo imparcial e submisso. Pelo fato de ocultar valores e vantagens, eles procuram encorajar precisão intelectual e evidência empírica. As representações, por outro lado, restauram a consciência coletiva e lhe dão forma, explicando os objetos e acontecimentos de modo que eles se tornam acessíveis a qualquer um e coincidem com nossos interesses imediatos (MOSCOVICI, 2009, p. 52).

Ao analisar a natureza específica das representações, o autor identificou que elas pertenciam e são resultado somente do universo consensual. Isso revelou que a verdadeira natureza das ideologias é transformar e subordinar categorias do senso comum em categorias científicas. Para o teórico, “a finalidade de todas as representações é tornar familiar o não-familiar” (MOSCOVICI, 2009, p. 54).

O que eu quero dizer é que os universos consensuais são locais onde todos querem sentir-se em casa, a salvo de qualquer risco, atrito ou conflito. Tudo o que é dito ou feito ali, apenas confirma as crenças e as interpretações adquiridas, corrobora, mais do que contradiz, a tradição. Espera-se que aconteçam, sempre de novo, as mesmas situações, gestos, ideias. A mudança como tal somente é percebida e aceita desde que ela apresente um tipo de vivência e evite o murchar do diálogo, sob o peso da repetição (MOSCOVICI, 2009, p. 55).

Significa que dentro de um universo consensual, o que se busca na dinâmica das relações é apenas as confirmações das crenças e interpretações adquiridas, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são compreendidos com base em percepções comuns. Desse modo, aquilo com que se cresce acostumado é compreendido como algo familiar. Já a presença real de algo ausente, o qual não se tinha um conhecimento prévio, ou seja, quando a fronteira do familiar é rompida, o indivíduo é confrontado com o não-familiar: algo que intriga e alarma os indivíduos e os grupos, pois os obriga a subordinar o objeto ao consenso (MOSCOVICI, 2009, p. 55).

Entretanto, aquilo que ameaça os marcos referenciais de compreensão mútua é rejeitado, pois representa uma ameaça à ordem estabelecida. Diante disso, conforme o autor, no pensamento social coletivo, a conclusão e o chamado veredicto têm prioridade sobre o julgamento. “Antes de ver e ouvir a pessoa nós já a julgamos, nós já a classificamos e criamos uma imagem dela” (MOSCOVICI, 2009, p. 58). Desta forma, alerta o teórico, estudar uma representação implica tentar descobrir a característica não-familiar que a motivou. Sendo ainda,

importante observar o desenvolvimento desta característica no momento exato em que ela emerge na atmosfera social (MOSCOVICI, 2009, p. 59). Neste aspecto, o autor aponta mais um contraste entre o objeto da ciência (universo reificado) e o objeto da psicologia social (representações). A ciência, ao estruturar, organizar e contestar o conhecimento do senso comum tem como objetivo tornar o familiar em não-familiar. Já as representações surgem e se estabelecem a partir do não-familiar (MOSCOVICI, 2009, p. 59).

3.2 Mecanismos da representação: ancoragem e objetivação

Embora Moscovici sustente que as ciências e as representações sejam diferentes entre si, o autor demonstra que elas são ao mesmo tempo complementares. Isso decorre do fato de que as ciências não atuam como um antídoto, ao contrário, também geram representações e na medida em que surgem novas teorias e acontecimentos precisam ser comunicadas de uma forma mais imediata e acessível. Ou seja, precisam ser rerepresentadas ao mundo consensual (MOSCOVICI, 2009, p. 60). Aqui podemos pensar na importância que tem os meios de comunicação, inclusive as mídias jornalísticas, ao colocar em circulação e discussão estas representações no mundo consensual.

Como não é tão simples transformar palavras, ideias ou seres não-familiares em algo familiar, Moscovici diz que é necessário pôr em funcionamento dois mecanismos que se baseiam na memória e em pressupostos passados: a ancoragem e a objetivação. “O primeiro mecanismo tenta ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns, colocá-las em um contexto familiar” (MOSCOVICI, 2009, p. 61).

Já “o objetivo do segundo mecanismo é objetivá-los, isto é, transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que existe no mundo físico” (MOSCOVICI, 2009, p. 61). É a partir desses dois processos que o não-familiar se torna familiar, pois primeiro é transferido para a esfera pessoal, onde pode sofrer comparações e interpretações para depois se materializar em coisas familiares, que podem ser, por consequência, controladas (MOSCOVICI, 2009, p. 61).

O mecanismo de ancoragem consiste em classificar e dar nome a alguma coisa. “Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. Nós experimentamos uma resistência, um distanciamento quando não somos capazes de avaliar algo, de descrevê-lo a nós mesmos ou a outras pessoas” (MOSCOVICI, 2009, p. 61). Isso demonstra que a neutralidade não existe em nenhum processo,

pois para realizar uma classificação (dar nome a algo) são acionados os pressupostos de avaliação e de rotulação. Para classificar algo ou alguém são acionados paradigmas internos que estabelecem uma relação positiva ou negativa com o objeto (MOSCOVICI, 2009, p. 62-63).

Moscovici (2009, p.64) explica ainda que as classificações podem gerar protótipos que serão aceitos como representantes de uma classe. Para exemplificar, ele cita Albert Einstein e Winston Churchill como sendo representativos de cientista e de político para uma nação. O que significa que os demais cientistas e políticos são classificados em relação a eles. Esse processo demonstra que não conhecemos de fato alguém, mas que buscamos reconhecê-lo, identificá-lo e classificá-lo de acordo com determinadas categorias. Assim, o processo de ancoragem implica, implicitamente, o veredicto sobre o julgamento. (MOSCOVICI, 2009, p. 65)

A superação dos preconceitos, de qualquer ordem, segundo Moscovici, é possível com a mudança das representações sociais. Ao classificar, dar nome a algo, a pessoa ou objeto descrito adquire certas características, e torna-se distinto dos outros através destas características e tendências. Além disso, também se torna um objeto de uma convenção para aqueles que compartilham da percepção do objeto ou pessoa. “Por exemplo, quando nós chamamos a uma pessoa, cujas opiniões não estão de acordo com a ideologia corrente, de um ‘inimigo do povo’, o termo que, de acordo com aquela ideologia, sugere uma imagem definida, exclui essa pessoa da sociedade à qual ela pertence” (MOSCOVICI, 2009, p. 68).

Essa premissa confirma, segundo o autor, que dar nome a algo não é apenas uma operação intelectual, mas está relacionada à uma atitude social, pois os sistemas de classificação e de nomeação têm como objetivo facilitar a interpretação de características e das intenções das pessoas, e, assim, formar opinião sobre elas. Ou seja, o modo como os atores (e também as mídias jornalísticas) nomeiam aquilo que os cerca (pessoas, acontecimentos, temas etc.) é fundamental, pois enquadra em um determinado campo de sentidos e interpretações, e forma opinião a respeito.

O segundo mecanismo de construção de representações - a objetivação - é transformar uma abstração em algo concreto. É a materialização da representação, através da reprodução de um conceito em uma imagem. Além de reproduzir um conceito em uma imagem, o ato de comparar é também uma forma de representar, pois se preenche algo vazio, com as imagens que se tem referência. Como explica o autor:

Para se ter uma compreensão mais clara da nossa tendência em objetivar, poderíamos analisar fenômenos sociais tão diferentes como a adoração de um herói, a personificação das nações, raças, classes, etc. Cada caso implica uma representação social que transforma palavras em carne, ideias em poderes naturais, nações ou linguagens humanas em uma linguagem das coisas (MOSCOVICI, 2009, p. 77-78).

Dada essa tendência do ser humano em objetivar tudo, mesmo quando não se dispõe de palavras para ligá-las a imagens acessíveis, capacidade para ser representada, outro mecanismo é acionado. É o que o autor chama “padrão de núcleo figurativo, um complexo de imagens que reproduzem visivelmente um complexo de ideias” (MOSCOVICI, 2009, p. 72). É a forma pela qual a sociedade busca referenciais, de acordo com suas crenças e com o estoque preexistente de imagens, para traduzir situações comuns. “Uma vez que uma sociedade tenha aceito tal paradigma, ou núcleo figurativo, ela acha fácil falar sobre tudo o que se relacione com esse paradigma e devido a essa facilidade as palavras que se referem ao paradigma são usadas mais frequentemente” (MOSCOVICI, 2009, p. 73).

Como consequência dessa tendência humana em objetivar as coisas, Moscovici (2009, p. 77) afirma que é possível analisar distintos fenômenos sociais, como raças, classes, etc. Esse é objeto de estudo da teoria das representações: compreender como os indivíduos e grupos, com toda essa diversidade, constroem um mundo estável e previsível para si próprio e o descrevem para as demais pessoas. O ato de tornar familiar o não-familiar, através das representações, é a soma da memória e da experiência dos indivíduos. “As experiências e memórias não são nem inertes, nem mortas. Elas são dinâmicas e imortais. Ancoragem e a objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória” (MOSCOVICI, 2009, p. 78).

De acordo com a teoria das representações sociais agimos mediante dois conjuntos de motivações, que são: causalidade primária e causalidade secundária. Essas motivações demonstram que o pensamento é bi-causal, pois estabelece simultaneamente relações de causa e efeito e uma relação de fins e meios (MOSCOVICI, 2009, p. 81). A causalidade primária indica que, nas relações, os seres humanos agem ou reagem motivados pela finalidade ou propósito das intenções pessoais ou de terceiros. “Tudo o que as pessoas fazem ou dizem, cada contratempo normal parece ter um sentido, intenção ou propósito ocultos, que nós tentamos descobrir” (MOSCOVICI, 2009, p. 82).

Já a causalidade secundária, não se caracteriza pela espontaneidade no modo de se ver, mas leva em conta as informações externas da linguagem e da visão científica de cada um para classificar algo, em determinada categoria, e assim identificar e explicar algo. Nas representações as duas casualidades se misturam e agem conjuntamente para produzir sentido

aos fenômenos. Porém, Moscovici alerta que existe um contraste entre os dois tipos de causalidades, e que isso é usado para até mesmo manipular as circunstâncias. Isso ocorre quando os fins são ou estão disfarçados como causas, os meios como efeitos e as intenções como resultado (MOSCOVICI, 2009, p. 84).

Contrário à teoria de causalidade social ou teoria das atribuições que tenta explicar por que os indivíduos atribuem certos comportamentos a outras pessoas e outros comportamentos ao ambiente para criar as representações, Moscovici parte da premissa que são as representações que ditam as atribuições, tanto para o indivíduo, quanto para a sociedade. Significa que as causas selecionadas e atribuídas, para determinar ou justificar o comportamento de um indivíduo ou grupo, são determinadas pelo repertório de representações que o indivíduo tem sobre cada caso, ou experiência com o fato.

Com base nesse pressuposto, o autor chega, então, “à seguinte proposição: na sociedade em que nós vivemos hoje, a causalidade pessoal é uma explicação de direita e a causalidade situacional é uma explicação de esquerda” (MOSCOVICI, 2009, p. 86). Para o teórico é impossível à psicologia social ignorar a divisão estrutural e organizacional do mundo. Trata-se, pois, de uma divisão permanente, entre direita e esquerda, que obriga as pessoas a adotarem um tipo de causalidade pessoal ou situacional.

As consequências que derivam de tal proposição não poderiam ser mais precisas: os motivos de nossas ações são ditados e estão relacionados com a realidade social, a realidade cujas categorias constantes dividem o pensamento humano tão nitidamente como o fazem dualidades tais como alto e baixo, homem e mulher, etc. (MOSCOVICI, 2009, p. 86)

Dessa forma, fica mais claro compreender por que classes dominantes e dominadas não possuem uma mesma representação do mundo em que vivem e partilham. Entretanto, como coloca Moscovici, elas “o veem com olhos diferentes, julgam-no de acordo com critérios específicos e cada um faz isso de acordo com suas próprias categorias” (MOSCOVICI, 2009, p. 87). De tal forma, que as classes dominantes tendem a compreender o indivíduo como responsável por tudo o que lhe acontece, tanto suas vitórias quanto suas derrotas. Já para as classes dominadas prevalece o entendimento de que são as circunstâncias criadas pela sociedade que determinam as causalidades.

3.3 Representação, comunicação e linguagem: construção de uma realidade comum

A partir da teoria de Serge Moscovici, então, tem-se que as representações sociais que os indivíduos e grupos constroem acerca do mundo são um fenômeno resultante das interações e relações no seio da sociedade, mediadas pela comunicação e linguagem. Por isso, entendemos que as práticas de comunicação - entre as quais as práticas e narrativas do Jornalismo - ocupam um lugar central na contemporaneidade na elaboração e reelaboração permanente de representações sociais.

A necessidade de nomear, interpretar e definir as coisas através das representações são fenômenos sociais e se tornaram um dos objetos centrais das Ciências Humanas. É o que assegura a socióloga francesa Denise Jodelet (2001), apontada como uma das principais colaboradoras e também divulgadora da obra de Serge Moscovici. Para a autora, as representações fazem parte e são muito importantes na vida cotidiana. “Elas nos guiam na maneira de nomear e definir em conjunto os diferentes aspectos de nossa realidade cotidiana, na maneira de interpretá-los, estatuí-los e, se for o caso, de tomar uma posição a respeito e defendê-la” (JODELET, 2001, p. 1).

A pesquisadora explica que construímos representações para saber não apenas aquilo o que temos a ver individualmente com o mundo em que vivemos, mas também o mundo que compartilhamos com outras pessoas, tanto fisicamente quanto intelectualmente. Neste sentido, as representações são sociais, porque nos auxiliam a nomear e definir em conjunto, com outros indivíduos, os diferentes aspectos da realidade, de modo a interpretá-las e estabelecer preceitos sobre as ideias, coisas e pessoas (JODELET, 2001, p. 1). Dessa forma, a autora destaca que as representações sociais podem ser facilmente observadas na circulação dos discursos, através das palavras, nas mensagens e imagens midiáticas, ou ainda cristalizadas nas condutas, ou em um conjunto de relações materiais (agenciamentos).

Ao caracterizar a representação social como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p. 36), a pesquisadora defende que se trata de um objeto de estudo distinto, mas tão importante e legítimo quanto o conhecimento científico. Permite, pois, segundo a autora, uma aproximação da vida mental individual e coletiva, e, por isso, as representações são abordadas cientificamente “como o produto e o processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e da elaboração psicológica e social da realidade” (JODELET, 2001, p.5).

Na prática, explica a autora, as representações correspondem ao pensamento pelo qual o indivíduo relaciona-se ou reconstitui simbolicamente um objeto. Este objeto “pode ser tanto

uma pessoa, uma coisa, um evento material, psíquico ou social, um fenômeno natural, uma ideia, uma teoria etc.: pode ser tanto real quanto imaginário ou mítico, mas sempre requerer um objeto. Não há representação sem objeto” (JODELET, 2001, p. 5). Uma vez constituído, este objeto representado carrega a marca do sujeito, ou seja, a sua interpretação sobre o objeto constituirá um novo conhecimento sobre o referido objeto.

A pesquisadora francesa considera que Moscovici renovou o conceito de Durkheim, não somente sob a perspectiva crítica, mas ao dar à psicologia social um objeto e instrumentos conceituais que permitiram um conhecimento cumulativo, que possibilitaram a compreensão sobre como se opera a transformação de um saber (científico) em outro (senso comum), e vice-versa. Seus postulados também revelaram que as representações possuem uma inter-relação, de correspondência, entre as formas de organização e comunicação sociais e as modalidades do pensamento social, visto sob o ângulo de suas categorias (JODELET, 2001, p. 5).

A autora defende que um dos pontos fortes da teoria de Moscovici sobre as representações sociais é o papel da comunicação social na constituição do universo consensual. Para explicar os fenômenos cognitivos, através das divisões e interações sociais, o teórico examina a incidência da comunicação nas representações em três níveis: 1) Emergência; 2) Formação e 3) Dimensões das representações.

No nível da emergência, as condições afetam aspectos cognitivos. Dentre essas condições destacam-se: a dispersão e distorção das informações relacionadas ao objeto representado; a focalização de certos aspectos que permeiam os interesses dos sujeitos sobre o objeto, ou ainda devido à pressão sobre o sujeito para agir, se posicionar ou obter o reconhecimento do outro. No segundo nível, ocorrem os processos de formação das representações, através da objetivação e a ancoragem. Nesta etapa, que serve para familiarizar o desconhecido, relacionam-se a atividade cognitiva e as condições sociais que conferem conteúdo, significações e utilidade ao objeto. Já no nível das dimensões das representações, são edificadas as influências da comunicação (inclusive a midiática) sobre a conduta do sujeito, que interferem na formação das opiniões, das atitudes e reprodução de estereótipos. “Além disso, incide sobre os aspectos estruturais e formais do pensamento social, visto que engaja os processos de interação social, influência, consenso e dissenso e polêmica” (JODELET, 2001, p.12). Por engajar estes processos, a comunicação apresenta-se, segundo Jodelet, não apenas como um vetor de transmissão da linguagem, mas também como portadora das representações.

Entretanto, a dinâmica social dos grupos da sociedade interfere na edificação das representações, visto que elas presumem a necessidade de adesão e de participação dos

indivíduos. Ainda que existam representações com o peso de uma ideologia dominante, ou com condições definidas no interior de uma estrutura social, o compartilhamento implica uma dinâmica que relaciona o caráter social da representação à inscrição social dos indivíduos (JODELET, 2001, p. 14). Isso ocorre porque o partilhar social serve como afirmação simbólica de unidade e de um pertencimento, no qual as representações preenchem algumas funções de manutenção da identidade social e do equilíbrio sócio-cognitivo, diante da ameaça de alguma novidade. Nesse momento, as funções de proteção e legitimação são acrescentadas, ou acionadas à função cognitiva, através dos processos de ancoragem, visando familiarizar, transformar e integrar o fato novo ao universo pré-existente. (JODELET, 2001, p. 14).

São essas funções que, segundo Jodelet, integram-se à orientação das condutas e das comunicações. Desse modo, o caráter social das representações apresenta outra especificação: o caráter prático, orientado para a ação. E neste sentido, no que diz respeito ao estatuto epistemológico e ao estudo das representações, enquanto modo de conhecimento a serviço dos interesses do grupo, a pesquisadora observa que a representação, por se tratar da construção de um objeto, expressivo do sujeito, sofrerá um hiato em relação ao seu referente. “Este hiato deve-se tanto à intervenção especificadora dos valores e códigos coletivos, como às implicações pessoais e aos envolvimento sociais dos indivíduos” (JODELET, 2001, p. 16).

A autora explica que são produzidos três tipos de efeitos no nível dos conteúdos representativos: 1) as distorções, 2) as suplementações e 3) os desfalques. Entretanto, no que concerne ao estatuto epistemológico, destaca-se que a representação, no âmbito do compartilhamento social, direciona-se para a ação e relação com o mundo.

Na distorção todos os atributos do objeto estão presentes, mas alguns deles são acentuados ou minimizados, de modo a produzir transformações na avaliação do referido objeto. Já na suplementação são conferidos atributos ao objeto que não lhe pertencem, como uma tentativa de projeção sobre o outro, com o propósito de restauração da autoestima, conforme já apontaram alguns estudos (JODELET, 1989, *apud* DOISE 1980). Por fim, no desfalque são suprimidos atributos pertencentes ao objeto. Segundo Jodelet (2001, p. 17) “resulta na maioria dos casos, do efeito repressivo das normas sociais”, a exemplo da libido compreendida como um veto social.

Em relação aos estados e processos que caracterizam as representações como forma de saber, Jodelet aponta que os conteúdos representativos - objetivados - são encontrados em diferentes suportes, como a linguagem, discurso, práticas, entre outros. Porém, o tratamento

desse conteúdo deverá considerar tanto o campo estruturado quanto o núcleo estruturante das representações.

No primeiro caso, resgatam-se os constituintes das representações (informações, imagens, crenças, valores, opiniões, elementos culturais, ideológicos etc.). Esta análise dimensional é completada pela pesquisa do princípio de coerência que estrutura os campos de representação: organizações sócio-culturais, atitudes, modelos normativos ou ainda esquemas cognitivos” (JODELET, 2001, p. 18)

Nas propriedades estruturais destacam-se os processos de formação das representações - que se decompõem em três fases: construção seletiva, esquematização estruturante e naturalização -, evidenciados por Moscovici na fase de objetivação, conforme Jodelet (2001). Já os conteúdos e a estrutura são flexionados pelo processo de ancoragem, que assegura a incorporação e o enraizamento das representações no meio social, conferindo-lhe valores sociais e coerência. O processo de ancoragem tem a força de incluir na memória do indivíduo uma novidade sobre um pensamento já constituído, atualizando o mesmo.

Nesse sentido, e em um processo de continuidade com a objetivação, a ancoragem serve à instrumentalização do saber, com força para naturalizar noções que guiam a interpretação e ação no mundo (JODELET, 2001, p.19). Para Jodelet, são esses processos geradores e funcionais que permitem abordar as representações em diferentes níveis de complexidade e sua relação com a linguagem. Enquanto objeto de estudo, são as condições sociais de produção, circulação e finalidades, com suas características estruturais e processuais que diferem as representações sociais das demais pesquisas.

A partir do exposto e discutido sobre a perspectiva de Serge Moscovici e Denise Jodelet, e buscando uma síntese, pode-se entender as representações sociais como guias para interpretar e nomear o mundo (objetos, fatos, pessoas etc.). São realidades mentais com poder de afetação sobre as relações das pessoas, que orientam condutas, definem identidades, intervêm nos processos de difusão, assimilação dos conhecimentos e nas transformações sociais. Nesta perspectiva, as representações ajudam a perceber os fatos e tornar conhecido e familiar aquilo que é estranho, desconhecido, não familiar. E as representações são construídas através de dois processos: a *ancoragem* (nomeação, rotulação, classificação de objetos e pessoas, que procuram ancorar as ideias não familiares em categorias e imagens comuns/familiares, relacionando-as ao que já se conhece) e a *objetivação* (transformação de algo abstrato em algo concreto, através, por exemplo, de comparações e associações, que tornam um fenômeno tangível, visível).

Como destaca Moscovici (2009, p. 32), as representações têm uma dupla função fundamental – de *orientação* dos indivíduos, porque os ajuda a se localizar e agir no mundo (na

cultura, na sociedade); e de *comunicação*, porque permitem compartilhar os sentidos daquela cultura e sociedade, dando códigos para nomear e classificar objetos, pessoas etc., e, assim, possibilitando a compreensão e interação. As representações são:

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas **orientar-se** em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a **comunicação seja possível** entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 2009, p. 35).

Assim, como apontam Mendes e Dornelas (2019, p. 32-37), há dois aspectos importantes nesta conceitualização: a representação tem um caráter *referencial* e, também, *prescritivo*. Elas são guias de leitura do mundo, orientam interpretações e comportamentos (MENDES; DORNELAS, 2019, p. 32). Elas tornam convencionais ou familiares os objetos, as pessoas, os acontecimentos, incluindo-os dentro de uma determinada categoria, na realidade, e identificando-os a outros já existentes. E são prescritivas, porque se impõem sobre os indivíduos com força, são compartilhadas e influenciam outras pessoas; são repensadas e rerepresentadas (MENDES; DORNELAS, 2019, p. 34-37).

Ainda da perspectiva de Moscovici (2009) e Jodelet (2001), é importante destacar o caráter social das representações e sua relação de interdependência com a comunicação. As representações são sociais porque resultam das interações e das relações dos indivíduos em grupos, mediadas pela linguagem, e circulam através de diferentes formas de comunicação, inclusive aquelas de diferentes suportes midiáticos: discursos, textos jornalísticos, mensagens e imagens midiáticas, entre outros. Dessa forma, há uma relação de mútua dependência entre as representações sociais e a comunicação (FRANÇA, 2004), como discutiremos mais adiante.

3.4. Representação, cultura, estereótipos e relações de poder

Ainda que a partir de outra perspectiva – a dos Estudos Culturais - Stuart Hall (2016), importante teórico da cultura e sociólogo britânico-jamaicano, também traz contribuições relevantes para a discussão sobre representações. Hall não se refere a representações sociais, como Serge Moscovici, e sim faz a relação da representação com a cultura (representações culturais) e também com relações de poder. Por isso, e pela relevância dessa discussão dos estudos culturais para o campo da comunicação, trazemos aqui uma síntese do que captamos

em Hall sobre a relação entre representação, cultura, linguagem e relações de poder, assim como a importante reflexão realizada pelo autor sobre representação e estereótipos.

Para Hall, a representação é uma das práticas centrais para a produção da cultura, na medida em que,

[...] cultura diz respeito a “significados compartilhados”. Ora, a linguagem nada mais é do que o meio privilegiado pelo qual “damos sentido” às coisas, onde o significado é produzido e intercambiado. Significados só podem ser compartilhado pelo acesso comum à linguagem. (HALL, 2016, p. 17)

Hall (2016) defende que a linguagem sustenta o diálogo entre os participantes, de forma que eles interpretem o mundo de maneira semelhante, porque a linguagem opera como um sistema representacional. Dessa forma, para o autor, concedemos sentido às coisas ou pessoas a partir dos paradigmas de interpretação que temos sobre elas, pelo modo como as utilizamos em nossas práticas diárias, e também pela maneira como as representamos. Esse representar inclui todas as palavras, imagens, emoções, classificações, conceitos, ou seja, os valores neles embutidos (HALL, 2016, p. 21).

Nos estudos culturais de Hall, o sentido atribuído às coisas tem importância fundamental, na medida que para o estudioso a cultura significa o compartilhamento de significados entre os membros de um grupo ou sociedade. Desse modo, para o autor, pertencem à cultura todas as práticas que não são geneticamente/biologicamente programadas, e que precisam ser “significativamente interpretadas por outros, ou que dependem do sentido para seu efetivo funcionamento” (HALL, 2016, p. 21). Como consequência, o estudo da cultura abrange o domínio simbólico da produção de sentidos na vida em sociedade. Segundo o teórico, “membros de uma mesma cultura compartilham conjuntos de conceitos, imagens e ideias que lhes permitem sentir, refletir e, portanto, interpretar o mundo de forma semelhante” (HALL, 2016, p. 23).

Ainda conforme o autor, os códigos culturais compartilhados são resultado dos sistemas de representação daquilo que é pensado e sentido internamente, em relação ao mundo externo. Uma forma de comunicar esses códigos culturais é através da linguagem. Esta é entendida em um sentido mais amplo do que a compreensão de um idioma: ela se refere às práticas que possibilitem o diálogo, a compreensão entre os interlocutores. Essas múltiplas formas de operação da linguagem são, segundo Hall, sistemas de representação, pois utilizam diferentes componentes da realidade natural e material – sons, palavras, gestos, fotografias, entre outros - para dar sentido àquilo que se quer expressar.

A elaboração e circulação dos significados é vista, a partir da perspectiva da abordagem social construtivista, como algo construído. E desse modo também a representação é vista como algo constitutiva das coisas. Assim, a cultura é definida pelo autor “como um processo original e igualmente constitutivo, tão fundamental quanto a base econômica ou material para a configuração dos sujeitos sociais e acontecimentos históricos – e não uma mera reflexão sobre a realidade depois do acontecimento (HALL, 2016, p. 26).

Entre os modelos de abordagem para a análise dos sentidos na cultura, a linguagem para a semiótica oferece um modelo geral da cultura e da representação, através do estudo dos signos e seus papéis enquanto veículos de sentido. Na análise discursiva, de acordo com Hall, as formações discursivas desempenham um papel diferente, na medida em que sentido, representação e cultura são elementos constitutivos, e definem que tipo de conhecimento é considerado útil, verdadeiro e relevante em determinados contextos. Na definição de Hall,

Discursos são maneiras de se referir a um determinado tópico da prática ou sobre ele construir conhecimento: um conjunto (ou constituição) de ideias, imagens e práticas que suscitam variedades no falar, formas de conhecimento e condutas relacionadas a um tema particular, atividade social, ou lugar institucional na sociedade. Essas *formações discursivas*, como assim são conhecidas, definem o que é ou não adequado em nosso enunciado sobre um determinado tema ou área social, bem como em nossas práticas associadas a tal área ou tema (HALL, 2016, p. 26).

Hall pontua que uma das diferenças entre a semiótica e a abordagem discursiva, é que a primeira se preocupa sobre como a representação e a linguagem produzem sentido. Já a abordagem discursiva, segundo o autor, preocupa-se com os efeitos e consequências de uma forma particular ou conjunto de representações, em determinado período histórico, ou seja, a sua política.

Mas o que significa representação para Hall? De forma resumida, o autor define que “representação é a produção de sentido pela linguagem” (HALL, 2016, p. 53). É uma prática significante que tem início na mente, a partir dos conceitos que se formam para organizar o mundo em categorias. Esse é o primeiro sistema de representações sobre o mundo conceitual que, para se comunicado externamente, precisa de um segundo sistema de representações que opera através da linguagem, ou seja, a organização dos signos através de códigos.

Nos estudos culturais de Hall, destaca-se a questão da diferença racial como um dos focos de análise da representação como prática de produção de significados. Entretanto, o autor destaca que essas análises também podem ser aplicadas a outras dimensões culturais sobre a diferença. Entre as estratégias para criar representações que visam fixar e ancorar a diferença,

Hall destaca a estereotipagem, que significa “reduzido a alguns fundamentos fixados pela natureza, a umas poucas características simplificadas” (HALL, 2016, p. 173). Para aprofundar o conceito e explicar o uso do estereótipo, Hall cita o ensaio *Estereotipagem*, produzido por Richard Dyer⁴² que faz uma distinção entre tipificação e estereotipagem. A distinção é uma forma de entender o particular por meio do seu tipo, ou seja, a partir de categorias mais amplas, e que existem segundo as regras da sociedade.

Já o estereótipo se apossa de algumas características sobre uma pessoa, fazendo como que ela seja reduzida a esses traços, que são exagerados, simplificados e naturalizados, fixando a diferença. Além disso - continua Hall citando Dyer -, a estereotipagem também cria uma divisão entre o normal e aceitável, do anormal e inaceitável, para em seguida excluir tudo o que é diferente. Outro ponto, é que a estereotipagem tem a tendência de se manifestar em relações desiguais de poder (HALL, 2016, p. 192).

Desse modo, Hall estabelece na estereotipagem uma conexão entre representação, diferença e poder. Aqui o exercício do poder não é compreendido apenas em termos econômicos ou de força física, mas também em termos simbólicos dentro das práticas de representação. Para Hall, a estereotipagem é um tipo de poder hegemônico e discursivo que opera de diversas formas, seja através da cultura, das imagens, da representação, entre outros. É circular, na medida em que implica os sujeitos que possuem o poder e aqueles que estão submetidos a eles. Ao considerar a dimensão sexual, Hall aponta que a base da estereotipagem está alicerçada em fantasia e projeção, que tem como efeitos a divisão e a ambivalência entre os sujeitos.

3.5 Representações como fenômeno comunicacional e o papel do jornalismo

Verificamos, a partir das reflexões de Moscovici (2000) e Denise Jodelet (2001), em uma perspectiva, e de Stuart Hall (2016) em outra perspectiva, sobre o conceito e o fenômeno das representações (sociais, no primeiro caso; culturais, no segundo), que os processos e práticas da comunicação desempenham um papel importante no trabalho de (re) construção de representações na sociedade. Isso é importante porque nos ajuda a pensar a relação do Jornalismo com as representações. O jornalismo, enquanto uma prática de comunicação (SILVA; FRANÇA, 2018) – social, cultural - tem um papel central no processo permanente e

⁴² Stereotyping (DYER, 1977, *apud* HALL, 2016)

cotidiano de criar, reforçar ou recriar representações sobre pessoas, objetos, fatos, acontecimentos, temas e fenômenos sociais.

Tanto Moscovici (2009) quanto Jodelet (1989) falam explicitamente desta associação entre as representações e a comunicação na (re) criação de representações acerca dos sujeitos e das suas ações neste mundo. Da mesma forma, Hall (2016), ao entender a representação como a produção de sentido efetuada através da linguagem, nos faz pensar sobre os sentidos produzidos cotidianamente nos relatos jornalísticos sobre fatos, objetos, temas, pessoas, grupos sociais etc. e como tais construções simbólicas são atravessadas por relações de poder.

Interessa-nos, aqui, destacar como o conceito de representação, discutido nessas outras áreas do conhecimento (MOSCOVICI, 2009; JODELET, 1989; HALL, 2016) pode ser pensado para a compreensão e análise de objetos da comunicação e/ou do jornalismo. Trata-se de conceito importante também no campo da Comunicação. Ao fazer um breve panorama de algumas abordagens do conceito de representação, tendo a preocupação principal com a área da comunicação, Corrêa e Silveira (2014, p. 208) assinalam que o termo representação, sobretudo nas áreas de filosofia e semiótica, está relacionado à ideia de substituir algo que existe no mundo real, apropriando-se de elementos e referências daquilo que é representado. Portanto, não se trata de uma cópia, ou espelho de algo que já existe, mas de um modo particular de apreender o objeto. Desta forma, a representação compreendida como um signo, com potencial estético e mimético, também se constitui de traços axiológicos, que indicam normas e valores, tendo em vista que ela é resultante da apropriação dos sujeitos (CORREIA; SILVEIRA, 2014).

Este caráter de imprecisão e abertura para diversos campos de sentido é o que insere o estudo da representação no campo da comunicação, através do estudo da linguagem. Considera-se, pois, que as representações sociais influenciam e conformam as práticas sociais, produzindo efeitos práticos e reais (CORRÊA; SILVEIRA, 2014, p. 210). As práticas comunicativas - inclusive das mídias e do Jornalismo, como práticas sociais e comunicativas que são (SILVA; FRANÇA, 2018) - também são influenciadas pelas representações compartilhadas socialmente, ao mesmo tempo em que colaboram para a (re) produção e circulação destas representações. E como são abertas aos sentidos e interpretações, tais representações estão comumente no centro de disputas simbólicas entre diferentes atores nas suas interações comunicativas, cada vez mais mediadas por mídias de diferentes tipos (FRANÇA; 2004; CORRÊA; SILVEIRA, 2014).

Uma das autoras do campo da Comunicação no Brasil a discutir este vínculo entre representação e práticas comunicativas é a pesquisadora Vera França (2004). A partir de sua reflexão podemos compreender porque as representações que circulam no mundo são

construídas e ganham sentido em contextos relacionais específicos, como é o caso da mídia (em cujos suportes o Jornalismo ganha materialidade). Ao pensar a comunicação “como instância de produção de sentido instalada num contexto relacional” (FRANÇA, 2004, p. 13), a pesquisadora examina os conceitos de representação social e de mediação, e realiza o cruzamento dessas duas forças para a construção do que ela chama de “terreno da sociabilidade”. Desse modo, conclui que a comunicação ao mesmo tempo possui um lugar constituinte (práticas comunicativas), e um lugar que é instância de apreensão dos processos de constituição.

Vera França compreende as representações como um fenômeno com dupla natureza (de instauração de sentidos e inscrição material) e sujeito a sofrer alterações de dimensões simbólicas nas suas formas concretas de manifestação (FRANÇA, 2004, p. 18). Isto posto, significa dizer que uma imagem específica não possui uma única tradução do seu sentido, mas um mapa de possibilidades e de sentidos (representações) que se expandem e podem tomar diferentes formas. Isso ocorre, segundo a autora, porque

As representações estão intimamente ligadas aos contextos históricos e sociais por um movimento de reflexividade - elas são produzidas no bojo de processos sociais, espelhando diferenças e movimentos da sociedade; por um lado, enquanto sentidos construídos e cristalizados, elas dinamizam e condicionam determinadas práticas sociais (FRANÇA, 2004, p. 19).

Para compreender como as representações são apropriadas na vida cotidiana, especialmente àquelas que circulam e alimentam as narrativas da mídia (e das mídias jornalísticas, podemos especificar), Vera França evidencia a força da mediação nesse processo. Considerando as mediações como filtros que intervêm na maneira como os indivíduos são afetados pelas mensagens midiáticas, a autora problematiza ao afirmar que a mediação também atua na produção de sentido. “E as mediações dizem respeito a esse trabalho de consumir, assimilar, dar nossa feição aos produtos, às representações e imagens que nos são disponibilizadas” (FRANÇA, 2004, p. 21). Para ela, não se trata de um processo individual, pois os sujeitos/receptores não são instâncias isoladas, mas atores dentro de um contexto sócio-histórico cultural. Desse modo, concluímos com França, que as representações resultam das relações dos indivíduos, no contexto do grupo e enquanto práticas comunicativas. Nesse contexto, a mídia possui um espaço de profunda reflexividade por seu contexto relacional específico.

Outro trabalho importante é o de Antunes e Lara (2013) que também se voltam para o campo da Comunicação e, principalmente, do Jornalismo – o que nos ajuda a delinear as perspectivas de análise de nossa pesquisa de mestrado, que se interessa pela compreensão das representações sociais sobre a atuação/participação de mulheres políticas presentes em textos jornalísticos sobre a campanha eleitoral de 2018. Antunes e Lara (2013) partem da concepção de Vera França de que “o ato comunicativo aciona e se funda na representação social, de maneira singular ele atualiza e interfere no ‘terceiro simbolizante’ que o orientou” (FRANÇA, 2003, p. 16 – apud ANTUNES; LARA, p. 187) – sendo que o “terceiro simbolizante” é aquilo que atua na interação estabelecendo um terreno comum entre os sujeitos, ou seja, o polo da cultura ou do outro (os saberes, os valores etc.⁴³). Seguindo o proposto por Antunes e Lara (2013, p. 188), procuramos fazer relações entre os textos jornalísticos e a cultura, o social:

Nossa proposta se inscreve, dessa maneira, na tentativa de estabelecer relações entre os textos jornalísticos e este “terceiro simbolizante” [o polo da cultura], entendendo que estes elementos se constituem de forma recursiva. Pois, como destaca França, os produtos jornalísticos acionam os conhecimentos presentes no terceiro simbolizante de forma que possam ser compreendidos e inseridos em quadros mais amplos da interação social e também atuam fortemente na atualização (seja para confirmar, seja para estabelecer novos sentidos) destes saberes (ANTUNES; LARA, 2013, p. 188).

Semelhante ao pensado por estes pesquisadores, buscamos relacionar os textos jornalísticos a noções contemporâneas relacionadas ao lugar da mulher na sociedade e à participação da mulher na atividade política, de forma a perceber as representações utilizadas para dar sentido à atuação política daquelas mulheres no contexto da eleição presidencial. Para isso, considera-se importante a apreensão de dois aspectos ou dimensões de análise: 1) o que é relatado sobre as mulheres candidatas e sua atuação, a visibilidade ou destaque que lhes são dados na cobertura da eleição; 2) a forma de construção das mulheres presentes nos relatos analisados, ou seja, a representação feita sobre elas, suas ações e o papel desempenhado naquele

⁴³ Vera França em coautoria com César Guimarães dizem textualmente: “A comunicação, como indica L. Quéré (1982), é dotada de uma dupla reflexividade. Uma primeira é interna: ao comunicar, tanto formatamos ideias (um conteúdo proposicional, uma leitura do mundo) quanto uma relação (estabelecemos um estar com o outro, um padrão de sociabilidade. Estes dos planos interferem-se mutuamente: o conteúdo proposicional altera a relação, a relação altera o conteúdo. Ou seja, a comunicação age sobre ela mesma; é da ordem da contingência e define-se no ato mesmo de se realizar. Mas para que ela se estabeleça, instaura-se também uma reflexividade de segundo grau, que convoca a interferência de um “terceiro”: o polo da cultura ou do outro (o terceiro simbolizante). A comunicação efetiva-se a partir de um universo comum partilhado, que ordena a estrutura de papéis e a materialização do conteúdo proposicional. A realização da comunicação permite o acesso a esse universo comum compartilhado e atua sobre ele, que é “investido” nessas realizações concretas” (GUIMARÃES; FRANÇA, 2006, p. 91).

contexto. Trataremos destes aspectos com mais detalhes na sequência, no **capítulo 3**, onde apresentamos os procedimentos metodológicos e a análise das representações das candidatas à vice-presidência construídas na cobertura jornalística da campanha eleitoral de 2018.

3.6 O gênero no jornalismo e as representações da mulher na política

Como explicado no tópico anterior, compreendemos o jornalismo como uma prática de comunicação (SILVA; FRANÇA, 2018), que se (re) constrói através das práticas sociais e culturais. Nesse sentido, o jornalismo é também um espaço de (re) produção e circulação de valores sociais vigentes em uma dada cultura e época, permeado pelas produções simbólicas que se estabelecem nas relações de gênero e de poder.

Isso significa pensar que o jornalismo, enquanto instituição social, também se constitui pelo gênero, assim como os sujeitos que o produzem. Essa problemática foi tratada como pesquisa na dissertação de mestrado produzida pela jornalista Márcia Veiga da Silva⁴⁴ (2010), que refletiu sobre como os valores referentes à gênero e hierarquia de gênero (entre outros valores, ligados à raça, classe social e geração) estão envolvidos nos processos de construção da notícia.

Através de um estudo de *newsmaking*, Silva (2010) pesquisou sobre o papel desempenhado pela comunicação, em particular pelo jornalismo, nas relações de poder e nas desigualdades que se fundam na cultura, em especial nas relações de gênero e de sexualidade. Para isso, a pesquisadora observou as práticas cotidianas dos jornalistas nas rotinas produtivas de um programa jornalístico de uma televisão (RBS/RS), para identificar se e de que maneira essas concepções de gênero atravessavam a produção de matérias jornalísticas sobre comportamento, contribuindo para expressar a existência de um padrão heteronormativo no jornalismo.

Amparada nas teorias construcionistas do jornalismo, nos estudos culturais, nos feministas pós-estruturalistas e nos estudos *queer*, Silva (2010) concluiu que o jornalismo é constituído de gênero. Segundo ela, não somente porque seus operadores são sujeitos que possuem gênero e concepções de gênero, mas porque as convenções de gênero incidem nas

⁴⁴ “Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias” - Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2010.

estruturas organizacionais e hierárquicas da empresa, e, conseqüentemente, nas próprias notícias.

A partir de uma visão pós-estruturalista, que entende os significados (das pessoas e das coisas) como algo construído socialmente na cultura, através dos sistemas de representação, nos quais a linguagem tem um papel central, a pesquisadora trata a mídia como uma instância pedagógica cultural que atua na produção de valores sociais e de sujeitos. De acordo com Silva (2010), esse papel intervém socialmente, de maneira educativa e didática na produção de saberes cotidianos. Sobre esse aspecto, a pesquisadora dialoga com Rosa Maria Bueno Fischer ao afirmar que: “Em suma: torna-se impossível fechar os olhos e negar-se a ver que os espaços da mídia se constituem também como lugares de formação – ao lado da escola, da família, das instituições religiosas” (FISCHER; 2002, p. 53 *apud* SILVA; 2010, p. 29).

O destaque e a diferença da mídia, em relação a outras instâncias que exercem papel educativo na formação dos sujeitos, está no alcance de pessoas e na transmissão de saberes, que possuem características próprias de produção, circulação e transmissão. Márcia Veiga Silva dialoga também com a teoria social de John B. Thompson, e destaca que a mídia, a exemplo de outras instituições formadoras culturais, fornece bases para a acumulação dos meios de informação e de comunicação, e forja os meios para que a informação e o conteúdo simbólico sejam produzidos e distribuídos no mundo social (THOMPSON; 1998, p. 24-25 *apud* SILVA; 2010, p. 29).

A partir de diálogo que estabelece também com Stuart Hall, Márcia Veiga Silva destaca que, entre os produtos derivados dos meios de comunicação, os discursos midiáticos incidem na cultura como fonte de produção e intercâmbio de significados, pois são engendrados a partir de normas e valores para serem compreendidos pelos agentes e grupos sociais. Além disso, esse processo também envolve os conhecimentos de quem o produz, com saberes de campos socialmente legitimados, inclusive de poder, que funcionam como um lugar de suposição de verdades. Os significados culturais que resultam desse processo influenciam condutas e até mesmo a formação dos sujeitos. E isso, para a pesquisadora, é o que permite estabelecer uma relação do poder simbólico da mídia com os valores e hierarquias sociais.

No contexto de produção das notícias, e, concomitantemente, da construção de realidades, Márcia Veiga Silva aponta que o jornalista possui um papel fundamental para compreensão dos valores circulantes na sociedade. Segundo ela, aquilo que o profissional significa como real, será norteador para definir a verdade daquilo que será produzido e veiculado. De modo mais específico, “tem a ver também com a classe social da qual este

profissional é oriundo e com a visão do mundo que partilha, além, é claro, da sociedade onde está inserido e em processo de permanente troca” (SILVA; 2010, p. 42). Além disso, é necessário considerar as rotinas de produção da informação. Ela enfatiza que o jornalista está no centro do processo, influenciado, por um lado, por seus valores e subjetividades (oriundas da cultura ao qual pertence), e, por outro lado, pelo *modus operandi* da profissão, que também possui uma cultura específica.

Nessa cultura própria em que o jornalismo se forja, também existe um sistema de valores e símbolos, que dá sentido aos modos operacionais da profissão. Entre eles, Márcia Veiga Silva destaca os chamados valores-notícia, que, a grosso modo, são os elementos que servem como critérios de noticiabilidade, e servem de guia para os jornalistas:

São critérios de selecção dos elementos dignos de serem incluídos no produto final, desde o material disponível até a redação. [...] funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na preparação das notícias a apresentar ao público. Os valores notícia são, portanto, regras práticas que abrangem um corpus de conhecimentos profissionais que, implicitamente, e, muitas vezes, explicitamente, explicam e guiam os procedimentos operativos redactoriais. [...] na realidade, os valores-notícia estão continuamente presentes nas interacções quotidianas dos jornalistas na sua cooperação profissional. Mas, mais ainda, constituem referências, claras e disponíveis, a conhecimentos partilhados sobre a natureza e os objetos das notícias, referências essas que podem ser utilizadas para facilitar a complexa e rápida elaboração dos noticiários. Os valores-notícia são qualidades dos acontecimentos, ou da sua compreensão jornalística, cuja presença ou cuja ausência os recomenda para serem incluídos num produto informativo. Quanto mais um acontecimento exhibe essas qualidades, maiores são as suas possibilidades de ser incluído (Golding e Elliott *apud* WOLF, 1995, p. 175-176 *apud* SILVA; 2010, p. 45).

No entanto, consideramos importante salientar aqui que os próprios valores-notícia e critérios de noticiabilidade a que se refere Márcia Veiga Silva como parte da cultura profissional dos jornalistas, também precisam ser melhor situados no quadro mais amplo dos valores sociais. É o que fazem as pesquisadoras Terezinha Silva e Vera França no artigo *Jornalismo, noticiabilidade e valores sociais* (2017), ao defenderem que os valores-notícia que serviriam como um guia para jornalistas e mídias na seleção de um determinado tema ou acontecimento considerado como noticiável se originam e estão sustentados em valores sociais, ideologias e interesses estabelecidos:

A origem dos valores-notícia está inscrita na dimensão do simbólico, da ideologia e dos processos de representação – os quais são alimentados e sustentados por valores sociais e interesses estabelecidos. Ou seja, os valores-notícia do jornalismo são definidos contextualmente e têm como pano de fundo um profundo vínculo com a ideologia e com os valores vigentes na sociedade, com a forma como seus grupos

específicos representam o mundo social e com aquilo que eles valoram em um determinado momento histórico”. (SILVA; FRANÇA, 2017, p. 19).

Assim, se o *desvio, infração ou transgressão* a uma determinada norma é considerado um dos valores-notícia⁴⁵ a guiar a escolha jornalístico-midiática para pautar um tema qualquer (uma greve de trabalhadores, um acidente de carro, uma declaração controversa do presidente da República, um casamento homoafetivo, etc.) não é porque este tema já tenha um valor de notícia *à priori*, sempre, e independente do contexto no qual aquilo está acontecendo. Tal tema adquire valor-notícia e pode ganhar relativo destaque no noticiário porque toca em certas normas e valores sociais que o Jornalismo - em diálogo com a sociedade no qual ele está inserido -, procura preservar, questionar ou colocar em discussão. Essa relação entre o que ganha valor de notícia nas mídias e os valores sociais é importante também para pensar o nosso objeto de estudo – a representação de mulheres na política – porque a forma como os diversos sujeitos são representados está atravessada por valores sociais, por aquilo que a sociedade (e jornalistas) valoram num determinado contexto:

Os atores do campo jornalístico (jornalistas, organizações midiáticas, etc.) têm um forte laço com a cultura e a sociedade com a qual se comunicam, sobre a qual falam, conflituam ou compartilham perspectivas e valores sociais. Estas visões e valores comuns também alimentam e orientam a cultura profissional e organizacional do Jornalismo, sendo, assim, uma importante mediação a estimular ou constranger suas práticas, seus critérios de decisão, suas interpretações e suas narrativas. Podemos dizer que entre as mídias jornalísticas e a sociedade há uma “dinâmica de reflexividade: os meios de comunicação ‘falam’ de (refletem) uma sociedade, assim como sua contínua produção discursiva, e a circulação e renovação de representações proporcionadas pela mídia repercutem e atuam na conformação da vida social” (FRANÇA, 2012, p. 8). Por esta via, então, é plausível pensar que os critérios de escolha dos agentes jornalísticos também são orientados por valores sociais que, ao mesmo tempo, através de suas narrativas, são reafirmados, questionados ou atualizados (SILVA; FRANÇA, 2017, p. 10).

De forma semelhante, Márcia Veiga Silva (2010) também traz uma reflexão entre os valores-notícia da cultura jornalística e os valores sociais, a partir do diálogo que estabelece com Stuart Hall - embora, no nosso entendimento, ela enfatiza mais a dimensão da subjetividade de jornalistas. Segundo ela, ainda que pareçam indicar algo inatingível, os valores-notícia estão ligados a valores sociais mais profundos, que indicam convenções e normas sociais que circulam na sociedade. Com isso, a pesquisadora defende que é necessário compreender que,

⁴⁵ Os valores-notícia normalmente mencionados nas classificações feitas por pesquisadores do tema no Jornalismo são: “o inesperado, a relevância, a novidade, a frequência, o conflito, a infração ou desvio; a notoriedade dos atores implicados, a negatividade, a proximidade geográfica e cultural do acontecimento ou tema, dentre outros” (SILVA; FRANÇA, 2017, p.07).

por trás de um jornalista, existe uma subjetividade própria e rotinas produtivas que influenciam na construção da notícia. Conforme ela, entretanto, geralmente as pesquisas no campo da comunicação associam os valores profissionais tão somente à ideologia da empresa e às rotinas produtivas. Em consequência disso, nas análises prevalecem os elementos da cultura profissional, que se sobrepõem aos valores pessoais dos profissionais, desconsiderando que esses estão postos e atuam conjuntamente no processo.

Tomando então como foco a subjetividade de jornalistas, Márcia Veiga Silva realizou a análise do objeto empírico a partir do cruzamento dos valores consensuais dominantes, entre os jornalistas como membros da cultura, e dos valores-notícia para tornar algo notícia. A pesquisadora entende que esse imbricamento, dos valores pessoais dos jornalistas com as notícias, é algo sutil e que parece acontecer inconscientemente, revelando assim, o quanto a cultura é algo arraigado e naturalizado na subjetividade (SILVA, 2010, p.47). Desse modo, para ela, a notícia que é resultado das visões de mundo, da subjetividade do jornalista, e dos saberes cultural e socialmente legitimados, carregando um conteúdo simbólico complexo. Essas notícias, que compõem os discursos compartilhados pelo jornalismo como uma forma de conhecimento social, ajudam a compreender o contexto em que estão inseridos.

Por essa razão, Márcia Veiga Silva (2010) utilizou os conceitos de gênero, a partir da perspectiva teórica dos Estudos Feministas pós-estruturalistas, para compreender essa relação do jornalismo e dos jornalistas com a cultura, com as normas sociais e a relações de poder, que implicam na construção das notícias. Para a investigação, a pesquisadora tomou o gênero como categoria analítica. Partindo dessa perspectiva, ela entende que, no jornalismo, assim como em toda a sociedade ocidental, prevalece a existência de um padrão heteronormativo, cuja base está na premissa de uma coerência e continuidade entre sexo-gênero-sexualidade (LOURO, 2004, p. 80 *apud* SILVA; 2010, p. 61). Acompanhando as rotinas produtivas na pesquisa de campo, a pesquisadora observou e entendeu que a subjetividade dos sujeitos – no caso, dos jornalistas - é acionada inconscientemente durante os processos produtivos. Da mesma forma, manifestam-se as convenções de gênero e reprodução da heteronormatividade, como parte dos valores profissionais e da cultura jornalística.

Por reproduzir relações de gênero e poder hegemonicamente prevalentes na cultura, conhecimentos sociais e historicamente produzidos em determinadas instâncias de poder, relacionadas a determinadas visões de mundo e ao *status quo* é que esta pesquisa concluiu que o jornalismo também é produzido por representações sexuais, de classe, de raça, de geração. Mais do que isso, o jornalismo desvelou-se constituído de gênero. E o gênero do jornalismo é masculino (SILVA, 2010, p. 205).

O trabalho e a reflexão da pesquisadora e jornalista Márcia Veiga Silva (2010), que concluiu que o jornalismo possui um gênero – masculino - nos auxiliam a compreender como o discurso jornalístico, e, portanto, a forma como ele fala do mundo, reflete concepções de gênero. Essas concepções são permeadas de juízos de valor e de estereótipos sobre o masculino e o feminino nas notícias produzidas pelos jornalistas. Isso porque o jornalismo, como uma prática social, está inserido na sociedade e também se apropria desses valores e formas de representar sujeitos e grupos sociais (SILVA, FRANÇA, 2017).

4 REPRESENTAÇÕES DAS CANDIDATAS A VICE-PRESIDENTE NAS ELEIÇÕES DE 2018 NA *FOLHA DE S. PAULO*

Neste capítulo descrevemos o percurso metodológico adotado na pesquisa com vistas a analisar as representações das mulheres candidatas à vice-presidência da República que a cobertura da *Folha de S. Paulo* construiu durante a campanha eleitoral de 2018. Apresentamos a natureza teórico-empírica da pesquisa realizada, a partir do referencial teórico adotado, as fases exploratória e descritiva da investigação, e o processo de delimitação do *corpus* empírico sobre o qual realizaremos a análise da construção de representações das candidatas a vice-presidente. Antes, porém, é importante fazer uma contextualização deste objeto de estudo e explicitar o problema de pesquisa.

4.1 Problema de pesquisa e procedimentos metodológicos

A campanha eleitoral à presidência da República em 2018 no Brasil trouxe algumas novidades importantes, do ponto de vista da participação quantitativa da mulher na disputa eleitoral em chapa majoritária (presidência e vice-presidência). A eleição contou com 13 candidatos no total: Álvaro Dias (Podemos); Cabo Daciolo (Patriota); Ciro Gomes (PDT); Fernando Haddad (PT); Geraldo Alckmin (PSDB); Guilherme Boulos (PSOL); Henrique Meirelles (MDB); Jair Bolsonaro (PSL); João Amoêdo (Novo); João Goulart Filho (PPL); José Maria Eymael (DC); e duas candidatas mulheres: Marina Silva (Rede Sustentabilidade), e Vera Lúcia, (PSTU). Entre os candidatos a vice-presidente, foram oito homens: Eduardo Jorge (PV), General Amilton Mourão (PRTB), Germano Rigotto (MDB), Helvio Costa (DC), Hertz Dias (PSTU), Léo Alves (PPL), Paulo Rabello de Castro (PSC), Professor Cristian (NOVO), e cinco mulheres: Ana Amélia Lemos (PP); Manuela D'Ávila (PCdoB); Kátia Abreu (PDT); Sônia Guajajara (PSOL) e Suelene Balduino (Patriota).

Se a eleição de Dilma Rousseff à presidência em 2010 pode ser considerada um grande acontecimento nacional, no que se refere à participação da mulher na política institucional brasileira, a presença de mais mulheres na chapa majoritária em 2018 é também um fato político importante e inédito. Pode-se dizer que este fato rompe com certas expectativas, ainda vigentes, sobre o lugar da mulher na sociedade. Também pode potencializar novas discussões e representações a respeito da presença e atuação da mulher na política.

Em que medida a “novidade” (da gradativa maior presença de mulheres na eleição presidencial) afetou ou repercutiu na cobertura da campanha eleitoral de 2018, no que se refere às cinco candidatas à vice-presidente, resultando em um tratamento jornalístico que potencialize novas representações sociais sobre o papel das mulheres na sociedade e sobre a atuação delas na política? Essa é a questão-problema que buscamos investigar a partir da análise da cobertura sobre as candidatas à vice-presidente em um dos maiores e mais importantes jornais brasileiros. Considerando que o jornalismo é uma prática de comunicação (SILVA; França, 2017) que influencia e é influenciado pela cultura e pelos sentidos que circulam na sociedade onde ele é praticado, reconhecemos que a produção jornalística contribui decisivamente para o processo de (re) construção de sentidos e representações acerca de temas, sujeitos e suas ações, atualizando e colocando em circulação essas representações criadas ou recriadas.

Para identificar e analisar as representações elaboradas sobre as cinco candidatas a vice-presidente na cobertura jornalística da eleição presidencial de 2018 realizada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, adotamos o conceito de representação social na abordagem de Serge Moscovici (2009), apresentado e discutido no capítulo anterior. Um olhar sobre as questões de gênero perpassa a análise, tendo em vista que o tema desta dissertação também possui uma interface com o gênero nas representações construídas sobre as candidatas.

Para responder à questão-problema apresentada, buscamos nesta pesquisa identificar e analisar as representações construídas sobre as cinco mulheres candidatas à vice-presidente da República: Ana Amélia Lemos (PP); Manuela D’Ávila (PCdoB); Kátia Abreu (PDT); Sônia Guajajara (PSOL) e Suelene Balduino (Patriota) na cobertura jornalística da eleição presidencial de 2018 na *Folha de S. Paulo* (versão impressa e digitalizada), que configura nosso objeto empírico. Para a análise do material empírico coletado, definimos duas categorias ou dimensões analíticas para identificar e analisar as representações que emergem das narrativas jornalísticas sobre as mulheres candidatas à vice-presidência da República. Essas categorias são apresentadas a seguir:

1) *Destaque e Temas*: Esta categoria nos auxilia na descrição do material empírico analisado, com ênfase para dois indicadores - *destaque* obtido e *temas* aos quais é associada a candidata. No nosso entendimento, tais temas colaboram para a construção de representações sobre as mulheres candidatas. Através dessa categoria identificamos em cada uma das publicações que compõem o *corpus* o *destaque* que é dado às mulheres tanto na cobertura jornalística (espaço que ocupa na página, na matéria etc.) quanto em relação ao papel que elas ocupam na disputa eleitoral. Ou seja, aqui o propósito é identificar se nas publicações as

candidatas são colocadas como protagonistas, coadjuvantes ou se são, inclusive, invisibilizadas. Da mesma forma, nesta categoria buscamos mapear os *temas* com os quais as candidatas são relacionadas nos textos jornalísticos, ou seja, assuntos aos quais normalmente elas são ancoradas e objetivadas. Identificar se elas têm voz permite observar a participação ou não das próprias mulheres na (re)construção de representações. Já o *destaque* possibilita observar o espaço dedicado a elas no conjunto da produção jornalística observada e na própria campanha eleitoral.

2) *Representações*: esta categoria nos ajuda a identificar de forma mais explícita a forma de construção das mulheres presentes nos relatos analisados, ou seja, a representação feita sobre elas, suas ações e o papel que estão desempenhando naquele contexto. Nessa dimensão interessa-nos observar mais diretamente como são nomeadas, classificadas, rotuladas, qualificadas. Isto é, como são ancoradas em determinadas categorias sociais existentes na cultura (por exemplo, ancoragem no tema do agronegócio ou da corrupção; ancoragem na categoria “mulheres históricas”; ancoragem na categoria “mulher competente”), e também como são comparadas ou associadas a outras práticas ou atores sociais (objetivadas), como, por exemplo, a permanente associação entre Manuela D’Ávila e o ex-presidente Lula (preso em 2018 no contexto da operação Lava Jato). Partindo do pressuposto de que os mecanismos de ancoragem e objetivação estão estreitamente relacionados na produção de representações, o que dificulta uma perfeita distinção entre eles nos relatos, interessa-nos aqui não exatamente a separação estanque entre esses dois mecanismos de construção de representações e, sim, apreender e apontar as formas de nomeação, classificação, rotulação, associação, comparação feitas acerca das candidatas. Da mesma forma, é importante esclarecer que as duas categorias de análise aqui apresentadas estão estreitamente relacionadas, sendo que a primeira (*Destaque e Temas*) também permite inferir representações construídas (por exemplo, a ancoragem no tema do agronegócio ou no tema da corrupção).

Acreditamos que as categorias de análise antes apresentadas permitem apreender o modo como se deu, na cobertura jornalística, a construção de representações sobre as cinco candidatas a vice-presidente da República nas eleições de 2018. Aplicaremos esta grade analítica na leitura de um conjunto de textos selecionados do jornal *Folha de S. Paulo*, conforme critérios previamente estabelecidos e apresentados a seguir.

O processo de seleção do *corpus* de análise para a realização do presente trabalho de pesquisa constituiu-se de duas etapas. Primeiramente foi realizada, nos meses de novembro e dezembro de 2018, uma pesquisa exploratória no website de *Busca Google*, utilizando o nome

de cada uma das candidatas para identificar os conteúdos em que elas apareciam mencionadas nas diferentes mídias, durante o período da campanha eleitoral (agosto a outubro de 2018). Essa busca revelou um grande volume de notícias, sem permitir, no entanto, um mapeamento preciso das publicações sobre as candidatas por mídia. Por causa dessa imprecisão, optamos por direcionar a pesquisa para mídias com versão impressa, de abrangência nacional, selecionando então o jornal *Folha de S.Paulo*.

Escolhemos a *Folha de S.Paulo* por tratar-se de um dos jornais de maior circulação no país, segundo o Instituto Verificador de Comunicação (IVC)⁴⁶. Além disso, também pesou como critério de escolha o fato de que a empresa disponibiliza o acesso à versão digital de todas as páginas e matérias completas publicadas na versão impressa, o que facilitou a coleta do material para a pesquisa.

A *Folha de S.Paulo* foi fundada em 19 de janeiro de 1921 com o nome de *Folha da Noite*, na cidade de São Paulo, propondo-se a fazer oposição ao jornal *Estado de S. Paulo*, considerado então o principal jornal da cidade, e que representava os interesses da elite rural, com uma posição mais conservadora, rígida e tradicional⁴⁷. O projeto da *Folha* apresentava textos curtos, com enfoque mais noticioso que opinativo, e proximidade com assuntos relacionados ao dia-a-dia dos trabalhadores urbanos paulistanos.

Ao longo das décadas seguintes, a empresa foi vendida em diferentes períodos e adotou mudanças editoriais, com diversas inovações. Em 1989 foi o primeiro veículo no país a ter um *ombudsman*, encarregado de receber, investigar e encaminhar as queixas dos leitores, produzindo textos críticos sobre o jornal. Na década de 1980 também foi pioneiro na adoção de infográficos e quadros para explicar em detalhes o contexto das notícias. Já em 1995 foi o primeiro jornal do Brasil a fornecer conteúdo em tempo real na internet.

Na área da linha política e editorial, a trajetória do jornal é marcada por contradições. Em matéria⁴⁸ publicada no dia 10 de dezembro de 2014, a revista *Carta Capital* aponta que o relatório final da Comissão Nacional da Verdade chancelou que a *Folha* deu sustentação ideológica e financeira ao golpe de 1964, com apoio material para a repressão realizada pelo regime militar. Gradativamente, passa a ganhar espaço junto à classe média que ascendia com

⁴⁶ O IVC Brasil é uma entidade nacional sem fins lucrativos responsável pela auditoria multiplataforma de mídia, que tem como objetivo fornecer ao mercado dados detalhados sobre comunicação, incluindo tráfego web, bem como circulação, eventos, e inventário e campanhas de mídia out of home. Disponível em: <https://ivcbrasil.org.br/#/auditorias>. Acesso em: abr. de 2020.

⁴⁷ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Folha_de_S.Paulo. Acesso em: 27 abr. de 2020.

⁴⁸ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/cnv-chancela-versao-de-que-a-folha-emprestou-carros-para-a-ditadura-3323>. Acesso em 11 nov. 2020.

o “milagre econômico” propagado pelo regime ditatorial. Na década seguinte, a *Folha* posiciona-se editorialmente a favor da abertura política e da campanha *Diretas Já*, entre 1983-1984, para a realização de eleições populares e diretas para a presidência da República. Desde esse período, a *Folha* mantém um posicionamento considerado crítico na cobertura de governos, nacional e estadual, que se sucederam. Mas há também críticas, em segmentos ligados a partidos de esquerda, de que a cobertura da *Folha* costuma ser menos crítica em relação a políticos do PSDB - como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, por identidade política com a agenda defendida por esse partido. Por outro lado, tem posição editorial e jornalística mais rigorosa em relação a governos de esquerda, como ocorreu com a gestão dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Como procedimento seguinte, realizamos uma pesquisa pelo nome de cada candidata à vice-presidência diretamente no site da *Folha de S. Paulo*, tomando como recorte temporal o período entre 05 de agosto, último dia para a homologação das chapas concorrentes à eleição presidencial, até 28 de outubro de 2018, dia em foi realizado o segundo turno das eleições. Após o mapeamento de todas as publicações referentes às candidatas no período, foram selecionados um total de 80 textos jornalísticos (reportagens, notícias, artigos, entrevistas, notas de colunas e editoriais) sobre as cinco candidatas à vice-presidente da República.

Como a *Folha de S. Paulo* disponibiliza duas ferramentas para pesquisa, o *Busca Folha*⁴⁹ e o *Acervo Folha*⁵⁰, optamos por pesquisar exclusivamente na *Busca Folha*⁵¹ através da busca avançada, com a definição das palavras-chaves (o nome e sobrenome da candidata entre aspas), delimitação do período da busca, e da seção, no caso, do jornal impresso. A partir dessa delimitação foram mapeadas e selecionadas um total de 80 ocorrências das cinco candidatas a vice-presidente (notícias, reportagens, editoriais, entrevistas), excluindo notas de opinião, artigos de opinião, cartas de leitores e ilustrações (charges, foto-legenda).

A seguir, no quadro 2, apresentamos o levantamento quantitativo referente ao total das matérias jornalísticas (notícias, reportagens, editoriais e entrevistas) relativas a cada uma das

⁴⁹ Disponível em: <https://busca.folha.uol.com.br/>. Acesso em: abr. de 2020.

⁵⁰ Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: abr. de 2020.

⁵¹ As pesquisas no *Acervo Folha* e a *Busca Folha* também são restritas para assinantes. Incluímos algumas buscas preliminares para identificar se ambas as ferramentas forneceriam os mesmos resultados. Esse exercício revelou resultados diferentes, pois no caso do *Acervo Folha*, mesmo utilizando-se filtros para refinar a busca, inúmeras páginas que aparecem no resultado não se relacionam exclusivamente com as palavras-chaves indicadas, mas também com palavras análogas, ou ainda matérias publicadas na versão on-line. Por isso, optou-se pela *Busca Folha* que permite restringir a pesquisa para as matérias publicadas no jornal impresso.

cinco candidatas a vice-presidente. A pesquisa nos sites foi realizada a partir do nome de cada uma delas, delimitado o período entre 05 de agosto até 28 de outubro de 2018, conforme já explicitado anteriormente.

Quadro 2: Matérias jornalísticas relativas a cada candidata

CANDIDATAS	FOLHA
Ana Amélia	28
Kátia Abreu	22
Manuela D'Ávila	20
Sônia Guajajara	09
Suelene Balduino	01
TOTAL	80

Fonte: a autora

Da coleta e leitura exploratória deste material (80 unidades), que compõe o *corpus* da pesquisa, foram identificados diferentes conteúdos presentes nos textos jornalísticos selecionados. Mapeamos esses temas gerais abordados nas matérias que mencionavam as candidatas, acreditando que eles nos permitiriam identificar eixos temáticos centrais aos quais as candidatas costumavam ser relacionadas. Isso nos auxiliou a observar com que temas estão sendo associadas e, possivelmente, quais representações foram construídas ao serem vinculadas a eles. Também nos auxiliaram a analisar como incidem as convenções de gênero sobre o que é dito ou atribuído às candidatas nas matérias produzidas.

Diversos temas gerais foram identificados. Além da cobertura das notícias factuais da agenda política durante a campanha, observou-se em vários textos a associação ou relação de candidatas com o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que em 2018 foi julgado, condenado e posteriormente preso, sendo, portanto, excluído da disputa presidencial. O quadro abaixo indica que os conteúdos gerais que se destacaram nos textos relacionam-se principalmente com questões da conjuntura eleitoral. Principalmente, nos critérios para a escolha das vices e das estratégias políticas dos partidos para ampliar as coligações e obter apoio de segmentos considerados estratégicos para convencer o eleitorado. No total identificamos a presença de 16 temas mais frequentes na cobertura jornalística da *Folha de S.*

Paulo. Salientamos, entretanto, que foram observadas um ou mais temas presentes em cada um dos textos, conforme indicado no quadro 3:

Quadro 3: Principais temas gerais das matérias da *Folha de S. Paulo*

Estratégia Política - 49
Agenda Eleitoral - 17
Agronegócio - 15
Pesquisa Eleitoral - 15
Escolha das Vices - 14
Referência a Lula - 10
Suspeita de Corrupção - 9
Trajectoria Política - 9
Plano de Governo - 9
Temas Polêmicos - 7
Propaganda Eleitoral - 5
Mulheres Candidatas - 4
Redes Sociais - 4
Fundo Partidário - 3
Patrimônio dos Candidatos - 3
Eleitorado Feminino - 2
Total: 16 temas gerais

Fonte: a autora

Após essa leitura exploratória, em uma segunda releitura das matérias selecionadas para o *corpus* e a partir de um teste feito com os textos relacionados à candidata Kátia Abreu, primeiramente (para a qualificação do projeto de dissertação), e depois também à candidata Manuela D'Ávila, definimos cinco eixos temáticos. Eles partiram do mapeamento dos 16 temas gerais antes mencionados e da releitura do material, para determinar os enfoques predominantes nas matérias, considerando a angulação⁵² apreensível do conjunto textual. Observamos que um

⁵² Angulação, no Jornalismo, pode ser entendida como uma abordagem ou ênfase prioritária de um assunto na matéria jornalística.

mesmo texto pode ter mais de um assunto tratado, assim como o assunto pode ter a predominância de um ou mais enfoques. Da mesma forma, certos assuntos incluídos entre os 16 temas gerais não se mostravam, no contexto tratado na matéria, como potencialmente produtores de representações – caso, por exemplo, de “redes sociais” e “patrimônio dos candidatos” -, sendo, portanto, desconsiderados. Nesta segunda triagem a partir dos assuntos e enfoques presentes nessas matérias jornalísticas, aglutinamos alguns temas que se aproximavam em termos dos sentidos que sugeriam. Assim, chegamos ao conjunto de cinco eixos temáticos em torno do qual representações são construídas. São eles:

- 1) *Escolha da Vice e estratégia política*: a candidata é mencionada como tendo seu nome escolhido para vice como parte de uma estratégia política de campanha eleitoral; para melhorar as chances do candidato a presidente; e para potencializar a chapa.
- 2) *Atuação e trajetória pessoal, profissional e política*: a candidata é mencionada em relação à trajetória pessoal, à ocupação ou atuação profissional e política já exercida.
- 3) *Associação com temas, atores ou acontecimentos específicos*: a candidata é mencionada em associação a temas ou atores específicos e/ou ainda a acontecimentos que marcaram sua trajetória, geralmente lembrados em matérias jornalísticas.
- 4) *Posicionamento sobre plano de governo e/ou temas polêmicos*: a candidata é mencionada ou ouvida sobre temas de interesse coletivo, que fazem parte ou não do programa de governo de sua chapa e/ou de seu posicionamento pessoal-político, que, às vezes, conflitam com o candidato da chapa. A candidata é mencionada, relacionada ou questionada sobre seu posicionamento acerca de temas controversos (aborto, legalização do porte de armas, descriminalização das drogas etc).
- 5) *Questões de Gênero*: a candidata é mencionada e/ou ouvida sobre atividade ou questões de campanha no que se refere a questões de gênero que explicitamente tenham relação com o fato de ser mulher e com sua atuação na política.

Assim, apresentamos a seguir a análise das representações construídas pela *Folha de S. Paulo* sobre as cinco candidatas à vice-presidência da República nas eleições de 2018: candidata Ana Amélia Lemos (PP), Kátia Abreu (PDT), Manuela D'Ávila (PC do B), Suelene Balduino (PATRI), e Sonia Guajajara (PSOL). Nos cinco casos, primeiramente fazemos uma apresentação de cada candidata. Em seguida, expomos a análise realizada a partir das duas dimensões definidas para identificar e analisar as representações construídas nos relatos jornalísticos, as quais relembramos aqui: 1) *Destaque e temas*, que busca observar tanto os

temas aos quais a candidata é associada nas matérias (dentre os cinco eixos temáticos), quanto o *destaque* dado a ela na cobertura jornalística e/ou na disputa eleitoral 2) *Representações*, que busca identificar e analisar a representação feita sobre a candidata, suas ações e o papel que desempenha naquele contexto. Aqui observa-se mais diretamente como ela é nomeada, classificada, rotulada, qualificada, comparada ou associada a outras práticas ou atores sociais.

Como parte da metodologia de pesquisa, optamos por organizar a análise em duas partes: primeiro, a *análise descritiva* (qualitativa e quantitativa) dos *temas e do destaque* dado à candidata; depois, a *interpretação*, com a identificação e análise das *representações* construídas sobre cada candidata.

4.1.1 A candidata Kátia Abreu (PDT)

Kátia Regina de Abreu, nasceu em 2 de fevereiro de 1962, em Goiânia (Goiás). Sua página⁵³ pessoal informa que ela é formada em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), e que já atuou como professora em uma escola para excepcionais na cidade de Pirlampo, em Goiânia. Começou a atuar diretamente no setor do agronegócio, assumindo os negócios da família, no Norte de Goiás, hoje estado do Tocantins, aos 25 anos de idade, logo após a morte do marido. A ocupação também a projetou para o campo político, após dirigir diversas entidades ligadas ao setor.

Sua biografia destaca o fato de ter sido a primeira mulher a presidir o Sindicato Rural de Gurupi (TO). Em 1995 foi eleita presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado, função que ocupou por quatro mandatos consecutivos. Em 2008 foi eleita presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), ocupando por três mandatos a entidade que representa 27 federações estaduais e mais de dois mil sindicatos no Brasil.

Sua trajetória com cargos na política inicia em 1998, quando disputou pela primeira vez uma cadeira na Câmara dos Deputados. Na posição de primeira suplente, assumiu o cargo de abril do ano de 2000 a abril de 2002. Neste período foi escolhida para presidir a Bancada Ruralista⁵⁴ no Congresso Nacional, à época com 180 integrantes, tornando-se a primeira mulher a ocupar a função. Em 2002 foi efetivamente eleita para a Câmara dos Deputados, com 76.170

⁵³ Conforme informações coletadas na página pessoal da senadora Kátia Abreu. Disponível em: <https://senadorakatiaabreu.com.br/biografia/>. Acesso em: nov. 2020

⁵⁴ Consulta realizada no site Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/K%C3%A1tia_Abreu. Acesso em: nov. 2019.

votos. Já em 2006 deixou o legislativo federal para disputar uma vaga ao Senado por Tocantins (TO). Em 2014 foi reeleita ao Senado, cargo que ocupará até 2023.

Com passagens pelo antigo PFL, posteriormente DEM, foi filiada também ao PSD e ao MDB⁵⁵. Atualmente filiada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), a senadora Kátia Abreu foi a primeira mulher⁵⁶ a ocupar o Ministério da Agricultura e Pecuária, durante o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff (PT), entre dezembro de 2014 até 12 maio de 2016, data que também marcou o afastamento de Rousseff da presidência da República, após votação final de seu processo de impeachment no Senado Federal. Pela defesa da ex-presidente durante o processo, Kátia passou a ser frequentemente citada, pela grande imprensa e comentaristas políticos, como uma defensora de Dilma Rousseff. Em entrevista⁵⁷ ela conta que a amizade com a ex-presidente teve início em 2009, a partir de uma carta enviada à Dilma que estava em tratamento contra um câncer. Apesar da aproximação, Kátia conta que negou o convite para assumir o Ministério da Agricultura durante o primeiro mandato de Rousseff, por não tê-la apoiado politicamente. Já em 2014, durante o segundo mandato, aceitou o convite para ser uma ponte entre o setor e o governo. Em outubro de 2017 foi expulsa do MDB, partido pelo qual foi eleita senadora, por criticar publicamente a sigla e o governo de Michel Temer, e por defender a ex-presidente, no contexto em que ela foi afastada da presidência da República.

Esse e outros fatos que marcam sua atuação política chamaram a atenção da grande mídia em diversos momentos. Em 2009, Kátia Abreu fez parte de uma lista com as cem personalidades mais influentes do Brasil, publicada pela Revista Época. No mesmo ano foi rotulada pelos ativistas como ‘Miss Desmatamento’ e citada pela revista *Carta Capital* por manter mais de 2.500 hectares de terra improdutivos. Em 2010, enquanto ainda presidia a CNA, Kátia recebeu de ativistas indígenas e do Greenpeace o troféu “Motosserra de Ouro”, por defender mudanças na lei ambiental.

Em junho de 2018 disputou a eleição suplementar⁵⁸ para o governo de Tocantins (TO), mas acabou na quarta colocação. No mês de agosto de 2018, aos 56 anos, foi anunciada como candidata a vice-presidente da República na chapa de Ciro Gomes (PDT). Em sua página

⁵⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/05/katia-abreu-sera-vice-na-chapa-de-ciro-gomes-diz-presidente-do-pdt.ghtml>. Acesso em: nov. 2019.

⁵⁶ Consulta realizada no site da Agência Brasil. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2018-08/pdt-confirma-katia-abreu-como-vice-de-ciro-gomes>. Acesso em: nov. 2019.

⁵⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/apos-mudancas-politicas-katia-abreu-enfrenta-desdem-dos-ruralistas.shtml>. Acesso em: nov. 2019.

⁵⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/eleicao-suplementar/2018/noticia/mauro-carlesse-e-eleito-governador-do-tocantins-para-o-mandato-tampao.ghtml>. Acesso em: dez. 2019.

pessoal na internet⁵⁹, Kátia é descrita como “combativa e obstinada”. Sua biografia destaca a dedicação à atividade agropecuária que teve início após a morte precoce do marido em um acidente aéreo em 1987, quando Kátia, então com 25 anos de idade, grávida e mãe de outros dois filhos pequenos, assumiu o comando das atividades de uma propriedade rural no norte de Goiás, atualmente Tocantins. Sua página na internet também informa que suas principais bandeiras defendidas no senado são voltadas à: 1) ‘Agropecuária’, destacando as funções desempenhas no comando de entidades e órgãos que ela já ocupou no setor; 2) ‘Infraestrutura’, através da implantação de um corredor multimodal de transportes no Arco Norte⁶⁰, através da utilização de ferrovias, rodovias e hidrovias que poderiam baratear o custo de escoamento da produção; 3) ‘Saúde’, destacando a destinação de mais R\$ 80 milhões em emendas parlamentares para a construção, reformas e ampliações de Unidades Básicas no Tocantins.

Figura 1: A candidata Kátia Abreu



Reprodução: *Jornal Folha de S. Paulo*, 05 de agosto de 2018
Legenda do jornal: A senadora Kátia Abreu (PDT-TO) durante entrevista à Folha, em Brasília, em 2017 - Foto: Pedro Ladeira - 13.dez.2017/Folhapress

⁵⁹ Consulta realizada no site do Senado Federal. Disponível em: <http://senadorakatiaabreu.com.br/biografia/>. Acesso em: dez. 2019.

⁶⁰ O Arco Norte é um plano estratégico que compreende portos ou estações de transbordo nos estados de Rondônia, Amazonas, Pará, Amapá, Maranhão, Sergipe e Bahia e são considerados fundamentais para o escoamento da produção de grãos do Centro-Oeste e desses estados. Fonte: <http://portaldaestrategia.infraestrutura.gov.br/spntt/288-arco-norte-1.html>. Acesso em: dez. 2019.

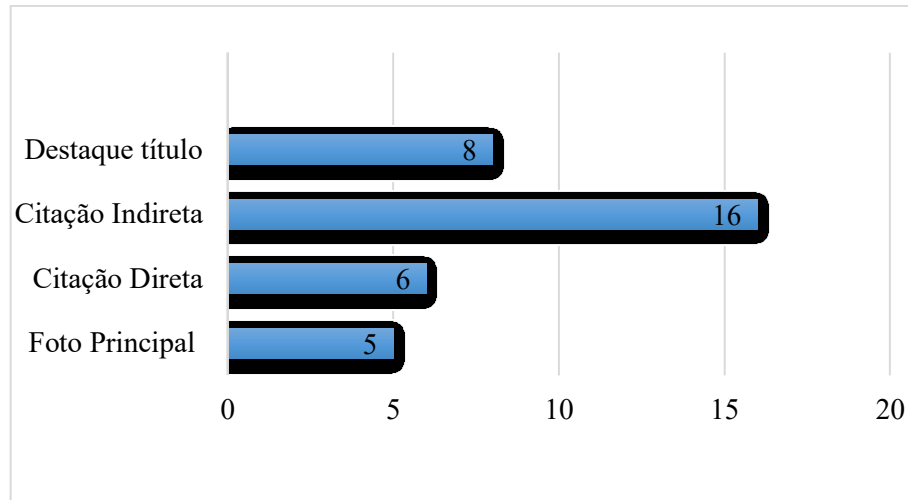
4.1.2 Destaque dado e temas associados à Kátia Abreu

Na primeira etapa metodológica, a da análise descritiva (quali e quanti), verificamos o *destaque* dado à candidata Kátia Abreu nas matérias jornalísticas, a partir do uso de fotos, menções ao seu nome no título do texto, e se ela é referenciada direta ou indiretamente no corpo do texto. Essa etapa também nos permitiu observar e identificar um conjunto de *temas* aos quais a candidata é associada e que colaboram para construir representações.

Em relação ao *destaque* obtido, a vice Kátia Abreu foi mencionada na *Folha de S. Paulo* em 22 unidades de análise. Nesse conjunto, o nome da candidata é *destacado* em oito títulos dos textos. Nos demais ela é referenciada como vice, ou não aparece, sendo citada apenas no corpo de texto. Ainda que seja citada direta ou indiretamente em todos os textos, identificamos declarações em primeira pessoa da candidata em seis dos 22 textos. Destaca-se, porém, que em cinco textos do conjunto, o nome da candidata é apenas mencionado sem que ela esteja efetivamente inserida no assunto discutido na matéria⁶¹. Em outros textos observamos que a candidata pedetista é citada por terceiros, ou pelo próprio jornal, mas relacionando-a ao assunto tratado na matéria. Já em relação às fotos, verificamos que ela obteve algum destaque, uma vez que aparece sozinha em cinco textos de todo o conjunto analisado. Duas delas indicam que são de arquivos e duas na situação da campanha eleitoral. Kátia aparece ao lado de Ciro em apenas uma foto de matéria.

Gráfico 1: Destaque dado à candidata Kátia Abreu

⁶¹ Como exemplo, cita-se a matéria intitulada “Alckmin investe no voto das mulheres e adere ao vocabulário das feministas” em que Ana Amélia, durante um encontro com mulheres, faz menção ao ato falho cometido por Alckmin, que trocou o nome de vice, Ana Amélia, chamando-a de Kátia Abreu em outra ocasião. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/alckmin-investe-no-voto-dasmulheres-e-adere-ao-vocabulario-das-feministas.shtml>. Acesso em nov. 2019.



Fonte: a autora

Em relação aos *temas* aos quais a candidata Kátia Abreu é associada, a análise permitiu observar a presença dos cinco eixos temáticos produtores de representações nos 22 textos jornalísticos que a mencionavam. Em torno desses eixos, conforme explicado antes, algumas representações são construídas.

O eixo temático *Escolha da vice e estratégia política*, no qual a candidata é mencionada como tendo seu nome escolhido para vice como parte de uma estratégia política de campanha eleitoral para melhorar as do candidato e da chapa -, é o eixo mais presente entre os textos analisados no caso de Kátia Abreu: 12 das 22 matérias fazem este tipo de correlação entre o fato de ela ser candidata e a estratégia política.

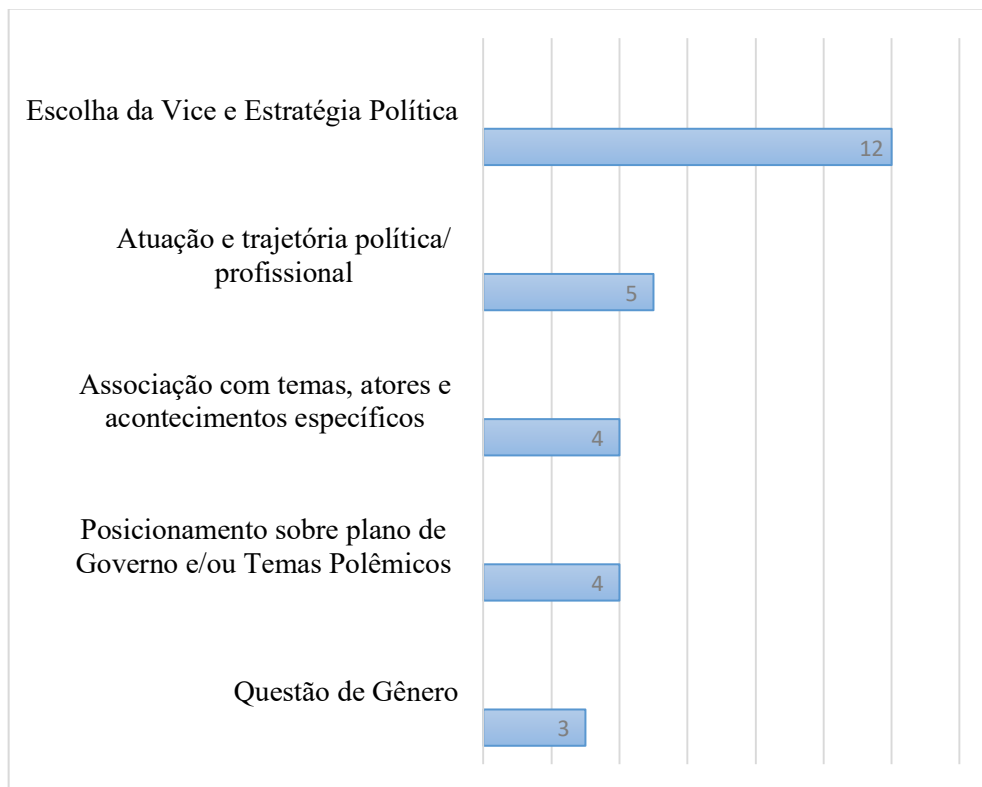
Em relação ao eixo *Atuação e trajetória pessoal, profissional e política* – quando a candidata é mencionada em relação à ocupação ou atuação profissional e política já exercida -, os textos classificados nesta categoria relacionam Kátia Abreu ao agronegócio. Destacam a sua atuação no setor ruralista-pecuarista, como representante desse campo econômico, que a teria projetado para o campo da política. Além disso, destaca-se sua atuação como ministra da Agricultura no governo Dilma Rousseff. Este eixo temático está presente em cinco (05) das 22 matérias que a referenciavam.

No que se refere aos textos nos quais a *Folha de S. Paulo* menciona Kátia Abreu em *Associação com temas, atores ou acontecimentos específicos* que marcaram sua trajetória, a vice de Ciro Gomes é citada no contexto de denúncia de corrupção, quando era ministra da Agricultura de Dilma Rousseff, estando ou não implicada nas acusações. Este eixo aparece em quatro (04) dos 22 textos analisados.

Também identificamos matérias sobre Kátia Abreu no eixo temático *Posicionamento sobre plano de governo e/ou temas polêmicos*, quando a candidata é mencionada ou ouvida sobre temas de interesse coletivo, que fazem parte ou não do programa de governo de sua chapa e/ou de seu posicionamento pessoal-político, que, às vezes, conflitam com o candidato da chapa. A candidata é mencionada, relacionada ou questionada sobre seu posicionamento acerca de temas controversos (aborto, legalização do porte de armas, descriminalização das drogas). Este eixo temático está presente em quatro (4) das 22 matérias sobre Kátia Abreu.

Por fim, observou-se ainda a presença de textos inserindo a candidata em discussão explícita sobre *Questões de Gênero*, nosso quinto eixo temático. Neste caso, Kátia é mencionada e/ou ouvida sobre atividade ou questões de campanha que tenham relação com o fato de ser mulher e com sua atuação na política. Este eixo está presente em três (03) dos 22 textos.

Gráfico 2: Eixos temáticos das representações de Kátia Abreu



Fonte: a autora

4.1.3 As representações de Kátia Abreu na *Folha*

Nesta segunda etapa metodológica, apresentamos e interpretamos os resultados da análise sobre o modo como Kátia Abreu é representada pela *Folha de S. Paulo*. Para isso, utilizamos tanto as inferências que se pode fazer da primeira dimensão analítica (“*destaque dado e temas associados*” à candidata quanto a nossa segunda dimensão analítica (“*as representações*” da candidata, ou seja, o modo como ela é explicitamente nomeada, qualificada, classificada, rotulada) nos textos jornalísticos, seja pela própria mídia ou seja por outros atores (fontes) citados na matéria.

No que se refere aos cinco eixos temáticos que potencialmente geram representações da candidata, observamos, conforme já dito, a predominância da categoria *Escolha da vice e estratégia política* em 12 dos 22 textos analisados. Neles a candidata é mencionada tendo seu nome escolhido para vice como parte de uma estratégia política de campanha eleitoral, para melhorar as chances do candidato à presidência, através das coligações partidárias, aumento do tempo da propaganda eleitoral na TV e/ou das possibilidades de inserção social do candidato em segmentos com os quais ele não costuma ter muita inserção. No caso da chapa Ciro Gomes/Kátia Abreu, era, principalmente o setor da agricultura e agronegócio, o público feminino e o fato de ela ser da região centro-oeste do Brasil⁶².

No conjunto das matérias deste eixo temático, então, a representação que emerge de Kátia Abreu é que ela ocupa um lugar na campanha eleitoral por questões de ordem instrumental ou estratégica: amplia as chances eleitorais do candidato a presidente. Esse eixo temático está mais presente nos primeiros textos do período recortado, o que coincide com a definição das chapas para a disputa eleitoral. Além das 12 matérias, essa mesma temática aparece também em outros textos que se referem mais diretamente ao eixo *Atuação e trajetória pessoal, profissional e política*.

A menção à Kátia Abreu no eixo *Atuação e trajetória* está presente em cinco textos, e combinada com outras temáticas. Alguns exemplos ilustram um conjunto de representações produzidas quando ela é associada à sua trajetória, como é o caso da reportagem intitulada “Ciro

⁶² Cabe aqui destacar que, de acordo com a lei vigente em 2018 no sistema eleitoral, a junção de partidos serve para sinalizar apoio a determinado candidato da maioria, definir o tempo que cada um terá de propaganda gratuita na TV e no Rádio, e permitir a soma dos votos de todos os candidatos e legendas do bloco, e não dos partidos individualmente, para a conquista de mais vagas no legislativo. O projeto da mini-reforma eleitoral aprovada em 2017 prevê que a partir de 2020, os partidos não poderão mais formar blocos / coligações para concorrer conjuntamente às vagas das eleições proporcionais (Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, somente para as eleições majoritárias (cargos do Executivo e do Senado). Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/reducao-de-partidos-e-efeito-incerto-com-nova-lei-eleitoral.shtml> Acesso em: 20 nov. 2019.

escolhe Kátia Abreu candidata a vice”⁶³, publicada no dia 05 de agosto de 2018. Nela, o nome da vice é destacado no título e na foto principal, mas o subtítulo diz que o presidenciável Ciro, por ter somente uma sigla coligada, optou por uma “solução caseira” para compor a chapa, ou seja, interna ao próprio partido, sem coligação com outro. No corpo do texto essa informação é reforçada ao indicar que o partido conta apenas com o apoio de um partido nanico na coligação. Para o presidente nacional do PDT, Carlos Luppi, a escolha de Kátia considerou a representatividade política da senadora na região Centro-Oeste, e seu perfil combativo. “Ela é uma mulher de honra e que foi firme contra o impeachment da presidente Dilma Rousseff”, declarou Luppi. Sem citar a fonte da informação, a matéria aponta ainda que a escolha também deveu-se à interlocução da senadora com o setor ruralista, e que ela presidiu a CNA (Confederação Nacional da Agricultura) por anos.

Nessa mesma temática, que destaca a ligação de Kátia Abreu com o setor ruralista, como parte de sua *Atuação e trajetória profissional -política*, não constatamos declarações ou propostas previstas para a atividade no plano de governo para o país, entretanto o jornal cita com frequência os cargos que ela ocupou como dirigente de entidades ligadas ao setor, ou à frente do Ministério da Agricultura e Pecuária no governo de Dilma Rousseff. Encontramos diversas referências sobre os cargos em entidades representativas do setor ocupados por Kátia, sem mencionar as possíveis contribuições da candidata para o setor. Mas ressalta-se, nestas matérias, as críticas de ruralistas e a falta de diálogo com o setor ao longo da campanha, como exemplifica a matéria intitulada “*Após mudanças políticas, Kátia Abreu enfrenta desdém dos ruralistas*”⁶⁴. O texto inicia lembrando o episódio ocorrido em 2010, quando as candidatas ao Planalto Dilma Rousseff e Marina Silva decidiram não participar de uma sabatina da CNA (Confederação de Agricultura e Pecuária no Brasil), e Kátia, então presidente da entidade, criticou a ausência das presidenciáveis.

O jornal aponta que em 2018 foi a vez de Kátia e Ciro “ignorar” a entidade, que atualmente se opõe à senadora. A matéria também relaciona os anos de liderança à frente da bancada ruralista no Senado, com o recebimento do prêmio “*Motosserra de Ouro*”, atribuído pelo *Greenpeace*, sua “*fidelidade*” a Dilma, e o fato de Kátia integrar uma chapa presidencial “*à esquerda*”. A candidata, porém, se declara nesta e em outras matérias jornalísticas do *corpus* como “*de centro, uma pessoa humanista e que se preocupa com o próximo, e grande defensora*

⁶³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/ciro-escolhe-katia-abreu-como-candidata-a-vice.shtml>. Acesso em: dez. 2019.

⁶⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2018/08/30/>. Acesso em dez. 2019.

do agronegócio". O texto finaliza com a suposição de que o "capitão reformado" Jair Bolsonaro detém a simpatia dos ruralistas que a candidata perdeu após se posicionar contra o impeachment de Dilma.

Assim, quando é relacionada com sua *atuação e trajetória*, as representações de Kátia Abreu giram em torno de duas principais: 1) representante do agronegócio e do setor ruralista; 2) defensora da ex-presidente Dilma Rousseff. Em ambos os casos as representações que emergem são tanto negativas quanto positivas. Quando é retratada como representante do agronegócio, tanto é representada como uma figura que atua em favor deste segmento econômico e de suas demandas, quanto que atua contra agendas ou segmentos sociais ligados, por exemplo, à defesa do meio ambiente, bem exemplificado pelo prêmio "Motosserra de Ouro".

Já quando é representada como defensora de Dilma pelo posicionamento contrário ao impeachment da ex-presidente, Kátia Abreu é retratada tanto como uma figura que teria traído o setor do agronegócio quanto como alguém leal, firme, honrada, fiel ao que defende. Para o seu partido (PDT) e aliados, ter sido ou ser defensora de Dilma contribui para a construção de uma representação de Kátia Abreu como uma política leal. Já para os dirigentes do agronegócio, tal defesa significou o afastamento dos interesses do setor, quase uma espécie de traição aos ruralistas e a quem defendida o impeachment da ex-presidente.

O eixo temático *Posicionamento sobre Plano de Governo e Temas Polêmicos* (aborto, descriminalização de drogas e facilitação do porte de armas) também se destaca nos textos analisados, não pela quantidade, mas pela abordagem. O eixo que contempla esses assuntos, normalmente considerados como controversos na opinião pública, aparece em quatro das 22 unidades de análise. Nesse eixo inserimos os textos nos quais a candidata é mencionada ou ouvida sobre temas de interesse coletivo, que fazem parte ou não do programa de governo de sua chapa e/ou de seu posicionamento pessoal-político, que, às vezes, conflitam com o candidato da chapa. Observamos que, em comum, esses textos não apenas manifestam as opiniões e posições de Kátia sobre temas diversos, mas também buscam evidenciar as discordâncias e contradições nas falas dela e de Ciro Gomes, o candidato que encabeça a chapa presidencial. Alguns exemplos ilustram esta categoria. A notícia "Projeto de Transposição de rio opõe Ciro e sua Vice, Kátia Abreu"⁶⁵ relata que, enquanto Ciro diz que é viável a obra, cujos estudos foram iniciados na época em ele foi ministro da Integração Nacional, entre 2003 e 2006

⁶⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2018>. Acesso em: dez.2018.

no governo de Lula, o projeto foi arquivado no Senado após receber parecer contrário da relatora Kátia Abreu. Outro exemplo é a reportagem “Polêmicas da campanha eleitoral envolveram 13º salário, nome no SPC e indulto a Lula”⁶⁶ que apurou os assuntos e eventos que causaram controvérsias na campanha de 2018, citando que em certa ocasião Kátia disse que Ciro não iria revogar a Reforma Trabalhista, aprovada no governo Temer.

Já Ciro teria contrariado tal afirmação dizendo que “queria revogar a reforma trabalhista”. Nas matérias que tratam de assuntos polêmicos, citamos a entrevista intitulada “Vice de Ciro defende facilitar porte de armas e se opõe a alterar lei do aborto”⁶⁷. Seis das 12 perguntas dirigidas à candidata tratam diretamente desses temas tidos como controversos. No texto, que faz menções à ligação de Kátia com o setor agropecuário e a amizade com a ex-presidente Dilma, a senadora defende o porte de armas, principalmente no campo, segundo ela em razão do atual cenário de violência, ao mesmo tempo em que afirma que “o ideal seria que o governo desarmasse os criminosos”. Contrária ao aborto, ela diz na entrevista que “todos os homens e mulheres do Brasil são contra o aborto”. Porém, quando questionada sobre outros pontos da legislação, alega que por ser cristã “não gostaria de entrar em um tema muito pessoal”, e que o assunto deveria ser decidido pelo Congresso.

Assim, infere-se que, quando mencionada no contexto da discussão de temas de interesse coletivo, como os considerados polêmicos junto a diferentes setores da sociedade (aborto, porte de armas, mudança em direitos trabalhistas), as representações sobre Kátia Abreu são as de uma figura política defensora de uma agenda conservadora em termos econômico e comportamentais e contrária a agendas tidas como progressistas (direitos trabalhistas, descriminalização do aborto nos casos previstos em lei). Contrária ao aborto, quando questionada⁶⁸ sobre alguns pontos da lei, justifica-se, trazendo alguns elementos que contribuem aqui para pensar o modo como ela se auto-define: “Sou cristã e, do ponto de vista dos meus princípios, não gostaria de modificar a lei, mas não estou aqui para jogar pedra em ninguém e as pessoas merecem apoio em qualquer circunstância. No mesmo texto, a *Folha* atribui a Kátia Abreu outra declaração, que também traz imagens que a candidata busca reforçar sobre si mesma: “Sou democrata, uma pessoa de centro e acredito no mercado, mas meu coração ainda está aqui dentro batendo”.

⁶⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2018/10/06/>. Acesso em: dez. 2019,

⁶⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2018/08/08/>. Acesso em: dez. 2019.

⁶⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2018/08/08/>. Acesso em: dez. 2019.

No eixo *Associação com temas, atores e acontecimentos específicos*, identificamos a vinculação de Kátia Abreu a ocorrências relativas ao tema da corrupção. Elencamos quatro matérias em que a candidata é mencionada no contexto de alguma denúncia de corrupção, estando ou não implicada nas acusações. Isso fica evidente em duas reportagens: “PF indícia Abílio Diniz por suspeita de organização criminosa e estelionato”⁶⁹, e “WhatsApp vira peça-chave nos indiciamentos da BRF”⁷⁰. Nas duas reportagens que tratam sobre operações da Polícia Federal para apuração de fraudes. Um dos textos diz que Kátia, então Ministra da Agricultura na época dos acontecimentos investigados, teria sido mencionada em conversas de grupo de whatsapp. Na conversa obtida pela PF, um dos investigados teria dito que “conversou de forma contundente com Kátia”. Já o outro texto relata que o delegado responsável pelo caso diz que, na conversa obtida pela polícia, os executivos falavam da “interlocução com a então Ministra da Agricultura, a senadora Kátia Abreu (PDT-TO)”. Pelas matérias analisadas não há um vínculo direto de Kátia Abreu com as denúncias de corrupção relatadas. O vínculo é insinuado ao mencioná-la como suposta interlocutora dos investigados e pelo cargo que ocupava no Ministério da Agricultura do governo Dilma.

No conjunto dos textos incluídos no eixo *Questões de Gênero*, as representações elaboradas sobre Kátia Abreu a retratam como uma figura pública que sofre assédio, ameaça e preconceito pelo fato de ser mulher; uma “veterana” que sabe lidar “com a malícia dos homens”; ou ainda, que tem “fama de brava”, como ela mesma se auto-define na matéria jornalística. Identificamos três textos nos quais a candidata é mencionada e/ou ouvida sobre problemas enfrentados na atividade política ou da campanha eleitoral que tem relação com o fato de ser mulher. Um deles, a reportagem “Em rotina de assédio e preconceito, candidatas recebem ameaças e nudes”⁷¹, relata os constrangimentos e assédios enfrentados por candidatas em vários Estados, e cita Kátia como uma ‘veterana’ que também lida com a malícia de colegas homens. “Vice de Ciro Gomes, Kátia Abreu (PDT), 56, diz que ‘poucos se atreveriam’ a se meter a besta com ela. “Tenho fama de brava”. Logo abaixo, o texto da *Folha* também relembra o constrangimento vivido por ela quando o então senador José Serra (PSDB) disse, em uma roda de conversa e dirigindo-se à Kátia, então recém-casada no ano 2015, que ela tinha fama de namoradeira. “Sua reação: jogar vinho na cara do tucano”, relembra a matéria jornalística.

⁶⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2018/10/16/>. Acesso em: dez. 2019.

⁷⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2018/10/19/>. Acesso em: dez. 2019.

⁷¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2018/09/03/> Acesso em: dez. 2019.

Resumindo, na análise sobre 22 matérias jornalísticas da *Folha de S. Paulo*, observa-se que as representações sobre a candidata a vice Kátia Abreu (PDT) são construídas em torno de cinco categorias de temas aos quais ela é associada. Quando se trata da escolha da vice e estratégia política, Kátia é vista como um instrumento para aumentar as chances do candidato à presidência, na medida em que pode potencializar a inserção dele junto ao segmento do agronegócio, ao público feminino, e à região centro-oeste. Quando relembram sua *atuação político-pessoal-profissional*, os textos reforçam a imagem de uma figura pública ligada ao agronegócio e aos ruralistas (defensora deste setor; ‘prêmio motosserra de ouro’ etc.), mas também a sua passagem pelo governo de Dilma Rousseff – figura pública com a qual Kátia Abreu passa a ser permanentemente associada, gerando representações tanto negativas (traidora do agronegócio/ruralistas e dos apoiadores do impeachment) quanto positivas (política leal, firme, honrada). Quando as matérias da *Folha* a associam a determinados acontecimentos ou assuntos específicos, destaca-se também o tema da corrupção, ao qual é vinculada por ter sido mencionada por pessoas investigadas, em função do cargo que exercia no governo Dilma Rousseff. Ao se referir a Kátia Abreu nas situações em que o que está em discussão é o eixo *Posicionamento sobre plano de governo e/ou temas de interesse coletivo*, a representação projetada sobre a candidata está ancorada na defesa que ela faz de agendas conservadoras (em relação à reforma trabalhista, aborto, drogas, meio ambiente etc.). Por fim, nas matérias do eixo *Questões de gênero*, em que se salienta situações da campanha eleitoral ou de ocorrências passadas nas quais a candidata enfrentou tratamento diferenciado, machista e preconceituoso pelo fato de ser mulher, outras representações aparecem. Kátia é vista como vítima de assédio, preconceito, machismo; é, ‘namoradeira’, ‘brava’, intempestiva/impulsiva.

É importante observar como, nos textos relativos a estes diferentes eixos temáticos, aparecem momentos de expressão da própria candidata, em que ela mesma busca afirmar ou reafirmar uma representação ou imagem de si, nomeando-se como: cristã, humana, politicamente de centro, defensora do agronegócio, brava.

O conjunto de representações da candidata Kátia Abreu nos mostram a força dos estereótipos, descritos por Hall (2013), quando acionados pelos relatos jornalísticos. Estes enfatizam algumas características de uma pessoa, reduzindo-a a esse traço e fixando assim a diferença. No caso de Kátia Abreu, outro viés de gênero relacionado ao poder é acionado em diversos momentos pela *Folha* ao associar politicamente a candidata à ex-presidente Dilma Rousseff, de quem Kátia se manteve amiga, mesmo após romper e deixar o governo petista.

4.2.1 A candidata Ana Amélia Lemos (PP)

A candidata à vice-presidente Ana Amélia de Lemos⁷² nasceu 23 de março de 1945, no município de Lagoa Vermelha, no Estado do Rio Grande do Sul. É a primogênita de nove filhos do casal José Laureano de Lemos e de Cilene Daros. cursou o ensino Primário, Ginásio e Normal em Lagoa Vermelha e formou-se em Comunicação Social – Relações Públicas e Propaganda na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC), em Porto Alegre (RS). Foi casada com o senador biônico pelo Rio Grande do Sul (1983-1987), advogado e promotor de justiça Octávio Omar Cardoso⁷³, falecido no ano de 2011, com quem não teve filhos.

Ana Amélia iniciou sua carreira profissional na década de 1970, na Rádio Guaíba, como produtora do programa Repórter na História. Após uma passagem como repórter de economia no *Jornal do Comércio*, trabalhou no grupo RBS em 1977, como repórter de economia, produtora e apresentadora do programa Panorama Econômico, que tornou-se a primeira coluna de economia na TV, no sul do país⁷⁴. Em 1979 passou a atuar em Brasília como repórter do jornal *Zero Hora* e da *Rádio Gaúcha*, ambos do Grupo RBS. Após três anos, foi nomeada diretora do Grupo RBS na capital federal, e entre 2003 e 2010 participava diariamente dos programas *Bom Dia Rio Grande*, *Bom Dia Santa Catarina*, *Jornal do Almoço* do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, nas *Rádio Gaúcha* e *Gaúcha Atualidades*, e assinava uma coluna na editoria de política do jornal *Zero Hora*.

Em março de 2010, Ana Amélia deixou o cargo que ocupava na RBS para ser candidata ao Senado Federal pelo Partido Progressista (PP). Foi eleita com 29, com 54% dos votos válidos para a 54ª e 55ª Legislatura, cargo que ocupou entre janeiro de 2011 a janeiro de 2019. Durante o mandato⁷⁵, Ana Amélia recebeu premiações por sua atuação parlamentar. Entre eles, o Prêmio Congresso em Foco de 2015, designado aos melhores parlamentares na defesa da agropecuária, segundo o voto popular e na avaliação de jornalistas.

⁷² As informações sobre a candidata Ana Amélia Lemos, incluídas neste tópico, foram pesquisadas na página do Senado, no site Wikipedia e no site oficial de Ana Amélia. Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/4988>. Acesso em: set. 2020.

⁷³ Octávio Omar Cardoso assumiu a vaga no Senado após a morte do titular Tarso Dutra, que faleceu em 1983.

⁷⁴ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ana_Am%C3%A9lia_Lemos. Acesso em: set. 2020

⁷⁵ Disponível em:

http://www.anaamelialemos.com.br/noticias/ana_amelia_e_escolhida_entre_os_melhores_senadores_no_premio. Acesso em: set.2020.

Em 2014, candidatou-se ao governo do Rio Grande do Sul, mas perdeu ainda no primeiro turno. Nesse mesmo ano, a revista *Exame* denunciou que ela havia exercido um cargo de confiança no gabinete do marido, então senador da República, durante onze meses, entre os anos de 1986 e de 1987. Nessa mesma época, Ana Amélia era diretora da sucursal da RBS em Brasília, acumulando, portanto, as duas funções. De acordo com a reportagem publicada na *Exame*, em sua defesa, Ana Amélia disse que o trabalho de assessoria parlamentar não era incompatível com as funções que exercia no grupo RBS. Também alegou que o fato ocorreu anteriormente à aprovação da Lei do Nepotismo, em 1988, que definiu como ilegal a contratação de parentes de detentores de cargos no serviço público.

Apesar de ter declarado⁷⁶ não ser uma política de extrema-direita, Ana Amélia é considerada uma figura conservadora e atuou como uma das principais lideranças da bancada ruralista no Senado, grupo que defende os interesses do setor do agronegócio. Em 2018, aos 73 anos Ana Amélia aceitou concorrer como candidata à vice-presidente na chapa de Geraldo Alckmin (PSDB). Para a imprensa, ela foi escolhida como “uma espécie de fiadora do discurso conservador”, especialmente para o eleitorado do sul do país, como aponta uma reportagem⁷⁷ na revista *Veja*, publicada em setembro de 2018. Em entrevista⁷⁸ ao jornal *El País*, no mês de outubro de 2018, e também durante seu último pronunciamento⁷⁹ no plenário do Senado, Ana Amélia declarou que aprendeu mais no Senado do que em 40 anos como jornalista, e “mais nesta eleição, do que em oito anos no Senado”. Em março de 2019, foi anunciada pelo governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), como secretária Extraordinária de Relações Federativas e Internacionais do Estado.

4.2.2 Destaque dado e temas associados à Ana Amélia

Ao compararmos o quantitativo de matérias produzidas pela *Folha* sobre cada uma das cinco mulheres candidatas ao cargo de vice-presidente da República, observamos, de imediato, que a vice de Geraldo Alckmin, Ana Amélia Lemos, recebeu um destaque maior do jornal em

⁷⁶ Disponível em: <https://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2018/08/07/sou-contra-os-extremos-a-esquerda-e-a-direita-diz-vice-de-alckmin-60053>. Acesso em: set. 2020.

⁷⁷ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/ana-amelia-e-aposta-de-alckmin-para-eleitorado-conservador-e-da-regiao-sul/>. Acesso em: set. 2020.

⁷⁸ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/04/politica/1538680346_952354.html. Acesso em set. 2020.

⁷⁹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/12/20/ana-amelia-se-despede-do-senado-pedindo-estabilidade-juridica-no-pais>. Acesso em set. 2020.

relação às demais candidatas. Foram produzidas 28 unidades de textos, totalizando seis (06) a mais do que as produzidas sobre Kátia Abreu (26 no total) e oito (08) a mais em relação a Manuela D'Ávila (20 no total).

Além disso, observamos que o fato de a candidata ocupar o cargo de senadora em exercício do mandato já lhe confere, de imediato, uma distinção no tratamento do jornal. Assim, ela é sempre referenciada por ser senadora em todas as matérias analisadas. Não podemos afirmar que isso é feito com o propósito de beneficiá-la em relação às demais candidatas, mas, de forma indireta, lhe confere destaque sobre quem não ocupa nenhum cargo político. Observamos, entretanto, que o cargo de senadora não é citado nos títulos, nos quais aparece somente o nome de Ana Amélia, em cinco (05) unidades. Seu nome também é citado em um (01) intertítulo e em uma (01) linha fina.

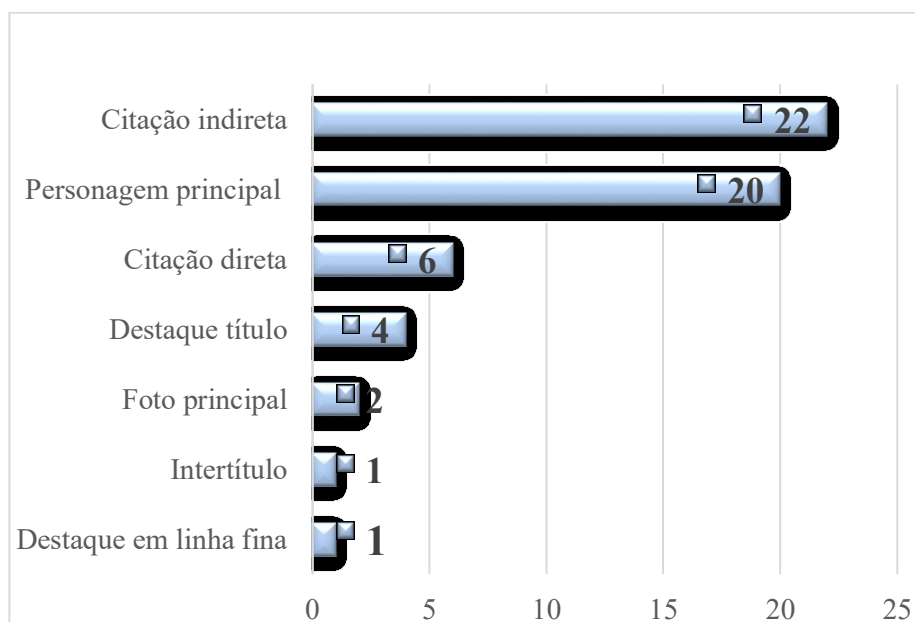
A candidata tem destaque ainda como personagem principal em 20 das 28 unidades de texto analisadas. Desse montante, verificamos que 18 unidades de texto mencionam posicionamentos políticos, acontecimentos da vida pública e profissional da candidata. Em outras dez (10) matérias, ela é citada somente como a vice de Alckmin, no contexto da campanha. No conjunto total, verificamos que foram utilizadas citações diretas (falas, opiniões, posicionamentos, etc.) da candidata em seis (06) textos. Nas outras 22 unidades de texto, foram utilizadas citações indiretas (feitas pelo próprio jornal ou por terceiros) para se referir à candidata. Em duas (02), foram utilizadas fotografias de Ana Amélia, nas quais ela aparece ao lado de Geraldo Alckmin durante eventos da campanha, a exemplo da imagem que reproduzimos a seguir.

Figura 2: Candidato Geraldo Alckmin e a vice Ana Amélia em caminhada de campanha



Reprodução: *Jornal Folha de S.Paulo*, 28 de agosto de 2018
 Legenda do jornal: “O presidenciável Geraldo Alckmin (PSDB) e a vice Ana Amélia (PP) – Ciete Silvério/Divulgação”.

Gráfico 3: Destaque dado à candidata Ana Amélia



Fonte: a autora

Como já mencionamos e como se pode observar resumidamente no quadro acima, os dados mostram que Ana Amélia recebeu um importante destaque, do ponto de vista

quantitativo, por parte da cobertura jornalística da *Folha*. Ela foi o personagem principal em 20 das 28 unidades de texto analisadas. Além disso, seu nome foi citado em quatro (04) títulos, um (01) intertítulo, e mais uma (01) linha fina. A candidata também aparece em duas (02) fotografias que ilustram os textos analisados. É citada de forma direta em seis (06) unidades, e de forma indireta em outros 22 textos, através de referências feitas pelo jornal ou por terceiros, sobre Ana Amélia.

Em relação às temáticas das 28 unidades de textos nos quais a candidata é mencionada, classificamos 15 delas no eixo *Escolha da vice e Estratégia Política*. No caso de Ana Amélia, identificamos que a escolha dela para compor a chapa, como vice de Geraldo Alckmin, é ressaltada pelo jornal em vários momentos ao longo da cobertura. Nesse eixo observamos que as qualidades exaltadas pela *Folha* sobre o perfil da candidata são associadas ao fato de ela se declarar de direita, antipetista, ligada ao agronegócio, e a única que teria potencial para deter o crescimento do candidato Jair Bolsonaro.

A partir dessa perspectiva, observamos que algumas das matérias elencadas nesse eixo também se encaixam em *Atuação e trajetória político-pessoal-profissional*. São 14 unidades de texto que enfatizam, ao longo da cobertura, a trajetória profissional de Ana Amélia no jornalismo televisivo, a ligação dela com o setor do agronegócio, o cargo de senadora, e uma presumida influência política e eleitoral atribuídas ao cargo.

De modo concomitante, também relacionamos a influência e a vinculação de Ana Amélia ao agronegócio no eixo *Associação com temas, atores ou acontecimentos específicos*. Isso porque o jornal se refere a ela, em várias matérias, como uma força política no sul do país, que teria influência no agronegócio, um setor com força econômica. Além disso, também é vista pelo jornal como a única capaz de deter o avanço político, no sul do país, do candidato Jair Bolsonaro (PSL). Desse modo, a ligação dela com o agronegócio é apontada, reiteradas vezes, como uma forma de atrair eleitores de Bolsonaro.

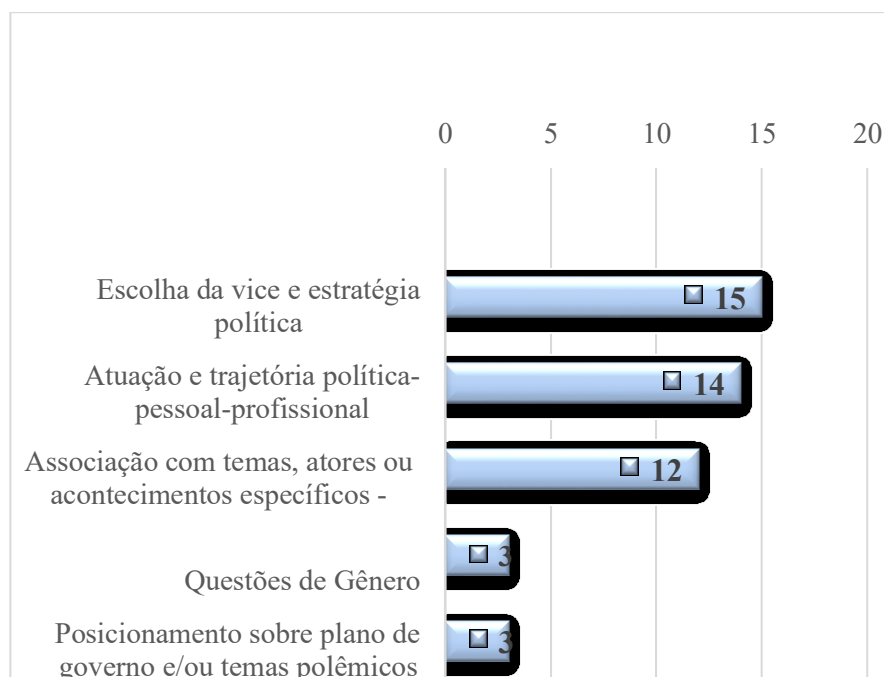
No eixo *Posicionamento sobre plano de governo e/ou temas polêmicos* elencamos três relatos que indicam opinião ou manifestação pública da candidata. Na matéria intitulada⁸⁰ *Com vice ligada ao agronegócio Alckmin amplia defesa de pleitos ruralistas*, publicada no dia 19 de agosto, o jornal destaca em diversos trechos que Ana Amélia, no cargo de vice-presidente eleita, iria tratar o setor do agronegócio como prioridade. Além do título, a informação também é reafirmada no intertítulo “Ana Amélia cobra política externa agressiva para beneficiar setor,

⁸⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/com-vice-ligada-ao-agronegocio-alckmin-amplia-defesa-de-pleitos-ruralistas.shtml>. Acesso em: set. 2020.

que será prioritário no programa”. E logo no primeiro parágrafo do texto, reafirma o vínculo da candidata com o setor e a centralidade que o tema teria em uma eventual gestão Alckmin: “ainda mais central na campanha de Geraldo Alckmin (PSDB) depois da escolha de Ana Amélia (PPRS) como vice, o agronegócio será prioritário no programa de governo tucano, visto como um dos pilares que alavancarão o crescimento econômico no país”.

Já no eixo *Questões de Gênero*, elencamos quatro (04) textos nos quais a *Folha* dá a entender que o fato de Ana Amélia ser mulher produziria apelo e aceitação da chapa junto ao eleitorado feminino. É o caso da reportagem *Alckmin investe no voto das mulheres e adere ao vocabulário das feministas*,⁸¹ publicada no dia 1º de setembro. A matéria narra alguns dos momentos da visita da chapa (Alckmin e Ana Amélia) em cidades do Rio Grande do Sul, enfatizando as estratégias e o discurso do candidato Geraldo Alckmin para conquistar o eleitorado feminino: “tucano fala em ‘empoderamento’ e promete ampliar ensino infantil para beneficiar ‘mamães’”.

Gráfico 4: Eixos temáticos das representações de Ana Amélia



Fonte: a autora

4.2.3 As representações de Ana Amélia

⁸¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/alckmin-investe-no-voto-das-mulheres-e-adere-ao-vocabulario-das-feministas.shtml> Acesso em: set. 2020.

É a partir dos destaques dados à candidata Ana Amélia, e do mapeamento dos temas com os quais a candidata é relacionada nos textos jornalísticos, ou seja, nos assuntos em que ela é com mais frequência ancorada e objetivada, que faremos agora a identificação e análise das representações que emergem dessas narrativas. No caso de Ana Amélia, diferentemente das outras candidatas analisadas nesta dissertação, observamos que a *Folha* a representa como uma figura política de prestígio e de destaque na disputa eleitoral.

No eixo *Escolha da vice e estratégia política* essa representação é objetivada no fato dela se posicionar politicamente como de direita, antipetista e ligada ao agronegócio. É o que se vê na reportagem⁸² intitulada *Saída pela direita*, publicada no dia 6 de agosto de 2018, um dia após o prazo final para composição das chapas oficializadas em convenção. O texto cita as movimentações e os acordos partidários entre o PSDB, partido de Geraldo Alckmin, e de outros partidos denominados de centrão, para atrair o apoio de setores considerados “mais à direita do espectro político, faixa no qual se mostra mais à vontade”, diz o jornal. Para isso, segundo o texto, “o acordo com Ana Amélia, que em princípio dará rosto à aliança durante a campanha, robustece essa estratégia”. Isso porque, segundo o texto, “a senadora, que atrai apoio entusiasmado de grupos conservadores, como o MBL (Movimento Brasil Livre), não deixa dúvidas sobre suas inclinações ideológicas, sua aversão às teses de esquerda e seus laços com setores da elite do meio rural”. Essas informações sobre a candidata são colocadas como adjetivos com forte sentido político e repetidos pelo jornal em outros textos ao longo da cobertura.

No eixo *Atuação e trajetória político-pessoal-profissional*, a *Folha* constrói a representação de uma vice ideal, ou “a vice dos sonhos”, utilizando uma fala do candidato Alckmin, que é reproduzida em diversas matérias feitas pelo jornal. Essa representação é ancorada no passado profissional de jornalista, e no mandato de senadora em exercício, e objetivada na ideia de que ela abriu mão de concorrer à reeleição para ser candidata à vice-Presidente. Um dos exemplos é a reportagem⁸³ intitulada *Ana Amélia aceita ser vice de Alckmin, mas condiciona apoio a acordos no RS*, publicada no dia 02 de agosto, a qual destaca trechos de declarações de Alckmin feitas durante uma entrevista ao canal *GloboNews*, logo

⁸² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2018/08/saida-pela-direita.shtml>. Acesso em: set. 2020.

⁸³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/ana-amelia-aceita-ser-vice-de-alckmin-na-disputa-pelo-planalto-dizem-aliados.shtml>. Acesso: em set. 2020.

após a confirmação da composição da chapa. No texto, Alckmin declara que Ana Amélia aceitar compor a chapa com ele “é um gesto importante, já que ela era candidata [ao Senado] e abriu mão de tentar a reeleição”. Ele também chamou Ana Amélia de “a vice dos sonhos”. O relato afirma ainda que ele “exaltou o fato da parlamentar ser mulher. Era a melhor candidata a vice. Não tinha escolha melhor”. Outro exemplo de representações ancoradas na *atuação e trajetória* da candidata pode ser vista na reportagem⁸⁴ intitulada *Sonho de todos é ir com Bolsonaro ao 2º turno, diz Alckmin*, publicada no dia 22 de agosto. Sem citar nenhuma fonte de informação, o relato fala da expectativa de Alckmin em relação à vice e a representa da seguinte forma: “De direita, ligada ao agronegócio e entusiasta da Lava Jato, a senadora Ana Amélia (PP-RS) é a esperança para o avanço da candidatura no Sul”.

No eixo *Posicionamento sobre plano de governo e/ou temas polêmicos*, a representação de uma candidata bem preparada, com respeito e credibilidade, é ancorada no perfil de uma política de direita, porta-voz do agronegócio, com posições conservadoras sobre temas controversos na sociedade, a exemplo do aborto e da corrupção. Essas ideias são objetivadas nas matérias em que a candidata tem a oportunidade de manifestar seus posicionamentos conservadores. É o que se nota na entrevista *ping-pong* intitulada *Partidos têm que entender desgaste, diz Ana Amélia*, publicada no dia 07 de agosto. Na entrevista, a própria Ana Amélia se auto-define como “conservadora da boa ética, dos bons princípios, da integridade, da defesa da Lava Jato”. Quando questionada sobre a flexibilização do aborto, ela diz que a questão deve ser decidida pelo Supremo Tribunal Federal, que a criminalização deveria acontecer de uma forma didática, e se exime de um posicionamento que possa causar polêmicas: “a lei brasileira assegura a realização do aborto e acho que esse é um limite que a sociedade brasileira continua aceitando”.

Já na reportagem⁸⁵ intitulada *Com vice ligada ao agronegócio Alckmin amplia defesa de pleitos ruralistas*, o posicionamento de Ana Amélia sobre este segmento econômico é explicitado desde o texto da linha-fina, reforçando a imagem de uma figura defensora do agronegócio: “Ana Amélia cobra política externa agressiva para beneficiar setor, que será prioritário o governo”. Diferente do espaço concedido a outras candidatas, neste caso a *Folha* permite ao leitor conhecer ideias da vice sobre o tema, salientando que a candidata declarou

⁸⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/sonho-de-todos-e-ir-com-bolsonaro-ao-2o-turno-diz-alckmin.shtml>. Acesso em: set. 2020.

⁸⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/com-vice-ligada-ao-agronegocio-aleckmin-amplia-defesa-de-pleitos-ruralistas.shtml>. Acesso em: set. 2020.

publicamente, em diversas ocasiões, dois pontos que considera centrais no programa de governo de sua chapa: “melhorar o ambiente de negócios, facilitando o crédito e seguro rural, e adotar uma postura agressiva na política externa”.

Através da análise de matérias do eixo *Associação com temas, atores ou acontecimentos específicos*, percebe-se uma ênfase em retratar Ana Amélia não apenas como uma política de direita e ligada ao agronegócio, como também a única candidata capaz de deter o avanço de Jair Bolsonaro no sul do país. Ela é vista como apoiadora de agenda semelhante à defendida por adeptos da candidatura de Bolsonaro, uma espécie de atrativo para disputar contra ele o apoio de segmentos conservadores. É o que se observa na matéria intitulada *Alckmin exclui da privatização bancos públicos e exploração de petróleo em águas profundas*, publicada no dia 6 de agosto: “Geraldo Alckmin fez também um novo aceno ao agronegócio. Ele já havia levado a senadora Ana Amélia (PP-RS), ligada à bancada ruralista, para o posto de vice de sua chapa, tentando atrair eleitores que atualmente apoiam o presidenciável Jair Bolsonaro (PSL)”.

Já no eixo *Questões de Gênero* emerge a representação de uma mulher que se diferencia das demais candidatas mulheres por ter determinadas características, podendo atrair votos do eleitorado feminino para a chapa de Alckmin. A reportagem *Alckmin investe no voto das mulheres e adere ao vocabulário das feministas*⁸⁶, publicada no dia 1º de setembro, narra alguns dos momentos da visita da chapa (Alckmin e Ana Amélia) em cidades do Rio Grande do Sul, enfatiza as falas e estratégias do candidato Geraldo Alckmin para conquistar o eleitorado feminino, e, assim, passar ao segundo turno das eleições. O relato afirma que Alckmin “conta para isso com uma vice gaúcha, de estilo aguerrido, que o interrompe sem constrangimentos quando quer opinar ou complementar uma declaração”. Cita ainda, em seguida, um elogio feito pelo candidato sobre Ana Amélia: “a mais querida aliada, uma senadora brilhante”. Ou seja, ela não é apenas uma mulher candidata à vice-presidente, mas é, segundo Alckmin, “querida”, um adjetivo que remete àquilo que é tido como sendo feminino. Já no relato da *Folha*, ela tem também personalidade forte, algo característico de quem tem posicionamentos firmes, revelando-os no cargo de prestígio que ocupa enquanto senadora.

Essas distinções feitas pelo jornal sobre algumas candidatas, como no caso de Ana Amélia, nos remetem ao exposto por Butler (2003, p. 20) sobre o gênero. A autora diz que se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é. Isso porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de

⁸⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/alckmin-investe-no-voto-das-mulheres-e-adere-ao-vocabulario-das-feministas.shtml>. Acesso em: set. 2020.

identidades discursivamente constituídas. Incluem-se aí determinados comportamentos e papéis atribuídos ao feminino, que pesam sobre o sujeito político e que são cotidianamente reproduzidos pela sociedade e pelo Jornalismo, como vimos nos exemplos acima citados sobre Ana Amélia, nos quais o jornal cita adjetivos como querida e aguerrida, com personalidade forte. Ao mesmo tempo, a questão de classe ou posição social é acionada toda vez que o jornal faz referência ao passado profissional de jornalista da candidata. Também percebemos o acionamento de outras intersecções, como no caso da classista, pela qual o jornal insiste em atribuir um protagonismo de Ana Amélia junto ao setor do agronegócio. Há ainda um permanente reforço ao regionalismo e à identidade gaúcha da candidata, diferentemente do que o jornal fez com a candidata Manuela D'Ávila, que também nasceu no Rio Grande do Sul.

Pela análise realizada, observa-se que Ana Amélia foi representada pela *Folha* como a vice dos sonhos. Mulher, de estilo aguerrido, adjetivo associado ao fato dela ser gaúcha, e benquista entre os pares políticos, especialmente no relacionamento com Alckmin. Além disso, ideologicamente conservadora e de direita, senadora eleita com grandes chances de reeleição, mas que “abriu mão”, de acordo com a percepção do jornal, para disputar como vice-presidente.

Além disso, Ana Amélia também era uma representante do agronegócio, com propostas para o crescimento do setor, e a figura política com mais potencial para deter o avanço eleitoral de Jair Bolsonaro, especialmente no Sul do país, o que acabou não se concretizando. Assim, aquela que parecia ser a candidata preferida da *Folha* nas eleições de 2018, tinha os atributos necessários para ocupar o cargo de vice-presidente. Não teve, porém, os votos necessários para impulsionar a vitória da chapa Alckmin/Ana Amélia nas eleições.

4.3.1 A candidata Manuela D'Ávila (PC do B)

Manuela Pinto Vieira D'Ávila⁸⁷ nasceu no dia 18 de agosto de 1981, em Porto Alegre (RS). Em 2003 graduou-se no curso de Comunicação Social/Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS), e em 2018 concluiu o Mestrado em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

No ano de 2001 filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), tornando-se membro da direção municipal em Porto Alegre (2003 a 2005), e membro da direção estadual

⁸⁷ As informações sobre a candidata Manuela D'Ávila foram obtidas no site do Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/davila-manuela>. Acesso: em jul. 2020.

(2003 a 2007). No movimento de estudantes, em 2002, assumiu a presidência da seção da União da Juventude Socialista (UJS), passando a integrar a direção nacional da entidade. Entre 2003 e 2004 foi vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio Grande do Sul.

Elegeu-se vereadora em Porto Alegre (RS), em 2004, aos 23 anos de idade, quando tornou-se a mais jovem vereadora da história da cidade, eleita com 1,19% dos votos. No ano de 2006, elegeu-se deputada federal pelo Rio Grande do Sul, com 7,31% dos votos, a mais votada do Estado. Em 2008 foi candidata à prefeitura de Porto Alegre, e ficou em terceiro em lugar, com 15,35% dos votos válidos. Se reelegeu em 2010 para o cargo de deputada federal entre 2011 a 2015⁸⁸ pelo PC do B. Em 2012 concorreu novamente a prefeita de Porto Alegre, e ficou em segundo lugar com 141 mil votos. É autora dos livros *Por que lutamos* (2019) e *Revolução Laura: reflexões sobre maternidade & resistência* (2019)⁸⁹. Desde 2012 é casada com o músico e escritor Duca Leindecker, com quem tem uma filha, Laura, que nasceu em 2016. Nesse mesmo ano, no mês de julho, Manuela, então deputada estadual, tornou-se notícia em diversos meios de comunicação no Brasil, e até mesmo veículos estrangeiros, após a divulgação de uma imagem feita por um fotógrafo oficial da Assembleia, que viralizou nas redes sociais. Na fotografia, Manuela aparece amamentando a bebê, então com quatro meses de vida, no Plenário da Assembleia Legislativa gaúcha, durante uma sessão extraordinária.

À época Manuela se manifestou em uma rede social, comentando sobre a situação e a filha: “ela mamou ali. E dormiu. Todas as mulheres que são mães e amamentam ou amamentaram sabem que esse gesto é natural e espontâneo! Porém, um dos fotógrafos da Assembleia (eles não creditam as fotos) teve a felicidade de bater a foto”⁹⁰.

Em entrevista à plataforma feminina Universa, do site UOL⁹¹, em outubro de 2019, Manuela afirma que passou os oito anos de mandato na Câmara Federal sendo chamada de “musa” em Brasília. “Era a musa com cérebro. Quando fui reeleita, dobrei minha votação e não tinha espaço nenhum para falar sobre trabalho. Usaram uma foto minha com decote e a legenda “de peito aberto para enfrentar o capitalismo”. Quando reclama disso, ouvia: deixa de ser chata,

⁸⁸ Consulta realizada no Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/deputados/141492/biografia>. Acesso em: jul. 2020.

⁸⁹ Pesquisa realizada no Site Ebiografia. Disponível em: https://www.ebiografia.com/manuela_d_avila/. Acesso em: 08 jul. 2020.

⁹⁰ Jornal Extra. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/deputada-desabafa-apos-viralizacao-de-foto-em-que-amamenta-filha-durante-debate-politica-machista-19804034.html>. Acesso em: jul. 2020

⁹¹Entrevista a plataforma digital Universa do portal UOL. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/10/11/manuela-davila-unica-pauta-que-tinham-para-mimera-de-musa-do-congresso.htm>. Acesso em: jul. 2020

quem não quer ser musa? Pare de reclamar. Na época eu sofria sozinha. Hoje tem até nome: violência política. Não há mais espaço pra isso”, declarou Manuela em 2019.

Uma pesquisa no buscador do *Google* indica que o site *Congresso em Foco*⁹² foi um dos primeiros veículos a utilizar o termo “musa” em referência a Manuela. Em uma entrevista publicada no site, no dia 07 de dezembro de 2006, logo após a eleição de Manuela para a Câmara, o texto diz: “elevada à condição de musa do novo Congresso, a deputada eleita Manuela D’Ávila (PC do B) se exime em desfazer qualquer relação entre a expressiva votação que recebeu dos gaúchos e a indisfarçável beleza que cultivava no auge dos seus 25 anos”. No mesmo texto, logo a seguir, Manuela posiciona-se afirmando: “não foi a beleza que me elegeu. Se fosse assim, outros candidatos muito bonitos tinham se eleito. A população de Porto Alegre já conhece meu trabalho”.

A *Folha de S. Paulo* também utilizou o termo “musa” para referir-se a ela no início do mandato, em 2007. Uma matéria⁹³ publicada no dia 24 de janeiro de 2007, anuncia no título: “Manuela, musa da nova legislatura, vence eleição simulada da Câmara”. O texto aponta que “antes de assumir o mandato, a deputada de 25 anos já recebeu o título de musa da próxima legislatura – mas vê com desdém os elogios de sua beleza”.

Em 2018, a partir de um acordo celebrado entre o PC do B e o PT, Manuela aceitou ser vice candidata à Presidência da República na chapa de Fernando Haddad (PT).

4.3.2 Destaque dado e temas associados à Manuela D’Ávila

Como no caso das outras candidatas à vice-presidência, iniciamos essa análise com a descrição do material empírico (qualitativo e quantitativo), para verificar o *destaque* dado à candidata Manuela D’Ávila em cada uma das 20 (vinte) unidades de textos do *corpus* que a mencionam. Nessa etapa também identificamos o conjunto de temas aos quais a candidata é associada.

Na análise verificamos que além de ter o nome citado em todas as 20 unidades examinadas, Manuela D’Ávila recebeu um destaque maior do jornal em cinco (05) títulos das 20 matérias. Observamos que em quatro (04) dessas manchetes, ela é chamada somente de

⁹² O site *Congresso em Foco* é um veículo jornalístico, lançado em 2004, que realiza cobertura do Congresso Nacional e de fatos políticos. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/quem-somos/>. Acesso em: jul. 2020

⁹³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u88914.shtml>. Acesso em: jul. 2020

“Manuela” pela *Folha*. Somente na reportagem *Manuela D'Ávila assumiu na chapa de Haddad o contraponto a Bolsonaro* é citado seu nome completo. Além disso, o nome da candidata também aparece em um (01) subtítulo e um (01) intertítulo de matéria. Já a candidatura de Manuela como assunto principal é o tema de cinco (05) unidades de texto.

Outro destaque refere-se à utilização de imagens fotográficas em 02 (dois) textos. Em uma dessas matérias a *Folha* utilizou duas imagens de material de divulgação de campanha, com o crédito de divulgação, para ilustrar a reportagem⁹⁴ *Haddad tira Lula e reduz vermelho de material de campanha*. O texto aponta as mudanças nas cores e a redução da aparição de Lula⁹⁵ nas peças do material de campanha de Fernando Haddad e Manuela. Já na reportagem⁹⁶ *Haddad continua 'banho' de PT com visitas a fabricas do ABC*, Manuela aparece ao lado do candidato Haddad e da esposa dele, Ana Estela Haddad, durante um comício em uma fábrica.

Figura 3: Candidato a vice pela chapa do PT, Fernando Haddad, a esposa Ana Estela Haddad e Manuela D'Ávila (PC do B)

⁹⁴Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/haddad-tira-lula-e-reduz-vermelho-de-material-de-campanha.shtml>. Acesso em: ago. 2020.

⁹⁵No dia 31 de agosto de 2018, os Ministros do TSE (Supremo Tribunal Eleitoral) indeferiram por maioria (6 x 1) o pedido de candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência da República nas eleições de 2018. A decisão foi baseada na Lei da Ficha Limpa, aprovada em 2010, que veta a candidatura de quem foi condenado por órgão colegiado. Lula foi preso no dia 7 de abril de 2018 após ter sido condenado no processo chamado “Triplex do Guarujá” pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, com pena prevista de 12 anos e um mês. Trata-se de um dos processos e julgamentos mais controversos da história recente do Brasil, com ampla repercussão internacional. A defesa e os apoiadores do ex-presidente até a presente data ainda questionam a condenação e apontam a falta de provas no processo, que teria sido construído pela operação Lava Jato para promover perseguição política e tirar o ex-presidente da disputa eleitoral. Em abril de 2019, a Quinta turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça), manteve a condenação, mas reduziu a pena imposta para oito anos, dez meses e 20 dias de reclusão. No dia 8 de novembro de 2019, após 580 dias de prisão em uma cela da Superintendência da Polícia Federal em Curitiba (PR), o ex-presidente foi colocado em liberdade. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Setembro/tse-indeferiu-pedido-de-registro-de-candidatura-de-lula-a-presidencia-da-republica>. Acesso em: ago. 2020.

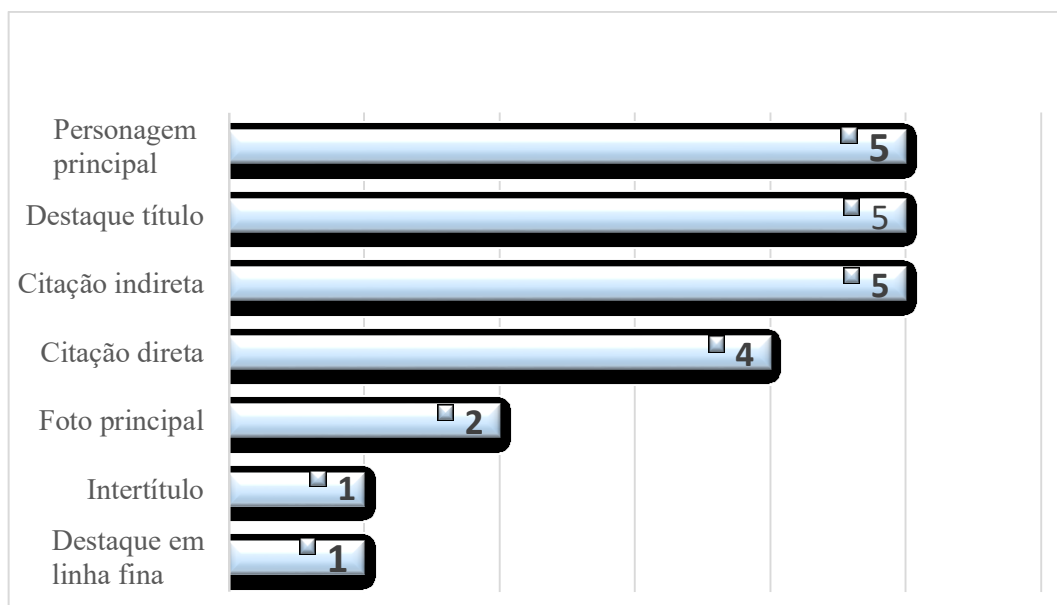
⁹⁶Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/lula-e-13-diz-haddad-para-herdar-votos-do-ex-presidente.shtml> Acesso em: ago. 2020.



Jornal *Folha de S.Paulo* 05 de setembro de 2018. Reprodução:
Nelson Almeida - 05.set.2018/AFP

Em relação à utilização de declarações em primeira pessoa, ditas diretamente por Manuela, verificamos que elas aparecem em quatro (04) unidades. Em outras cinco (05) matérias foram usadas citações indiretas, aquelas em que o jornal atribui falas à Manuela ou foram ditas sobre Manuela por terceiros.

Gráfico 5: Destaque dado à Manuela D'Ávila



Fonte: a autora

No caso de Manuela D'Ávila, o quadro acima além de resumir o que descrevemos, demonstra que a candidata do Partido Comunista do Brasil (PC do B) recebeu uma relativa visibilidade da *Folha* na cobertura das eleições, principalmente se comparada a algumas das outras candidatas à vice que analisamos nesta dissertação. Em termos quantitativos, além de ser mencionada em todos as vinte (20) unidades de texto, teve seu nome citado em cinco (05) manchetes e um (01) subtítulo, e um (01) intertítulo. Manuela D'Ávila também foi o assunto principal de cinco (05) matérias, dentre as quais dois (02) textos foram ilustrados com registros fotográficos da candidata. Quatro (04) textos contém citações diretas e outros cinco (05) incluem citações indiretas feitas pelo jornal, ou de terceiros falando sobre Manuela.

Em relação às temáticas das 20 unidades que mencionam Manuela, classificamos 13 delas no eixo *Associação com temas, atores ou acontecimentos específicos*. Nessas matérias, o nome de Manuela é associado com frequência ao ex-presidente Lula, que havia sido preso no dia 7 de abril de 2018, no processo desencadeado pela operação Lava Jato, e ao Partido dos Trabalhadores. Uma parte significativa dessas matérias também foi incluída no eixo *Escolha de vice e Estratégia Política*, no qual inserimos nove (09) textos. São textos que tratam sobre o período de definição dos nomes que iriam compor a chapa petista, e que citam Manuela como uma das opções do PT. O jornal se refere à candidata em alguns textos como uma “reserva” ou um “plano B” dos petistas.

Já no eixo *Atuação e trajetória política, pessoa e/ou profissional* relacionamos três (03) textos que enfatizam aspectos da trajetória da candidata, como sua atuação no Movimento Estudantil, e citam cargos políticos que ela ocupou ou disputou em eleições anteriores. Já no eixo *Posicionamento sobre plano de governo* identificamos duas (02) unidades de textos. Um deles aponta a participação de Manuela em um encontro com empresários, e no outro texto Manuela desmente notícias falsas disseminadas por outros candidatos a respeito das propostas de campanha de sua chapa. No eixo *Questões de Gênero* elencamos três (03) textos em que Manuela foi alvo de ataques, tanto virtuais nas redes sociais quanto ataques verbais em comícios realizados durante a campanha.

Gráfico 6: Eixos temáticos das representações de Manuela D'Ávila



Fonte: a autora

4.3.3 As representações de Manuela D'Ávila

Os destaques dados pela *Folha* à Manuela D'Ávila nas matérias da cobertura das eleições de 2018 denotam a relevância e o peso político da candidata no cenário eleitoral. Entretanto, no período de definição e homologação de chapas, a *Folha* produziu diversas matérias que não colocam Manuela como protagonista do processo, pois insiste que sua candidatura dependia de uma definição do ex-presidente Lula, à época preso.

A construção de uma representação ancorada no vínculo estabelecido entre a candidata e o ex-presidente Lula é visível nos textos incluídos no eixo *Associação com temas, atores ou acontecimentos específicos*. Tratam-se de 13 matérias nas quais Manuela é representada como uma defensora e apoiadora do ex-presidente Lula em praticamente toda a cobertura, mesmo após a homologação da chapa Fernando Haddad e Manuela D'Ávila, no dia 11 de setembro, quando já se consolidava que Lula estava fora da disputa eleitoral.

Essa vinculação teve início no período que ela já se apresentava como candidata a presidente pelo PC do B. É o caso da publicação⁹⁷ feita no dia 1º de agosto, intitulada *Manuela é oficializada candidata com acenos a indecisos e mulheres*. A matéria, produzida sobre a convenção partidária do PC do B, inicia apontando que, mesmo sem excluir a possibilidade de coligação com o PT ou o PDT, o PC do B havia oficializado naquele mesmo dia a candidatura de Manuela D'Ávila. Segundo o texto, em seu discurso aos correligionários, a candidata “fez acenos políticos a dois grupos de eleitores: indecisos e mulheres”. Na sequência, a *Folha* faz uma relação à essa fala apontando que “hoje a maioria dos eleitores são do sexo feminino e brancos e nulos chegam a 28% no cenário sem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo a última pesquisa Datafolha”. Em outro trecho o texto destaca que a candidata defendeu, em seu discurso, a libertação de Lula.

Na reportagem⁹⁸ publicada no dia 03 de agosto, intitulado *À espera de Ciro, Lula desafia orientação do TSE e segura definição de vice*, o subtítulo diz que o *PT* queria indicar *Manuela D'Ávila como companheira na chapa petista*. O texto trata da indefinição da chapa petista, a dois dias do prazo final da oficialização das chapas presidenciais. Isso estaria ocorrendo por interferência de Lula, que segundo o jornal “brecou as negociações imediatas entre PT e Manuela D'Ávila”. De acordo com o jornal “a decisão frustrou auxiliares de Lula e dirigentes do PT, que tinham o desejo de indicar Manuela já neste sábado”.

Como confirmação da ideia de que Manuela estava na posição de suplente do PT, à espera de uma decisão de Lula, na matéria⁹⁹ intitulada *Manuela interrompe arrecadação para pré-campanha e já fala como candidata a vice*, publicada no dia 06 de agosto, o jornal destaca ter confirmado junto a assessoria de Manuela que ela seria a vice de “qualquer maneira”. Porém,

⁹⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/manuela-e-oficializada-candidata-com-acenos-a-indecisos-e-mulheres.shtml>. Acesso em: ago. 2020.

⁹⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/em-carta-ao-pt-lula-diz-que-haddad-e-o-melhor-para-enfrentar-o-debate-eleitoral.shtml> Acesso em ago.2020.

⁹⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/vaquinha-para-pre-campanha-de-manuela-sera-usada-agora-para-tentar-eleger-lula.shtml> Acesso em ago. 2020.

o partido dela, o PC do B “estaria cético sobre o papel de Manuela na campanha”. Em outro parágrafo, a matéria diz que “publicamente o PT já começou a afagar Manuela, mas não esclarece qual será seu papel”. Como podemos perceber, a *Folha* coloca a candidata como um nome de peso, mas com um papel de uma coadjuvante, que poderia ser escalada a qualquer momento, dependendo da vontade de Lula.

Isso se ratifica na matéria publicada no dia 08 de agosto, com o título *Assessor de Lula se reúne com Etchegoyen e pede segurança em 15 de agosto*. O texto trata da reunião de um dos principais assessores de Lula com um dos ministros do governo de Michel Temer, então presidente após a destituição de Dilma Rousseff (PT) à época, para discutir a segurança de um ato que o PT iria realizar na capital federal. Ao registrar que Manuela estaria no evento, a *Folha* diz que “ela aceitou ficar na reserva até que a situação jurídica de Lula seja resolvida e, então, assumirá o posto de vice na chapa”.

Como podemos observar, as matérias acima apresentadas também fazem referência à definição do nome de Manuela como vice candidata à presidência. Por isso, algumas delas também foram incluídas no eixo *Escolha da Vice e Estratégia Política*, no qual relacionamos nove (09) unidades. Esse foi o modo pelo o qual o jornal retratou em vários momentos que a escolha de Manuela como vice da chapa petista foi definida a partir de uma estratégia política, principalmente em favor de interesses políticos do ex-presidente Lula. Por isso o jornal se refere à candidata, em alguns momentos, como uma “reserva” ou um “plano B” dos petistas.

Um exemplo é a matéria¹⁰⁰ publicada no dia 06 de agosto, com o título *PT oficializa Haddad como vice de Lula, e PC do B desiste de Manuela*. O texto inicia com a afirmação de que “com o aval do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o PT decidiu oficializar neste domingo (5) o nome do ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad como vice na chapa do partido ao Planalto”. No terceiro parágrafo, aponta que após uma longa negociação o PC do B decidiu garantir a vaga de vice ao PT quando Lula fosse impedido de concorrer. Com isso, diz a matéria, o partido “desistiu de lançar Manuela D’Ávila como candidata à presidência”. Assim, o jornal sugere uma representação de Manuela como uma peça a serviço de Lula e do PT.

¹⁰⁰ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/em-carta-ao-pt-lula-diz-que-haddad-e-o-melhor-para-enfrentar-o-debate-eleitoral.shtml>> Acesso em ago. 2020.

Em outra reportagem¹⁰¹, intitulada *Band faz primeiro debate com candidatos ao Planalto nesta quinta*, publicada no dia 09 de agosto, o jornal diz que Manuela “deve herdar a vaga de vice se Lula for impedido de concorrer e Haddad assumir a cabeça de chapa”. Essas afirmações acerca da definição de Manuela para vice na chapa, demonstram que, apesar de atribuir relevância política, através dos destaques dados nos textos ao nome da candidata, a *Folha* representa Manuela D’Ávila como uma figura política que está se submetendo aos interesses partidários do PT, e mais especificamente de Lula. Assim, no que se refere ao eixo *Associação com temas, atores ou assuntos específicos*, as representações de Manuela são ancoradas em construções que a mostram como uma apoiadora e defensora do ex-presidente Lula. Essa representação é objetivada na ideia de que, apesar do prestígio e experiência política, Manuela não exerce seu próprio protagonismo na campanha por estar a serviços dos interesses do ex-presidente e do PT.

Já no eixo *Posicionamento sobre Plano de governo e/ou temas polêmicos* elencamos duas (02) matérias que apresentam Manuela como interlocutora da chapa, pelo fato de ser representante de Lula e de Haddad nos compromissos de campanha, e também por se manifestar publicamente sobre questões de plano de governo. Como exemplo, cita-se a notícia *Setor de infraestrutura pede menos risco jurídico e investimento público*. A publicação, do dia 20 de agosto, diz que em um evento promovido pela Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base) em São Paulo, e que reuniu empresários e os candidatos à Presidência, o jornal indica que Manuela participou do evento como “representante do candidato Lula do PT”. A matéria, porém, não cita nenhum apontamento dos candidatos sobre as questões discutidas, apenas apresenta as reivindicações dos empresários sem repercutir alguma fala dos candidatos e candidatas. Ou seja, a cobertura não mostra interesse em divulgar o que eles e elas pensam e propõem de política para esse setor.

Na construção do relato da *Folha*, Manuela também aparece como a interlocutora e representante de sua chapa em assuntos relacionados a questões de gênero. É o que se observa na notícia intitulada *PT reclama de fake news; PSL mantém ataques a petista*, publicada no dia 18 de outubro. Nesta matéria, a *Folha* relata que o candidato Fernando Haddad passou a semana reclamando de notícias falsas divulgadas pelo opositor, Jair Bolsonaro, como as que propagavam que o plano de governo do petista previa distribuir nas escolas livros que incentivavam a homossexualidade. Segundo o jornal, coube à Manuela a tarefa de desmentir a

¹⁰¹ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/band-faz-primeiro-debate-com-candidatos-ao-planalto-nesta-quinta.shtml>> Acesso em ago. 2020.

afirmação feita por Jair Bolsonaro durante uma entrevista no *Jornal Nacional*, da *TV Globo*, na qual Bolsonaro mostrou um livro que nunca foi distribuído pelo governo Dilma, quando Haddad era ministro da Educação.

Além de defensora de Lula e de interlocutora da chapa acerca de alguns temas do plano de governo, como as questões de gênero, identificamos outras representações que estão ancoradas na *Atuação e Trajetória político-pessoal-profissional* de Manuela D'Ávila. Nesse eixo temático, no qual elencamos três textos, a *Folha* representa Manuela como uma mulher forte, e com experiência política. Tal ideia é ancorada na trajetória precoce dela em campanhas eleitorais, uma líder estudantil e figura pública pertencente ao campo ideológico de esquerda. Essa objetivação se revela, como exemplo, na reportagem¹⁰² *'Poste' em 2012, Haddad volta à disputa eleitoral sob sombra de padrinho*, publicada no dia 12 de setembro, na qual a *Folha* diz que Haddad ocupou cargos de destaques nos governos petistas, mesmo sem ter experiência eleitoral.

Já a trajetória política e as disputas eleitorais de Manuela são destacadas à parte, com o subtítulo *Nova Candidata a vice, Manuela foi líder estudantil*. O texto diz que “ao contrário do companheiro de chapa, a candidata a vice Manuela D'Ávila (PC do B) construiu uma carreira precoce nas campanhas eleitorais”. E cita, de forma resumida, sua trajetória política e eleitoral.

De forma semelhante, a *Folha* objetiva a representação de uma mulher forte e com experiência eleitoral ao falar sobre a candidata na reportagem *Manuela D'Ávila assumiu na chapa de Haddad o contraponto a Bolsonaro*, publicada no dia 6 de outubro, às vésperas da votação do segundo turno das eleições. Os recursos de título, fotografia e informações do texto - também incluído no eixo *Questões de Gênero, a Folha de S. Paulo* - também projetam a imagem de Manuela como uma mulher forte, empoderada e com experiência política.

Por fim, no eixo *Questões de Gênero*, três textos mostram que em diversos momentos da campanha, Manuela foi vítima de notícias falsas e de agressões verbais em comícios políticos e através das redes sociais - ocorrências relacionadas ao fato de ser mulher. De qualquer modo, as matérias produzidas pelo jornal representam novamente Manuela como uma mulher que não se deixou intimidar diante de ataques e mentiras. Essa representação aparece sobretudo em duas reportagens.

¹⁰² Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/poste-em-2012-haddad-volta-a-disputa-eleitoral-sob-sombra-de-padrinho.shtml>> Acesso em ago. 2020.

A primeira - intitulada *Em rotina de assédio e preconceito, candidatas recebem ameaças e nudes*, publicada no dia 3 de setembro de 2018 -, mostra como diversas mulheres candidatas estavam lidando com os ataques nas redes sociais. Manuela é citada logo no início da reportagem e explica que já nem responde a certos tipos de comentários postados nas redes. Ela comenta na matéria que um homem, mesmo achando que está sendo cortês pode “tropeçar no machismo nosso de todo dia”. Ao jornal, Manuela afirma: “[...] é comum ouvir: nossa, você me surpreendeu por saber falar sobre tal assunto. Sempre respondo: você achava que eu era a parlamentar mais votada do RS há quatro eleições por causa dos meus belos olhos azuis? Eu não tenho olhos azuis”.

A outra reportagem¹⁰³, intitulada *Manuela D’Ávila assumiu na chapa de Haddad o contraponto de Bolsonaro*, publicada no dia 6 de outubro, descreve a reação da candidata diante de um homem que a acusou de mentir durante um comício realizado em uma fábrica em São Paulo. A acusação, segundo a *Folha*, foi feita por um eleitor declarado de Jair Bolsonaro (PSL). O texto chama de “cena” a situação que aconteceu uma semana antes de Haddad ser oficializado candidato do PT, no momento em que “Manuela queixava-se da decisão do Ibope em não divulgar uma pesquisa na qual Lula seria líder”. De acordo com o jornal, a reação de Manuela foi responder “não tenho medo de homem que aponta o dedo pra mim. Abaixei esse dedo”.

Para a *Folha*, esse momento já indicava que, aos poucos, ela assumia o papel de contraponto a Bolsonaro na chapa. Entretanto, ao novamente associar Manuela como uma defensora de Lula e do PT, como fez durante toda a cobertura de campanha, a *Folha* constrói uma nova representação da candidata, a representação de uma mulher corajosa, que não se intimida. Essa representação está ancorada na forma como ela reage com firmeza ao agressor. A objetivação, como parte do processo de construção dessa representação, se dá em seguida, com as informações da trajetória política dela. Ou seja, Manuela não é uma mulher inexperiente na política, e por conta disso sabe como se impor em situações que poderiam constranger ou calar uma mulher. É o que dá a entender a declaração dela reproduzida pelo jornal: “não sei teu nome, mas, se tu quiseres vir aqui, te apresentar e tentar provar qual de nós fez uma mentira, tu podes te apresentar. Sou Manuela D’Ávila, deputada há 12 anos com a maior votação do Brasil nas últimas eleições”.

A terceira matéria listada nesse eixo, foi publicada no dia 8 de agosto, antes da oficialização das candidaturas, quando ainda não estava definido que Lula não seria o candidato

¹⁰³ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/manuela-davila-assumiu-na-chapa-de-haddad-o-contraponto-a-bolsonaro.shtml>> Acesso em ago. 2020.

do PT e nem que Manuela seria então a vice de Fernando Haddad. A matéria é importante neste eixo temático (*gênero*) porque coloca em discussão, a partir de entrevistas com especialistas, o modo como o percentual de cotas para mulheres vem sendo utilizados em alguns partidos políticos para continuar beneficiando homens em postos-chave das disputas eleitorais, enquanto elas ainda são relegadas a papéis secundários ou carreando votos para eles, conforme discutimos no capítulo da contextualização histórica.

Intitulada *Com cota fixa em fundo eleitoral, eleição tem maior número de vices mulheres*, a reportagem da *Folha* discute que o estabelecimento de uma cota fixa no fundo eleitoral fez crescer o número de candidaturas femininas para a vice-presidência. Na matéria, a *Folha* utiliza a fala de alguns especialistas para evidenciar que a medida tem sido utilizada pelas candidaturas majoritárias, favorecendo que homens ocupem a cabeça da chapa com mulheres de vice, nas candidaturas à Presidência, governos, e suplentes, no caso do Senado. A reportagem aponta que, em um cenário com 13 presidenciáveis, até aquela data, apenas Marina Silva (Rede) e Vera Lúcia (PSTU) disputariam como cabeças de chapa. E que outros quatro candidatos tinham mulheres como vice - Geraldo Alckmin (PP); Ciro Gomes (PDT); Guilherme Boulos (PSOL) e Cabo Daciolo (Patriota) -, podendo chegar a cinco, caso Manuela D'Ávila (PC do B) assumisse o posto de vice de Lula ou de Fernando Haddad”.

Essa matéria do eixo *Questões de Gênero* ilustra o posicionamento da *Folha* ao tratar sobre as cotas para mulheres candidatas e o papel que o jornalismo pode ter tanto na promoção da igualdade quando na reprodução de desigualdades históricas, como as de gênero, que dificultam o acesso e a participação feminina em espaços de decisão e de poder. Além de se eximir um posicionamento público favorável sobre as cotas, ou ao menos apontar formas efetivas de torná-las um mecanismo viável, o jornal paulista apresenta com destaque as falas de especialistas para questionar a relevância da política pública de cotas no estímulo à participação das mulheres na política. Nenhuma candidata, ocupante de mandato ou liderança feminina partidária foi ouvida para expressar o ponto de vista de quem vive essa realidade.

Os motivos que impedem o ingresso de mais mulheres na vida pública tem sido objeto de vários estudos no campo da comunicação e da política, assim como dos estudos de gênero das teorias sociais, com forte influência dos Estudos Feministas pós-estruturalistas. O jornalismo praticado em diferentes mídias, a exemplo da *Folha de S. Paulo*, tem um papel importante na manutenção de obstáculos à maior participação das mulheres em espaços de atuação política. Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2009) defendem que os meios de comunicação são fonte e índice de capital político nas sociedades contemporâneas, a partir de

um conjunto de normas e valores que definem o que é noticiável e quem compõe a notícia. Essas escolhas conferem distinção na medida em que tornam determinadas personagens visíveis (BIROLI; MIGUEL, 2009, p. 9), enquanto invisibilizam outras. Portanto, em matérias que tratam sobre temas relacionados à presença de mulheres na política, a ausência de fontes que representem aquelas que já estão na vida pública ou as que almejam disputar um cargo, dificultam novos olhares acerca das questões discutidas, constroem a ação política de mulheres e reforçam a permanência de estereótipos. Como apontam Biroli e Miguel (2009), a mídia não apenas reforça a visão dominante sobre o que é política, como também legitima quem participa dela, naturalizando o viés relacionado ao gênero.

No caso específico tratado neste tópico – a análise das representações construídas pela *Folha de S. Paulo* sobre Manuela D’Ávila -, percebe-se que o jornal a apresenta como uma mulher forte, com experiência, relevância e peso político no cenário eleitoral. Por outro lado, também projeta representações negativas, ao reforçar permanentemente que ela é uma defensora de Lula - à época preso no contexto da operação Lava Jato-, e a candidata reserva do PT.

Assim, no caso de Manuela, ela é representada pela *Folha* como uma figura política importante, que abriu mão de exercer seu protagonismo na campanha ao aceitar se submeter aos interesses partidários do PT, e mais especificamente do ex-presidente Lula. No período de definição das chapas o jornal insiste que ela aceitou “ficar na reserva” ou ser o “Plano B do PT”.

Já em outro momento da campanha, com a chapa Haddad e Manuela definida, ela assume, de acordo com a *Folha*, o papel de “interlocutora” na defesa e apresentação do plano de governo da chapa para alguns setores, e também se torna o contraponto aos ataques e *fake news* disseminadas por Bolsonaro. Essas representações construídas pelo jornal sobre Manuela D’Ávila expõem os desafios enfrentados na política mesmo por mulheres que já têm longa trajetória de atuação na área.

4.4.1 A candidata Sônia Guajajara (PSOL)

A candidata a vice-presidência da República, na chapa com Guilherme Boulos (PSOL), é registrada na certidão de nascimento como Sonia Bone de Souza Silva Santos.

Publicamente apresenta-se com a identidade de Sonia Guajajara¹⁰⁴, em homenagem a sua etnia Guajajara/tentear, que habita a Terra Araribóia, no Maranhão. Esse também é o nome da candidatura registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), já que a Resolução 23.548 do TSE, permite ao candidato utilizar nome ou apelido pelo qual o candidato (a) é mais conhecido¹⁰⁵.

Um trecho de sua biografia publicada no site do PSOL aponta que Sonia, filha de analfabetos, cursou o ensino fundamental dos dez aos 14 anos, em Amarante¹⁰⁶ (MA), cidade próxima ao povoado de Campo Formoso, onde Sonia nasceu. Nesse período, trabalhou como doméstica e cuidadora de crianças para auxiliar na renda familiar. Aos 15 anos recebeu um convite da Funai de Imperatriz (MA) para cursar o ensino médio em Esmeraldas (MG), onde formou-se no Magistério e em Técnico Agrícola.

Anos mais tarde, de volta ao Maranhão, formou-se no curso técnico de Auxiliar de Enfermagem, e também no curso de Letras e pós-graduação em Educação Especial na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Na década de 1990, trabalhou como professora em educação especial na APAE/ MA, em projetos de Monitoria de Educação e Saúde relacionados a prejuízos do álcool, medidas preventivas de saúde, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e drogas. Também atuou como professora municipal no povoado de Campo Formoso (MA). No ano de 1993, a convite da Igreja Católica de Amarante, fez um estágio de medicina alternativa no IPPH – Instituto Paulista Promoção Humana em Lins (SP).

Sua biografia indica ainda que, no ano de 2003, ela participou da Pós-Conferência da Marcha Indígena¹⁰⁷, o primeiro grande evento nacional realizado para discutir o Estatuto dos Povos Indígenas, que aconteceu em Luziânia (GO). Entre 2001 a 2007 integrou a Coordenação

¹⁰⁴ A matéria diz que quando Sonia nasceu, em março de 1974, o Estatuto do Índio e a Lei de Registros haviam entrado em vigor em dezembro de 1973, e previam normas para os registros somente de índios não integrados à “comunhão nacional”, ou seja, aos que viviam isolados. O Estatuto determinou que os nascimentos fossem “registrados de acordo com a legislação comum, atendidas as peculiaridades de sua condição quanto à qualificação do nome, prenome e filiação”. O fim da tutela, em 1988, como determinou a Constituição, deu mais autonomia aos indígenas. Passou a prevalecer a autodeterminação dos povos e a auto declaração por parte de indivíduos e grupos. Em 2012 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) decidiram adotar uma resolução conjunta e estabeleceram que “no assento de nascimento do indígena, integrado ou não, deve ser lançado, a pedido do apresentante, o nome indígena do registrando, de sua livre escolha” e que “no caso de registro de indígena, a etnia do registrando pode ser lançada como sobrenome, a pedido do interessado”. No Maranhão, somente em agosto de 2013, a Corregedoria-Geral de Justiça do Maranhão determinou que a legislação sobre registro civil de indígena, que consta na resolução do TSE, fosse cumprida. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/sonia-guajajara-vice-de-boulos-usa-nome-indigena-com-amparo-da-legislacao.shtml>. Acesso em maio 2020.

¹⁰⁵ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/sonia-guajajara-vice-de-boulos-usa-nome-indigena-com-amparo-da-legislacao.shtml>> Acesso em maio 2020.

¹⁰⁶ A comunidade de Campo Formoso faz fronteira com a Terra Indígena Araribóia, um conjunto de aldeias reconhecido pelo poder público. Disponível em: <<https://amazonialatitude.com/2019/08/09/o-voo-de-sonia-guajajara/>> Acesso em maio 2020.

¹⁰⁷ Disponível em: <<https://campanhademulher.org/sonia-guajajara/>> Acesso em maio 2020.

das Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA). No ano de 2008, participou do Fórum Permanente da ONU – Organização das Nações Unidas para Questões Indígenas, em New York.

Por sua forte atuação na defesa dos direitos dos povos tradicionais, Sônia liderou inúmeros protestos nacionais e internacionais. Em março de 2014, como coordenadora Nacional da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), liderou em Paris¹⁰⁸ protestos pedindo a suspensão da construção da Usina Belo Monte, no Rio Xingu, e das barragens dos rios Madeira e Tapajós, todas no coração da floresta amazônica. Na mesma viagem, Guajajara esteve na sede das Organizações Unidas, em Genebra, para denunciar, o que, segundo ela, seriam planos do governo e de alguns latifundiários para enfraquecer os direitos indígenas e favorecer grandes projetos industriais em áreas indígenas.

Em outro episódio, que também teve ampla repercussão e cobertura midiática, Sonia entregou uma réplica de uma motosserra dourada¹⁰⁹ no ano de 2010 à então presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e senadora Kátia Abreu (na época filiada ao DEM), por liderar no Congresso Nacional o texto da reforma do Código Florestal. Kátia Abreu estava hospedada em um hotel em Cancun, participando de eventos paralelos da Cúpula do Clima da ONU (COP16), e se recusou a receber o prêmio das mãos da líder indígena. Em 2011, Sonia filiou-se ao PSOL, após deixar o PT, dizendo-se decepcionada¹¹⁰ depois que o partido promete apoio à candidata Roseana Sarney (PMDB), ao governo do Maranhão.

Antes disso, em 2012, Sonia reuniu-se com a presidente Dilma Rousseff, no Dia Mundial do Meio Ambiente. No mesmo ano coordenou a organização do Acampamento Terra Livre, na Cúpula dos povos, em contraposição ao evento mundial da Rio +20. Em abril de 2013¹¹¹, coordenou a Semana dos povos indígenas e a ocupação do plenário da Câmara e do Palácio do Planalto para protestar contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que dava ao Congresso plenos poderes para demarcar áreas indígenas. Em 2017, Sonia subiu ao palco de um dos maiores festivais de música do mundo, o *Rock in Rio*, a convite da cantora internacional Alicia Keys, para fazer um discurso contra o presidente Michel Temer e a exploração mineral da Renca (Reserva Mineral de Cobre e seus Associados), na Amazônia.

¹⁰⁸ Disponível em: <<https://www.survivalbrasil.org/ultimas-noticias/10066>> Acesso em maio 2020

¹⁰⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/12/senadora-katia-abreu-ganha-motosserra-de-ouro-em-cancun.html>> Acesso em maio 2020.

¹¹⁰ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/nova-marina-indigena-sonia-guajajara-e-cotada-como-vice-de-boulos.shtml>> Acesso em maio 2020.

¹¹¹ Disponível em: <<https://www.ebc.com.br/noticias/politica/2013/04/indios-invadem-plenario-da-camara>> Acesso em maio 2020.

Em 2018, aos 44 anos de idade, separada e mãe de três filhos - Luiz Mahkai, Yaponã e Y'wara - Sônia tornou-se a primeira indígena na história brasileira a integrar uma chapa na disputa do mais alto cargo do país. Em uma entrevista¹¹² concedida em julho de 2018, quando questionada sobre o papel que exerceria como vice na chapa com Guilherme Boulos, Guajajara disse que desde as primeiras conversas ficou acordado que seria uma campanha compartilhada. Disse que teria o papel de copresidenta e que não seria uma vice com atuação somente na ausência do titular.

4.4.2 Destaque dado e temas associados à Sonia Guajajara

Como feito com as outras candidatas, aqui na primeira etapa metodológica, que compreende a análise descritiva (qualitativa e quantitativa), verificamos o *destaque* dado à candidata Sonia Guajajara em cada uma das nove unidades de textos produzidos pela *Folha*, no período delimitado, que compreende a cobertura da campanha presidencial. Delineamos como *destaque* o número de matérias que citam a candidata, a utilização de fotos, menções ao seu nome no título, citações no corpo do texto (se ela foi referenciada direta ou indiretamente no corpo do texto). Nessa etapa também observamos e identificamos o conjunto de *temas* aos quais a candidata foi associada e que, no nosso entendimento, colaboram para construir representações.

Em relação ao *destaque* obtido na *Folha de S. Paulo*, o nome de Sonia Guajajara como candidata à vice-presidente aparece em nove (09) unidades de texto. Nesse conjunto, oito unidades relacionam-se a assuntos de atividades de campanha, e uma unidade aborda as circunstâncias e a repercussão da morte de um índio da tribo Guajajara. Em relação a esses oito textos, cabe ressaltar ainda que, um deles é uma entrevista, no formato ping-pong, intitulada *Falta a setores da esquerda a humildade de pisar no barro, fica a dica, diz Boulos*, publicada no dia 22 de agosto de 2018, com o candidato da chapa do PSOL, Guilherme Boulos. Essa entrevista não traz nenhuma pergunta relacionada diretamente à sua vice, e o nome de Sonia é citado apenas por Boulos em uma das respostas.

Isso posto, averiguamos que, nesse conjunto de nove unidades, o nome de Sonia Guajajara não é destaque em nenhum título dos textos, somente em uma linha-fina da

¹¹² Disponível em: < <https://amazonia.org.br/2018/07/a-voz-ancestral-de-sonia-guajajara/>> Acesso em maio 2020.

reportagem¹¹³ que trata da morte do indígena da tribo Guajajara, na qual Sonia é citada como “líder indígena”, sem referência, entretanto, ao cargo que disputa. A *Folha* utilizou fotografias de Sonia em duas unidades de texto. São duas fotos de arquivo, produzidas por fotógrafos da agência *Folhapress*, nas quais a candidata aparece com adorno indígena (cocar). Uma das imagens ilustra a reportagem, já mencionada, que trata da morte de um indígena da tribo Guajajara. A outra imagem ilustra a reportagem¹¹⁴ que aborda o lançamento de candidaturas indígenas no país, intitulada *Indígenas se organizam e lançam candidaturas em 24 estados*, publicada no dia 4 de setembro de 2018. A legenda dessa fotografia é: “Sonia Guajajara, vice na chapa do presidente Guilherme Boulos (PSOL)”.

Figura 4: Sonia Guajajara, vice na chapa do presidente Guilherme Boulos (PSOL)

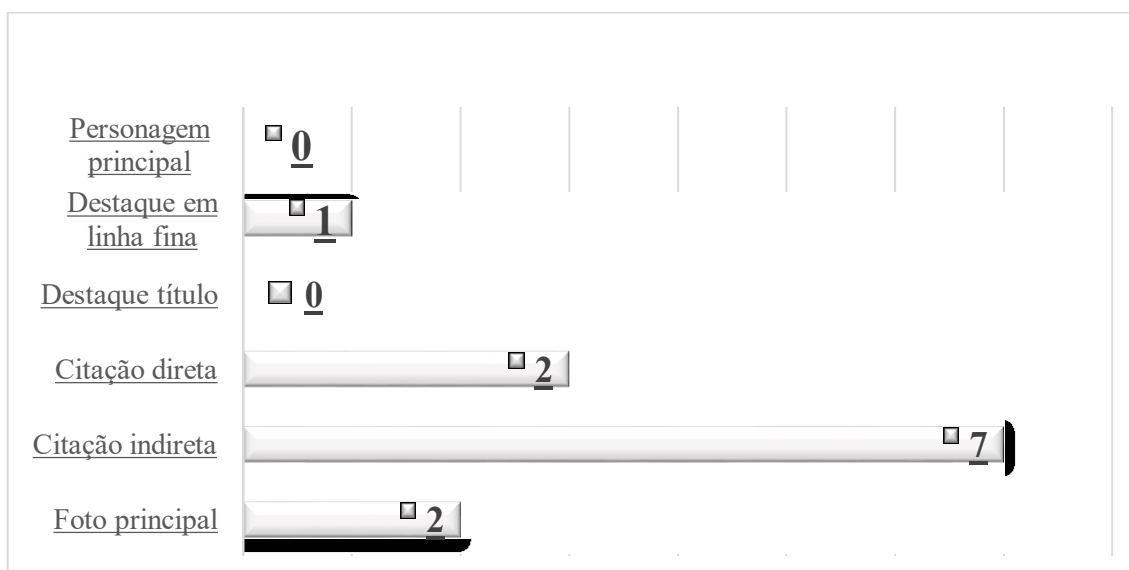


Reprodução: Jornal *Folha de S.Paulo* 18 de agosto de 2018.
Ronaldo Silva 18.ag.18 / Futura Press / Folhapress

¹¹³ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/morte-de-lider-indigena-foi-por-afogamento-diz-pericia-caso-e-lebrado-em-premio-no-rio.shtml>> Acesso em maio 2020.

Em relação ao uso de declarações ou citações diretas de Sonia identificamos esse recurso em apenas duas unidades de texto. Uma delas é a que aborda a morte de um indígena da tribo Guajajara, já mencionada anteriormente, e outro texto que trata sobre as candidaturas indígenas no país, também já referenciado. Nos demais sete textos, Sonia é identificada somente como a “vice de Boulos”.

Gráfico 7: Destaque à candidata Sonia Guajajara



Fonte: a autora

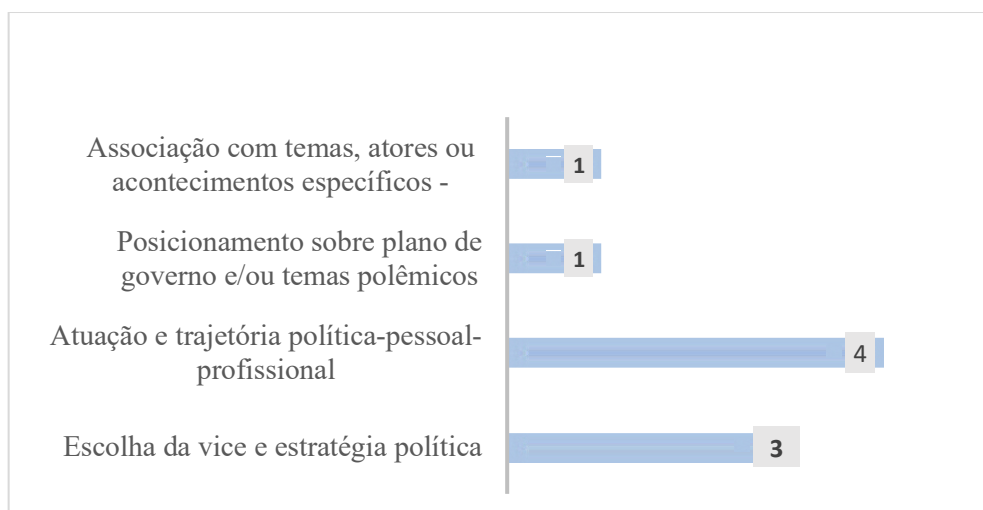
Como ilustra o quadro acima e o que descrevemos anteriormente, Sonia Guajajara praticamente não ganhou visibilidade na cobertura jornalística da campanha eleitoral na *Folha de S. Paulo*. Em termos quantitativos, ela é mencionada apenas em nove textos. O quadro mostra que o nome de Sonia Guajajara não aparece em nenhuma manchete, exceto em uma linha fina de uma matéria. Além de ser citada em uma pequena quantidade de matérias, em geral obteve espaço muito limitado no corpo dos textos, onde normalmente foi só rapidamente mencionada.

Em relação às temáticas dos nove (09) textos mencionando Sonia, encontramos que três (03) deles se enquadram no eixo *Escolha de vice e Estratégia Política*. Nestas três matérias ela é citada apenas pelo contexto de definição de seu nome para a composição da chapa do PSOL, como vice de Guilherme Boulos, do mesmo partido. Não ganha destaque algum, é só rapidamente mencionada como vice. Quatro (04) unidades referenciando Sonia se encaixam na categoria temática *Atuação, trajetória pessoal-profissional-política*. Esses textos fazem

referência à descendência e liderança indígena de Guajajara. No eixo temático *Posicionamento sobre plano de governo e/ou temas polêmicos* encontramos um (01) único texto que fala sobre aspectos do programa de governo voltado à questão indígena, um assunto tão caro e de conhecimento profundo de Sonia, ligado também à sua trajetória pessoal e atuação política-profissional. Já no eixo “*associação com temas, atores ou acontecimentos específicos*” incluímos um texto, no qual o candidato da chapa, Guilherme Boulos, em uma entrevista,¹¹⁵ cita Sonia como um contrapeso forte entre as demais vices candidatas, por ser indígena. No entanto, de modo geral, o assunto passou à margem da cobertura, como detalharemos mais adiante na análise interpretativa. Foi apenas mencionado, sem aprofundamento ou falas da candidata.

No caso de Sonia Guajajara, portanto, a questão indígena aparece como temática central na construção de representações sobre ela: é um tema que está incluído tanto no eixo de *Atuação/trajetória*, quanto no de *Posicionamento sobre plano de governo* e no de *Associação com temas específicos*. Ressalta-se também que no caso de Sonia não encontramos nenhum texto que tratasse explicitamente de dificuldades relacionadas a questões de gênero e sexismo que ela enfrentaria no desempenho de suas atividades políticas, como encontramos de forma bem nítida na análise de Kátia Abreu.

Gráfico 8: Eixos temáticos das representações da candidata Sonia Guajajara



Fonte: a autora

¹¹⁵ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/falta-a-setores-da-esquerda-a-humildade-de-pisar-no-barro-fica-a-dica-diz-boulos.shtml>> Acesso em maio 2020.

4.4.3 As representações de Sonia Guajajara

Como mostrado antes, Sonia Guajajara praticamente não ganhou *destaque* na cobertura da campanha eleitoral feita pela *Folha de S. Paulo*. Poucas matérias a mencionaram e, quando o fizeram, muito pouco falou dela, de sua atuação e posicionamentos. Essa falta de destaque e visibilidade já projetada, no nosso entendimento, uma representação ou imagem de uma figura pública pouco relevante e expressiva, sem capital político. Tal imagem se confirma ao analisarmos qualitativamente as matérias a partir dos eixos temáticos nos quais incluímos os textos sobre Sonia.

No eixo temático *Escolha de vice e estratégia política*, identificamos a vinculação de Sonia em três (03) matérias publicadas no período de definição das candidaturas a vice, conforme dito antes. Nelas, o nome da candidata é apenas mencionado como sendo a vice de Guilherme Boulos, do PSOL. Essa falta de destaque ou de um pouco mais de informações sobre ela já mostra esse apagamento de Sonia Guajajara, sugerindo uma figura sem muita importância política e social.

Como exemplo, citamos a reportagem intitulada *Paulo Rabello desiste e será vice na chapa de Álvaro Dias ao Planalto*, publicado no dia 1º de agosto de 2018¹¹⁶. Nesse texto, apenas os homens candidatos à vice são associados ao cargo ou posição que ocupam. Paulo Rabello é citado como ex-presidente do BNDS (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), João Amoêdo como banqueiro e Augusto Heleno como general. Sonia, entretanto, é citada apenas pelo nome, sem nenhuma referência à sua profissão ou ativismo na causa indígena. Em outras duas reportagens - *Ciro escolhe Kátia Abreu como candidata a vice*¹¹⁷ e *PT oficializa Haddad como vice de Lula, e PCdoB desiste de Manuela*¹¹⁸ -, o nome de Sonia é citado somente no corpo dos intertítulos denominado *Outros*.

A citação do nome de Sonia em associação com sua *Atuação e Trajetória profissional-política* apareceu em quatro (04) textos, que trazem à tona a descendência e liderança indígena da candidata. É interessante observar, entretanto, que ela é citada como “líder indígena” em matérias que tem como foco a temática indígena nas eleições em primeiro plano. Ou seja, ela é

¹¹⁶ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/paulo-rabello-desiste-e-sera-vice-na-chapa-de-alvaro-dias-ao-planalto.shtml>> Acesso em maio 2020.

¹¹⁷ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/ciro-escolhe-katia-abreu-como-candidata-a-vice.shtml>> Acesso em maio de 2020.

¹¹⁸ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/em-carta-ao-pt-lula-diz-que-haddad-e-o-melhor-para-enfrentar-o-debate-eleitoral.shtml>> Acesso em maio 2020.

citada como candidata à vice-presidente por ser uma candidata indígena. Na reportagem¹¹⁹ *Índigenas se organizam e lançam 130 candidaturas em 24 estados*, Sonia é citada como “o principal nome lançado pelo grupo [indígena]”. A matéria cita que a candidatura dela é vista com uma “vitrine para dar maior protagonismo ao debate das questões indígenas nas eleições deste ano e que ajuda a catapultar os demais candidatos que disputam cargos”. O texto segue com uma declaração de Sonia: “Precisamos de representantes que sejam uma voz legítima dos nossos povos. É claro que existem outros parlamentares que defendem nossas causas, mas não adianta. A gente sabe que nunca vai ser a prioridade”. Vê-se aqui Sonia reforçando uma representação de si como “uma voz legítima” dos povos indígenas.

Sonia também é referenciada como liderança indígena e candidata a vice-presidente na reportagem¹²⁰ intitulada *Morte de líder indígena foi por afogamento, diz perícia; caso é lembrado em prêmio no Rio*, publicada no dia 16 de agosto. O texto diz que Sonia cobrou, nas redes sociais, celeridade nas investigações sobre a morte do índio, e mais respeito pelos povos indígenas. Aqui vê-se, novamente, como Sonia reafirma permanentemente, em seus posicionamentos públicos, a representação de uma líder com atuação voltada para a defesa e respeito aos indígenas.

A questão indígena também está presente em uma (01) unidade de texto que associamos ao eixo temático *Posicionamento sobre plano de governo e/ou Temas polêmicos*. É neste tipo de matéria que a representação indígena da candidata Sonia Guajajara é mais explicitamente relacionada à sua própria trajetória pessoal-política: ela é representada como uma importante liderança indígena no contexto da campanha presidencial. Entretanto, não há voz dela no texto para falar sobre o tema e sobre o programa de governo. Ou seja, sua presença na disputa eleitoral faz lembrar a importância da temática dos povos indígenas em um programa de governo, mas a temática mesmo não é tratada, aprofundada, muito menos através da voz e perspectiva dela.

É o caso da reportagem intitulada *Presidenciáveis vão da omissão a propostas genéricas sobre indígenas*,¹²¹ na qual observamos como acontece o processo de invisibilidade, de forma geral, dos políticos que ocupam o papel de vice na chapa, invisibilidade aqui ampliada

¹¹⁹ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/indigenas-se-organizam-e-lancam-130-candidaturas-em-24-estados.shtml>> Acesso em maio 2020.

¹²⁰ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/morte-de-lider-indigena-foi-por-afogamento-diz-pericia-caso-e-lembrado-em-premio-no-rio.shtml>> Acesso em maio 2020.

¹²¹ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/presidenciaveis-vaio-da-omissao-a-propostas-genericas-sobre-indigenas.shtml>> Acesso em maio 2020.

pelo fato de ser uma vice mulher. Soma-se a isso a condição de comporem (a vice e o titular) uma chapa considerada no meio político e midiático sem potencial efetivo de chegar ao segundo turno das eleições, a partir de avaliações provenientes das pesquisas pré-eleitorais. A matéria inicia informando que entre os programas dos 13 candidatos à Presidência a respeito dos índios, apenas Marina Silva e Guilherme Boulos trouxeram propostas detalhadas. O texto destaca que Marina Silva foi a “autora do único plano de governo que apontou uma nova fonte de recursos com o propósito de fazer demarcações”, evidenciando o interesse do jornal com a questão econômica em relação à questão indígena. Um dos parágrafos traz uma explicação, com uma citação direta de Marina sobre a criação do fundo e a forma como a questão será tratada, caso seja eleita.

Já em relação às propostas do candidato Boulos, ainda que o texto aponte que ele tem como vice “uma das principais lideranças indígenas”, e que o programa de governo “trata do índio em diversos trechos”, a reportagem se limita a resumir todas as propostas em um único parágrafo: “promete reforçar o orçamento da FUNAI, pedir perdão aos indígenas pelo etnocídio, construir a primeira universidade indígena e homologar terras já identificadas com indenizações cabíveis, o que beneficiaria 126 indígenas”. Nenhuma das propostas foi detalhada ou explicada diretamente por Boulos, ou por Sonia, que teria propriedade para tratar e aprofundar as propostas sobre o tema.

Já em uma outra unidade de texto analisada que associamos ao eixo temático *Associação com temas, atores ou Acontecimentos Específicos* observamos a representação indígena de Guajajara associada à causa ambiental. Na reportagem *Falta a setores de esquerda a humildade de pisar no barro, fica a dica*, diz Boulos¹²², Sonia é citada por Boulos como um contrapeso forte entre as demais vices candidatas, por ser indígena, conforme já comentamos antes: “O Ciro tem Kátia Abreu, do agronegócio de vice. Já eu, a [indígena] Sonia Guajajara”. Para o parceiro da chapa do PSOL, Sônia é a explicitação de seu vínculo com movimentos sociais e seu compromisso com uma agenda política desses segmentos (questões indígenas, distribuição de renda, sustentabilidade).

Isso posto, pode-se denotar as principais representações sobre a candidata Sonia Guajajara (PSOL) construídas em torno dos quatro eixos temáticos a ela associados. No que se refere às matérias relativas à *escolha de vice e estratégia política*, o nome da candidata é apenas mencionado como sendo a vice de Guilherme Boulos, do PSOL, sinalizando uma representação

¹²² Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/falta-a-setores-da-esquerda-a-humildade-de-pisar-no-barro-fica-a-dica-diz-boulos.shtml>> Acesso em maio 2020.

ou imagem de uma figura pública pouco relevante e expressiva, sem capital político. Tal imagem de pouca relevância já era projetada, como mencionamos, na falta de destaque (quantitativo e qualitativo) que o jornal dedicou à candidata na cobertura realizada: poucos textos falando sobre ela, pouca presença em títulos e fotos etc.

Já os textos referentes à *atuação e trajetória pessoal, profissional e política* reforçam a representação de Sonia Guajajara como líder indígena, principal representante e voz dos povos indígenas na campanha presidencial. Entretanto, observamos que esse destaque ao nome de Sonia como candidata à vice-presidência e liderança indígena aparece nos textos que abordam a temática indígena (a exemplo da morte de um indígena da tribo Guajajara e das candidaturas indígenas no país), e não nas matérias focadas na campanha presidencial. Quando se trata de texto do eixo *Associação com temas, atores ou acontecimentos específicos*, novamente reafirma-se a representação da candidata como liderança comprometida com a agenda de temas ligados aos movimentos sociais, questões indígenas e ambientais - um contrapeso a outras candidaturas, a exemplo de Kátia Abreu defensora do agronegócio.

Ao ser mencionada em texto referente ao eixo *posicionamento sobre plano de governo e/ou temas de interesse coletivo*, observa-se novamente a pouca importância e a invisibilidade atribuídas pela cobertura da *Folha* à candidata. Isto porque, por um lado, a presença de Sonia, importante liderança indígena, em uma chapa eleitoral à Presidência suscita a lembrança sobre a relevância que deveriam ter as questões indígenas no debate público no Brasil. Por outro lado, no entanto, a temática indígena e o programa de governo a esse respeito não são minimamente aprofundados. O texto sequer entrevista a candidata a vice para falar sobre o tema e sobre o programa de governo.

Por fim, é importante ressaltar que a ausência de textos na cobertura da *Folha* tratando explicitamente de questões de gênero – como apareceu no caso de Kátia Abreu - não significa, de modo algum, que a problemática de gênero não atravessasse o tratamento dado à Sonia Guajajara. Embora não tenha sido explicitada, ela esteve presente no material empírico analisado, na medida em que tomamos o gênero como categoria de análise (SCOTT, 1995). Essa perspectiva significa analisar também, entre outros aspectos, como as diferenças nas relações entre homens e mulheres se revelam ora de forma explícita ou implícita nas relações de poder. Conforme também explicitamos anteriormente, nossa perspectiva compreende que no jornalismo, assim como em toda a sociedade ocidental, prevalece a existência de um padrão heteronormativo, como demonstrado no estudo sobre o gênero no jornalismo produzido pela jornalista e pesquisadora Márcia Veiga da Silva (2010). No caso específico da candidata Sonia

Guajajara essa perspectiva de gênero evidencia o apagamento da mulher candidata que é uma das maiores lideranças indígenas na atualidade. Ela possui um importante capital social, construído a partir da atuação como professora em comunidades indígenas, bem como também na coordenação de organizações indígenas. Essas experiências não foram consideradas pela *Folha* como atividades desempenhadas profissionalmente pela candidata, ao contrário das atividades profissionais associadas aos homens candidatos, João Amoêdo (o banqueiro), Paulo Rabello de Castro (o economista), Augusto Heleno (o militar) etc. Com isso, observamos como as diferenciações entre gênero, ainda que implícitas, constituem as relações de poder.

4.5.1 A candidata Suelene Balduino (PATRI)

Diferentemente das outras candidatas analisadas, são poucas as informações públicas na internet sobre a candidata Suelene Balduino Nascimento, a vice de Benevenuto Daciolo Fonseca dos Santos – o Cabo Daciolo (PATRI). Na busca feita na internet, não encontramos nenhum site pessoal, perfis em redes sociais ou mesmo matérias jornalísticas em outras mídias com notícias sobre a candidata. As informações aqui descritas foram obtidas na ficha de candidatura registrada no TSE, e em dois vídeos publicados no canal do Cabo Daciolo no *YouTube*¹²³. Identificamos que a candidata Suelene nasceu no dia 04 de junho de 1962, em Anápolis (GO). É formada em Pedagogia, Teologia e bacharel em Direito¹²⁴. À época das eleições, em 2018, ela informou ser solteira, e atuar como professora de Ensino Fundamental.

Em um dos vídeos¹²⁵ encontrados, Suelene conta que após atuar durante 23 anos como professora no Ensino Fundamental e dedicar-se ao ministério evangélico, teria sido chamada por Deus à vida política em 2018. Nesse mesmo vídeo relata também que se filiou ao Patriota (PATRI) no mês de julho de 2018, e que, dias antes de ser convidada para ser vice de Daciolo, seu nome havia sido aprovado em convenção como pré-candidata à deputada federal no Distrito Federal (DF) pelo Partido. Além disso, Suelene cita diversas passagens bíblicas e diz que ela e Daciolo seriam a resposta de Deus às orações dos membros da igreja, pois os dois foram unidos de “maneira sobrenatural”, segundo ela. “Eu me apresentei a ele [Daciolo] no dia 20 de junho.

¹²³ Pesquisa realizada no canal do candidato Cabo Daciolo na plataforma de vídeos Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zFuYfyvbFUI>> Acesso out. 2020.

¹²⁴ Disponível em: <<https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/candidatos/vice-presidente/professora-suelene-balduino/>> Acesso em 10 out. 2020.

¹²⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=tbhs0OtsIMU>> Acesso out. 2020.

Entreguei um cartãozinho com meu nome, telefone e meu site¹²⁶, e deus fez uma reviravolta sobrenatural nos unindo”.

Também em vídeo, a candidata diz que aos que questionam o fato de serem cristãos, “é justamente isso que irá beneficiar toda a nação”. Isso porque, conforme ela, os dois governarão “com princípios de amor ao próximo, de respeito, de justiça, e verdadeiramente o fim da corrupção”. Em nenhum dos dois vídeos a candidata apresenta propostas de governo da chapa.

4.5.2 Destaque dado e temas associados à Suelene Balduino

A inexistência de informações, seja da trajetória pessoal ou política, de uma mulher candidata à vice-presidente postulante de uma das cadeiras mais importantes do poder Executivo no Brasil, também marca a cobertura da imprensa. No caso de Suelene, pesquisamos também em outras mídias, como no jornal *O Globo*, *Estadão* e revistas on-line, mas não encontramos matérias sobre a candidata no período de campanha. Na pesquisa em que mapeamos as matérias produzidas pela *Folha* sobre cada uma das candidatas, e que compõem o *corpus* da análise, encontramos uma (01) única matéria¹²⁷, que cita de forma indireta, a candidata Suelene Balduino. Ela não obteve, portanto, qualquer destaque seja em título de uma matéria da *Folha*, no corpo do texto ou em imagens.

4.5.3 As representações de Suelene Balduino

O único texto que integra o *corpus* sobre a candidata Suelene é uma reportagem que trata das mudanças no sistema de registro de candidaturas no TSE (Tribunal Superior Eleitoral). A matéria relata que uma das alterações restringiu a transparência em relação ao patrimônio dos candidatos, pois nas eleições anteriores os políticos precisavam listar os bens de forma detalhada, com tipo, descrição e valor. A reportagem cita que alguns dos candidatos a Presidente já haviam declarado seus bens, e que os candidatos a vice, entre eles Suelene Balduino, também já haviam apresentado suas declarações. A única menção do jornal a esta candidata à vice-presidência se restringe ao seguinte: “a Professora Suelene Balduino (Patriota),

¹²⁶ Realizamos uma pesquisa na internet, mas não encontramos o site pessoal citado pela candidata.

¹²⁷ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/tse-reduz-transparencia-sobre-bens-de-candidatos.shtml>> Acesso em 10 out. 2020.

vice de Daciolo, declarou um total de bens de R\$ 202 mil”. Se o eleitor não conhecia quem era Suelene Balduino antes da campanha eleitoral de 2018, na cobertura da *Folha de S. Paulo* o eleitor continua sem ter informações mínimas sobre uma das candidatas à vice-presidência da República e sobre o que ela pensa e propõe para as questões coletivas que dizem respeito aos cidadãos.

Com base nesse único texto, não é possível apontar a construção de nenhuma representação da *Folha* acerca de Suelene. Entretanto, esse caso nos permite refletir sobre como a visibilidade midiática sobre a ação política e sobre as diferentes possibilidades de expressão dos atores na vida pública, especialmente para as mulheres. Aquelas que não dispõem de capital político prévio, seja na política parlamentar ou partidária, são ainda mais invisibilizadas durante a cobertura eleitoral.

Como já discutimos antes, a partir das reflexões da pesquisadora Márcia Veiga (2010), o jornalismo produz notícias e participa da construção de realidades, e por essa razão possui um papel fundamental para compreensão dos valores circulantes na sociedade. Desse modo, o que se poderia esperar do jornalismo, sobretudo durante uma cobertura eleitoral, seria produzir notícias que auxiliassem os eleitores a de fato conhecerem os candidatos e as candidatas, seja por sua trajetória pessoal, profissional ou propostas. Isso porque nem todos os candidatos e candidatas integram grandes partidos ou possuem uma trajetória política que possa ser resgatada ou explorada no período eleitoral.

Essas práticas, se incorporadas no dia a dia das redações, podem intervir socialmente, de maneira educativa e didática na construção de saberes do cidadão, sobretudo quando falamos de uma campanha presidencial. No caso de Suelene, vários veículos destacaram e ressaltaram o fervor religioso do cabeça de chapa, Cabo Daciolo. Ele já possuía um mandato legislativo de deputado federal e foi chamado até mesmo de pastor presidenciável¹²⁸ em uma publicação que enfatizou diversas particularidades de sua trajetória. Por outro lado, nada foi falado sobre a vice.

Sabe-se, conforme exposto no tópico de contextualização histórica sobre o papel de vice-presidente no Brasil, que esse cargo, historicamente, já não recebe a devida importância no país – nem por parte dos próprios políticos, partidos, eleitores e mesmo da imprensa. Normalmente, é relegado a segundo plano, em que pese o fato de a história brasileira e a cultura

¹²⁸ Disponível em: <https://epoca.globo.com/politica/noticia/2018/06/cabo-daciolo-o-pastor-presidenciavel-que-e-fenomeno-na-internet-e-promete-expulsar-o-demonio-do-planalto.html>. Acesso em out. 2020.

política do país já terem registrado oito¹²⁹ vices a assumir, por motivos diversos, o posto de presidente da República até a presente data. Se a irrelevância dedicada a vices durante a escolha das candidaturas e a campanha eleitoral já é considerável em se tratando de homens, é mais significativa ainda para mulheres, tendo em vista que elas precisam enfrentar ainda uma série de outras barreiras, como preconceitos e estereótipos, para participar e ocupar esses espaços de decisão e de poder.

O caso de Suelene – e de outras candidatas - reforça a ideia de que candidaturas a vice são negligenciadas e invisibilizadas, principalmente se os titulares das chapas não aparecem entre os primeiros colocados nas pesquisas de intenção de voto. O fato de que a maioria das candidatas aparece em um número considerável de textos do eixo temático *Escolha da vice e estratégia eleitoral* reafirma a ideia de que a escolha de vices normalmente está ligada apenas à mera estratégia para ajudar, de alguma forma, a impulsionar a candidatura do titular da chapa. Não podemos afirmar que se o vice de Daciolo tivesse sido um homem, poderia ter tido mais destaque e visibilidade na cobertura jornalística da campanha eleitoral. Possivelmente não. O mesmo em relação à chapa Guilherme Boulos/Sonia Guajajara (PSOL). No entanto, no caso das candidatas, poderia-se indagar, a partir de um viés de gênero, se suas presenças como vices estaria ligada não só à estratégia de conquistar o voto feminino num país em que a maioria do eleitorado é composto por mulheres, como também relacionada a estratégias dos partidos de cumprir o requisito legal que os obriga a destinar uma cota de vagas para mulheres. A obrigatoriedade é cumprida formalmente, mas não significa necessariamente que, na prática, elas tenham tido condições de participar efetivamente da campanha e de ganhar algum destaque e visibilidade na cobertura jornalística. Esse debate, porém, que interessa para discutir e estimular a participação de mulheres na política e em espaços de poder, esteve ausente das matérias da *Folha de S. Paulo* analisadas nesta dissertação. E nos parece um debate que teria o potencial para gerar novas representações sobre as mulheres e sua atuação na vida política.

¹²⁹ Foram eles: Floriano Peixoto (23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894), Nilo Peçanha (14 de junho de 1909 a 15 de novembro de 1910), Delfim Moreira (15 de novembro de 1918 a 28 de julho de 1919), Café Filho (24 de agosto de 1954 a 8 de novembro de 1955), João Goulart (7 de setembro de 1961 a 1 de abril de 1964), José Sarney (15 de março de 1985 a 15 de março de 1990), Itamar Franco (29 de dezembro de 1992 a 1 de janeiro de 1995), Michel Temer (31 de agosto de 2016 até o final de 2018). Fonte: Acervo Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,vices-que-assumiram-a-presidencia,12321,0.htm>. Acesso em 09 nov.2020.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças mais profundas na sociedade não acontecem de uma hora para outra. Ainda que guerras, revoluções ou pandemias acelerem alguns processos, outras dimensões da vida social coletiva podem levar anos, e até mesmo séculos para mudar. É por isso que algumas lutas não acontecem apenas nos grandes campos de batalha, mas também no dia a dia, através das disputas pelas produções simbólicas estabelecidas nas diversas práticas e relações sociais, entre as quais, as de gênero e de poder. Ser mulher é viver uma dessas lutas. Seja individualmente, na construção da própria identidade, ou coletivamente, através das relações sociais que nos impõem outros diferentes desafios. Viver em sociedade, em qualquer tempo, implica, portanto, compreender o contexto, investigar problemas que afetam coletividades e buscar colaborar, enquanto pesquisadoras(es) e cidadãs(aos), para modificar aquilo que já não faz mais sentido a amplos segmentos sociais.

Nessa busca pela compreensão dos processos sociais e suas implicações sobre os indivíduos, desenvolvemos nossa pesquisa no campo da Comunicação e, mais especificamente do Jornalismo, escolhendo como objeto de estudo a construção das representações construídas pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre as mulheres candidatas a vice-presidente da República nas eleições de 2018. Buscamos verificar se o fato de ter mais mulheres presentes na chapa de presidente/vice-presidente, no pleito eleitoral de 2018, poderia ter resultado em um tratamento jornalístico que refletisse em novas representações sobre o papel da mulher na sociedade e sobre sua atuação na política.

A decisão de pesquisar as representações construídas pela cobertura jornalística sobre as mulheres candidatas à vice-presidência em 2018 nos levou a escolher o conceito de representação como fundamental para a pesquisa. No nosso caso, para atingir o propósito de investigar as representações construídas sobre as candidatas a vice-presidente, nos detivemos na teoria de representação social desenvolvida por Serge Moscovici (2009), no âmbito da Psicossociologia. Optamos por esse conceito pelo conjunto de possibilidades teórica-metodológicas que nos permitiu explorar as relações das práticas de comunicação realizadas pelo Jornalismo com o fenômeno das representações sociais. Para isso, adotamos o conceito de representação social a partir da abordagem de Serge Moscovici (2009, p.35), que entende representações como um modo específico de compreensão da realidade que tem o propósito de tornar familiar o não-familiar: “Um sistema de valores, ideias e práticas”, que tem a “dupla

função” de possibilitar às pessoas orientar-se no mundo e tornar a comunicação possível entre os membros de uma comunidade.

Como não é tão simples transformar palavras, ideias ou seres não-familiares em algo familiar, Moscovici observou que são necessários dois mecanismos entrar em funcionamento para a construção de representações: a ancoragem, que significa reduzir ideias estranhas a categorias e a imagens comuns para colocá-las em um contexto familiar; e a objetivação, que é transformar algo abstrato em algo quase concreto, ou seja, transferir o que está na mente em algo que existe no mundo físico (MOSCOVICI, 2009, p. 61).

Nesta perspectiva, as representações são, portanto, um fenômeno social resultante das interações entre os indivíduos, mediado pela comunicação e linguagem, que as fazem circular através de diferentes formas - inclusive, como vimos aqui na presente pesquisa, através das mídias e das produções jornalísticas. Podem ser observadas na circulação de discursos, textos, mensagens e imagens midiáticas, ou ainda cristalizadas nas condutas, ou em um conjunto de relações materiais (JODELET, 2001). Disso decorre uma relação de interdependência das representações com a comunicação (FRANÇA, 2004).

Ainda que nossa escolha principal tenha sido o conceito de representações em Moscovici, consideramos também importante a reflexão feita por Stuart Hall sobre representação. Para Hall (2016) as representações se relacionam com o exercício do poder, em termos simbólicos, na medida que são consideradas uma prática central na produção de significados compartilhados, aquilo que entendemos como cultura (HALL, 2016). O autor define e discute o conceito de estereotipagem, um tipo de poder hegemônico e discursivo que opera de diversas formas, seja através da cultura, das imagens, da representação, entre outros. Compreender esse conceito nos ajudou a observar como esse mecanismo opera no jornalismo, através das práticas discursivas ao se apossar de algumas características de uma pessoa, reduzindo-a a esses traços, que podem ser exagerados, simplificados e naturalizados, fixando assim a diferença.

Essas reflexões nos ajudaram a pensar a relação do jornalismo com as representações. E, a partir disso, relacionar os textos jornalísticos com a noções da mulher na sociedade contemporânea e à participação da mulher na atividade política, percebendo as representações utilizadas para dar sentido à atuação de candidatas no contexto da eleição presidencial de 2018. O conceito e o fenômeno de construção de representações, portanto, nos remete ao importante papel das práticas de comunicação e do jornalismo no processo de construção e permanente possibilidade de reelaboração das representações construídas sobre diferentes sujeitos e grupos

sociais. Entendemos que o jornalismo é uma prática de comunicação (SILVA; FRANÇA, 2018), portanto uma prática social inserida em determinado contexto cultural. Assim, ele também é um espaço de (re)produção e circulação de representações acerca de diferentes atores e segmentos sociais – representações as quais estão atravessadas por valores sociais vigentes em uma dada cultura e época.

Além dessa compreensão do jornalismo e da sua relação como o fenômeno das representações, nossa pesquisa exigiu uma busca por compreender melhor as lutas realizadas historicamente pelas mulheres e pelos movimentos feministas. Observa-se avanços neste período de reivindicações e embates – como é o caso da conquista do direito ao voto, a adoção da política de cotas e do fundo eleitoral, para citar alguns exemplos da política institucional. No entanto, percebe-se ainda o desafio atual e cotidiano das mulheres na luta por igualdade e por representatividade, como é o caso da sua presença e atuação na política institucional, da luta permanente por espaço, igualdade e visibilidade de suas ações e posicionamentos.

A importância de uma discussão de gênero para melhor compreender e problematizar o nosso objeto de estudo nos levou aos estudos de gênero nas teorias sociais, e dos Estudos Feministas pós-estruturalistas (BUTLER, 2003; CRESCÊNCIO, SILVA, BRISTOT, 2017; SCOTT, 1995). Entender a operacionalização do gênero na construção de representações sociais no jornalismo nos possibilitou analisar o modo como o jornalismo constrói, simbolicamente, discursivamente, as mulheres nos textos que produz e difunde. Permitiu observar e questionar como determinados papéis e comportamentos atribuídos ao feminino, continuam sendo reproduzidos pelo Jornalismo.

Essas perspectivas teóricas fundamentaram nossas análises, assim como outras referências que nos ajudaram a ler o objeto empírico. Para delimitar nosso objeto formulamos uma questão-problema para saber em que medida o aumento no número de candidatas mulheres na eleição presidencial repercutiu na cobertura jornalística da campanha eleitoral de 2018. Teria resultado em um tratamento jornalístico potencializando novas representações sobre o papel das mulheres na sociedade e sobre a atuação delas na política? Para investigar essa questão, identificamos e analisamos as representações construídas pela *Folha de S. Paulo* sobre as cinco mulheres candidatas à vice-presidente da República na eleição presidencial de 2018: Ana Amélia Lemos (PP); Manuela D'Ávila (PCdoB); Kátia Abreu (PDT); Sônia Guajajara (PSOL) e Suelene Balduino (Patriota).

Nos 80 textos jornalísticos incluídos no *corpus*, analisamos duas dimensões: *Destaque e temas* relacionados a cada uma das cinco candidatas e a *representações* sobre elas. Essas

dimensões de análise nos ajudaram a identificar o que foi relatado sobre as mulheres candidatas e sua atuação, a visibilidade ou destaque que obtiveram e o modo como elas foram representadas na cobertura feita pela *Folha de S. Paulo*.

Na categoria *Destaque e temas* identificamos que a *Folha*, de modo geral, deu pouco espaço às mulheres candidatas, tanto na própria cobertura jornalística (textos e fotos, espaço que ocupa na página, etc.) quanto na importância do papel que elas ocuparam na disputa eleitoral. Concluímos isso a partir de uma perspectiva geral, pois na análise individual das candidatas, observamos uma desproporção na produção de matérias. Entre as cinco candidatas, a senadora Ana Amélia recebeu um destaque maior do jornal em relação às demais candidatas. Foram produzidas 28 unidades de textos, totalizando seis (06) a mais do que as produzidas sobre Kátia Abreu (26 no total) e oito (08) a mais em relação à Manuela D'Ávila (20 no total). Atribuímos essa diferenciação ao fato de a candidata ocupar o cargo de senadora, ser filiada ao PP (Partido Progressista), um dos maiores partidos políticos do Brasil, e, também, ser vice do candidato Geraldo Alckmin (PSDB), ex-governador do Estado de São Paulo. Nesse sentido, concluímos que apesar da experiência e trajetórias políticas de Kátia Abreu e Manuela D'Ávila, evidenciadas através de alguns textos da cobertura, a *Folha* demonstrou certo alinhamento editorial interessado em não produzir sentidos contraditórios em relação à candidata Ana Amélia, além de dar mais visibilidade a ela, em detrimento das outras duas, em especial.

A definição de um conjunto de cinco eixos temáticos principais, aos quais as candidatas eram associadas nas matérias jornalísticas que as mencionavam, nos permitiram observar temas fundamentais que consideramos serem produtores de representações sobre elas. Foram eles: 1) *Escolha como vice e estratégia política*; 2) *Atuação e trajetória pessoal, profissional e política*; 3) *Associação com temas, atores ou acontecimentos específicos*; 4) *Posicionamento sobre plano de governo e/ou temas polêmicos*; e 5) *Questões de Gênero* explicitamente tratadas nas matérias em que as candidatas eram mencionadas.

No conjunto das matérias analisadas de todas as candidatas, o eixo temático que prevaleceu em termos quantitativos foi *Escolha da Vice e Estratégia Política* presente nos primeiros textos do período recortado, e que coincide com a definição das chapas para a disputa eleitoral. A escolha de Kátia Abreu para vice de Ciro Gomes foi destaque em 12 dos 22 textos analisados. Nelas, a representação que emerge da candidata é que a escolha foi um recurso para aumentar as chances do candidato cabeça de chapa à Presidência da República, na medida em que Abreu - por ser mulher - poderia potencializar o apoio do público feminino, ser uma porta-voz junto ao segmento do agronegócio e com a população da região centro-oeste. No caso de

Ana Amélia (PP), vice de Geraldo Alckmin (PSDB) esse eixo prevaleceu em 15 das 28 unidades de textos nos quais a candidata foi mencionada. A representação de Ana Amélia como uma vice dos sonhos é objetivada no fato dela se posicionar politicamente como de direita, antipetista e ligada ao agronegócio.

Se Ana Amélia foi representada pela *Folha* como a vice dos sonhos de Alckmin, o mesmo não aconteceu com a candidata Manuela D'Ávila (PC do B), vice de Fernando Haddad (PT). Ao ser mencionada nas matérias (09) do eixo *Escolha da vice e estratégia política*, o jornal relaciona a escolha de seu nome a uma estratégia política em favor de interesses políticos principalmente do ex-presidente Lula. Por isso o jornal se refere à candidata, em alguns momentos, como uma “reserva” ou um “plano B” dos petistas. No caso de Sonia Guajajara identificamos a vinculação nesse eixo em três (03) matérias publicadas. Nelas, o nome da candidata é apenas mencionado como a vice de Guilherme Boulos, do PSOL. Essa falta de destaque ou de um pouco mais de informações sobre ela já mostra esse apagamento de Sonia Guajajara, sugerindo uma figura sem muita importância política e social. Foi o mesmo que aconteceu com a candidata Suelene Balduino, esquecida pela *Folha* durante a cobertura eleitoral.

Ao observar esta síntese das representações do conjunto das cinco candidatas dentro do eixo *Escolha da vice e estratégia política*, refletimos que para a *Folha* a escolha de candidatas mulheres para as disputas das eleições presidenciais em 2018 foi uma estratégia dos partidos para atrair o eleitorado feminino. Isso foi evidenciado nas matérias principalmente no período de definição das composições da chapa, porém, sem que o jornal tematizasse a questão de gênero. Desse modo, elas não foram colocadas como protagonistas - como são os candidatos cabeças de chapa -, mas apontadas algumas vezes como o “plano B”, ou porta voz de algum setor importante para a economia. Assim, quando elas ganham alguma visibilidade midiática por terem sido escolhidas como vice, é porque são um instrumento para atrair votos de outras mulheres, e não porque também têm condições e capacidade para ocuparem esse cargo e espaço de poder. Em nossa interpretação, isso não contribui para favorecer politicamente as mulheres.

O segundo eixo temático que identificamos como potencialmente construtor de representação foi *Atuação e trajetória político-pessoal-profissional*. No caso de Ana Amélia, elencamos 14 dos 28 textos em que foi citada. Neste eixo, emerge a representação de uma vice ideal, ou “a vice dos sonhos”- uma fala do candidato Alckmin, que é reproduzida em diversas matérias feitas pelo jornal. Essa representação é relacionada a outras, ancoradas em seu passado profissional de jornalista, no fato de ser senadora em exercício, na ideia de que ela abriu mão

de concorrer à reeleição para ser candidata à vice-Presidente, além de qualificativos que projetam uma imagem dela como aguerrida e competente. Além disso, constantemente reafirmam sua identidade gaúcha. Na análise de Kátia Abreu foram elencadas cinco (05) dos 22 textos, que reafirmam a trajetória e atuação da candidata junto ao agronegócio e aos ruralistas. Reafirmam ainda a sua passagem pelo governo de Dilma Rousseff – figura pública com a qual Kátia Abreu passa a ser permanentemente associada, gerando representações tanto negativas (traidora do agronegócio/ruralistas e dos apoiadores do impeachment) quanto positivas (política leal, firme, honrada). Sobre a candidata Manuela D'Ávila, os três (03) textos relativos à sua trajetória enfatizam aspectos da atuação da candidata no Movimento Estudantil, e dos cargos políticos que ela ocupou ou disputou em eleições anteriores. Nesse eixo a *Folha* representa Manuela como uma mulher forte, e com experiência política. Tal ideia é ancorada na trajetória precoce dela em campanhas eleitorais, uma líder estudantil e figura pública pertencente ao campo ideológico de esquerda. Em relação à candidata Sonia Guajajara os quatro (04) textos que se referem à sua *trajetória* trazem relembrações a descendência e liderança indígena da candidata. Nesses textos ela é citada como “líder indígena” em matérias que tem foco principal a temática indígena nas eleições. Ou seja, ela é citada como candidata à vice-presidente por ser uma candidata indígena.

De modo geral, esta síntese das representações do conjunto das cinco candidatas dentro do eixo *Atuação e trajetória pessoal, profissional e política* nos conduz a refletir sobre como o capital político é composto de diversas formas. E tal capital, que vai sendo acumulado através da atuação e das relações na trajetória de uma pessoa, é retroalimentado pela visibilidade midiática. Vimos que as candidatas com mandato ou que já atuam na política ganham relevância tanto no campo político quanto midiático, que reproduz as projeções dos grandes partidos e invisibiliza outras candidatas de partidos pequenos. Ao realizar esta prática, o jornalismo não contribui para estimular a participação de mais mulheres na política, o que poderia ajudar a construir novas representações sobre elas, seu trabalho político e sua atuação nos espaços de poder.

No eixo *Associação com temas, atores e acontecimentos específicos* observamos uma desproporção na cobertura considerando o conjunto de matérias associadas a cada candidata nesta temática. Isso porque enquanto as candidatas Manuela D'Ávila e Ana Amélia tiveram 13 e 12 matérias, respectivamente, Kátia Abreu teve apenas quatro (04) e Sonia uma (01). No caso de Manuela D'Ávila ela é representada como uma defensora e apoiadora do ex-presidente Lula em praticamente toda a cobertura, mesmo após a homologação da chapa Fernando Haddad e

Manuela D'Ávila, no dia 11 de setembro, quando já estava consolidado que Lula não disputaria a eleição por ter sido condenado e preso. Já no caso de Ana Amélia percebeu-se a ênfase em retratá-la não apenas como uma política de direita e ligada ao agronegócio, como também a única candidata capaz de deter o avanço de Jair Bolsonaro no sul do país. Ela é vista como apoiadora de agenda semelhante à defendida por adeptos da candidatura de Bolsonaro, uma espécie de atrativo para disputar contra ele o apoio de segmentos conservadores. Em relação à Kátia Abreu identificamos a vinculação do nome dela a ocorrências relativas à corrupção, tema ao qual é vinculada por ter sido mencionada por pessoas investigadas, em função do cargo que exercia no governo Dilma Rousseff. Já no caso de Sonia Guajajara o único texto incluído refere-se a uma entrevista na qual o candidato da chapa, Guilherme Boulos cita Sonia como um contrapeso forte entre as demais vices candidatas, por ser indígena, o que nos remete a uma representação indígena de Guajajara associada à causa ambiental. No entanto, de modo geral, a identidade e o ativismo indígena da candidata passaram à margem da cobertura da *Folha*.

As representações que emergem da análise dos conjuntos das candidatas a partir do eixo *Associação com temas, acontecimentos e atores*, nos mostra como os relatos jornalísticos podem dificultar o protagonismo das mulheres. Normalmente, pelo que vimos, elas são associadas a homens políticos, e praticamente não têm voz para se expressar sobre temas coletivos relevantes, mesmo aqueles temas que acompanham a sua trajetória pessoal, profissional e política. Assim, o discurso jornalístico reforça a esfera política como um meio predominante masculino, em presença e em possibilidade de se expressar no debate público sobre acontecimentos e temas que interessam à coletividade.

No eixo *Posicionamento sobre plano de governo e/ou temas polêmicos* o número de matérias elencadas de cada candidata foi mais equilibrado. Nas quatro (04) unidades analisadas de Kátia Abreu, observamos que a candidata quando mencionada em temas de interesse coletivo, considerados polêmicos (aborto, porte de armas, mudança em direitos trabalhistas), as representações são as de uma figura política defensora de uma agenda conservadora em termos econômico e comportamentais e contrária a agendas tidas como progressistas (direitos trabalhistas, descriminalização do aborto nos casos previstos em lei). No caso de Ana Amélia, as três (03) matérias analisadas trouxeram à tona a representação de uma candidata bem preparada, com respeito e credibilidade, ancorada no perfil de uma política de direita, porta-voz do agronegócio, com posições conservadoras sobre temas controversos na sociedade, a exemplo do aborto e da corrupção. Essas ideias aparecem nas matérias em que a candidata tem a oportunidade de manifestar seus posicionamentos conservadores.

Nas duas (02) matérias elencadas nesse eixo, a candidata Manuela D'Ávila é representada como a interlocutora da chapa – tanto por eventos em que ela representou Lula e Haddad nos compromissos de campanha, quanto por situações em que ela se manifestou publicamente sobre questões de plano de governo. Já no caso da candidata Sonia, a questão indígena também está presente em uma (01) unidade de texto em que a representação indígena de Guajajara foi mais explicitamente relacionada à sua própria trajetória pessoal-política. Nela, a candidata é representada como uma importante liderança indígena no contexto da campanha presidencial. Porém, ela não tem voz própria no texto para falar sobre o tema e sobre o programa de governo. Ou seja, sua presença na disputa eleitoral fez lembrar a importância da temática dos povos indígenas em um programa de governo, mas a temática mesmo não foi tratada, e muito menos aprofundada.

Olhando para o conjunto das cinco candidatas no eixo *Posicionamento sobre plano de governo e/ou temas polêmicos*, concluímos que a *Folha* em nenhum momento buscou o aprofundamento do debate de assuntos coletivos importantes a partir dos posicionamentos das candidatas. Temas controversos na sociedade, como o aborto, ou a questão indígena, por exemplo, foram abordados de forma superficial. Já as questões ligadas ao crescimento e fortalecimento do agronegócio foram reforçadas nas falas das candidatas que já ocupavam um cargo eletivo. Com isso, o jornalismo não apenas deixa de dar voz às mulheres sobre temas que afetam e impactam profundamente na vida de outras mulheres, como também perde a oportunidade de pautar o debate político sem constranger a ação de outros grupos sociais e indivíduos que querem participar do debate público. Além disso, acaba priorizando assuntos que interessam a grupos econômico-políticos já poderosos, como o agronegócio, e não necessariamente ao interesse público e coletivo, conforme papel atribuído ao jornalismo historicamente.

Por último, sintetizamos o conjunto das representações das candidatas quando analisadas as matérias do eixo *Questões de Gênero*, ou seja, quando a *Folha de S. Paulo* as mencionou ao abordar assuntos da campanha relacionados explicitamente às mulheres e/ou à atuação na política. Foram elencadas três (03) unidades de texto para as candidatas Ana Amélia, Manuela D'Ávila e Kátia Abreu. Nenhum texto referiu-se à candidata Sonia Guajajara acerca dessa temática. A ausência de textos na cobertura da *Folha* tratando explicitamente da temática não significa que a problemática de gênero não tenha atravessado o tratamento dado à Guajajara. Nesse caso específico, observamos como ocorreu o apagamento de uma mulher candidata que é também uma das maiores lideranças indígenas na atualidade. O capital social

dela, construído a partir da atuação como professora em comunidades indígenas, e na coordenação de organizações indígenas não foram consideradas pela *Folha* como atividades desempenhadas profissionalmente pela candidata, ao contrário das atividades profissionais associadas aos homens candidatos.

Ainda que tenha sido vítima de notícias falsas e de agressões verbais em comícios políticos e através das redes sociais, a candidata Manuela D'Ávila foi representada pelo jornal como uma mulher que não se deixou intimidar diante de ataques e mentiras. Já em relação à candidata Kátia Abreu, as representações que emergem das matérias com ênfase na questão de gênero a retrataram como uma figura pública que sofre assédio, ameaça e preconceito pelo fato de ser mulher. Emerge também a imagem de uma mulher que sabe lidar com a malícia dos homens, por ter fama de mulher brava – como ela mesma se define – e por ser veterana na política.

Na *Folha*, a representação construída sobre a candidata Ana Amélia foi de uma mulher que se diferenciava das demais candidatas por ter determinadas características, como querida, de estilo aguerrido e com posicionamentos firmes - o que poderia atrair votos do eleitorado feminino para a chapa de Alckmin. Como vimos, essas distinções feitas pelo jornal sobre algumas candidatas, mostra as interseções que o gênero estabelece com modalidades raciais, de classe, regionais e de identidades discursivamente constituídas (BUTLER, 2003). E sobre como determinados comportamentos e papéis atribuídos ao feminino são acionados e reproduzidos – não questionados - pelo jornalismo praticado em uma mídia como a *Folha de S. Paulo*.

Portanto, o conjunto das representações das cinco candidatas no eixo *Questões de Gênero*, nos leva a refletir que tampouco quando aborda assuntos que remetem explicitamente a desigualdades de gênero e temas correlacionados, a cobertura da *Folha* não ecoou a novidade de uma eleição onde havia a presença de cinco mulheres na chapa presidencial, algo inédito na história política brasileira. Nem em termos de uma maior visibilidade e destaque para as candidatas, nem para mostrar o crescimento e a potencialidade dessa participação da mulher na política, especialmente nas disputas eleitorais. Ao contrário, em diversos momentos observamos que a *Folha* reproduziu estereótipos do que é ser mulher na política, ao nomear qualidades e atributos pessoais a determinadas candidatas, invisibilizar e ocultar a trajetória política de outras ou o que pensam sobre os assuntos que preocupam a população.

Finalizamos esse percurso da pesquisa, com um olhar mais apurado sobre a cobertura jornalística nas eleições de modo geral, e também mais crítico em relação ao tratamento destinado às mulheres na política e das representações que emergem dos relatos jornalísticos.

Algo importante de ser observado não somente nos períodos de cobertura eleitoral, mas no cotidiano das práticas sociais e da cobertura dos acontecimentos, pois toda ação é também um fato político, e as diferenciações entre gênero, ainda que implícitas, constituem as relações de poder.

Nossa pesquisa de Mestrado, que buscou verificar se a presença de mais mulheres como candidatas a vice-presidentes da República na chapa majoritária poderia resultar em uma cobertura jornalística que estimulasse novas representações sobre elas e sua atuação conclui que essa novidade política e histórica não impactou no jornalismo praticado pela *Folha de S. Paulo* nas eleições de 2018. O fato novo, de mais mulheres na chapa majoritária para a presidência, não se refletiu em um tratamento jornalístico diferenciado e propositor de novas representações sobre as mulheres e sobre o seu trabalho político. A *Folha* tratou a participação delas com superficialidade, sem estimular a produção de outras possibilidades de os eleitores e eleitoras observarem e interpretarem a participação da mulher em espaços de poder político. De modo geral, o jornal limitou-se a reforçar alguns estereótipos de gênero e a representar a política como uma esfera predominantemente masculina.

Entendemos que as representações construídas ou compartilhadas pela mídia, incidem e impactam sobre a ideia que eleitores poderão ter sobre as candidatas e os candidatos, bem como sobre os seus posicionamentos e sua capacidade para atuar nos cargos aos quais estão disputando. Apesar dos pesares, não descemos do papel da mídia em mudanças que permitam uma sociedade mais justa e igualitária para todos os atores, bem como uma mídia mais comprometida com interesses coletivos e grupos sociais historicamente excluídos, como é o caso das mulheres. Pois, como vimos em Moscovici (2009) a representação que temos de algo não reflete nossa maneira de pensar, mas ao contrário, significa que nossa maneira de pensar e o que pensamos, depende das representações que temos ou não de determinado objeto ou pessoa.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Ana Amélia se despede do Senado pedindo estabilidade jurídica no país. Brasília, 31 jan. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/12/20/ana-amelia-se-despede-do-senado-pedindo-estabilidade-juridica-no-pais>. Acesso em: set. 2020.

ALMEIDA, Simone Patrocínio. **A Mídia na Construção da Representação Social da pessoa pública feminina no Espírito Santo – Rita Camata (1988-2000)**. Vitória, 2013. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Espírito Santo. 2013.

AMAZÔNIA NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES. A voz ancestral de Sônia Guajajara. **Carta Capital**, [S.l.], 17 jul. 2018. Disponível em: <https://amazonia.org.br/2018/07/a-voz-ancestral-de-sonia-guajajara/>. Acesso em: maio 2020.

ANA AMÉLIA. Ana Amélia é escolhida entre melhores senadores no prêmio Congresso em Foco, [S.l.], 14 ago. 2018. Disponível em: http://www.anaameliemos.com.br/noticias/ana_amelia_e_escolhida_entre_os_melhores_senadores_no_premio. Acesso em: set. 2020.

ANTUNES, Elton; LARA, Eliziane. “A própria mãe”: jogos de luz e sombra em um caso de cobertura jornalística de violência contra crianças. **Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo, vol. 10 n.27 p. 183-209 mar. 2013.

Atos de mulheres contra Bolsonaro reúnem milhares em mais de 30 cidades. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília 29 set. 2018. Eleições 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/atos-de-mulheres-contrabolsonaro-reunem-milhares-em-mais-de-30-cidades.shtml?cmpid=assmob&origin=folha/>. Acesso em: abr. 2020.

BALLOUSSIER, V. Anna. Em rotina de assédio e preconceito, candidatas recebem ameaças e nudes. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 set. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/em-rotina-de-assedio-e-preconceito-candidatas-recebem-ameacas-e-nudes.shtml>. Acesso em: dez. 2019.

BALLOUSSIER, V. Anna. Falta a setores da esquerda a humildade de pisar no barro, fica a dica', diz Boulos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 ago. 2019. Eleições 2018. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/falta-a-setores-da-esquerda-a-humildade-de-pisar-no-barro-fica-a-dica-diz-boulos.shtml>. Acesso: maio. 2020.

BALLOUSSIER, V. Anna. Nova Marina, indígena Sonia Guajajara é cotada como vice de Boulos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 fev. 2018. Eleições 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/nova-marina-indigena-sonia-guajajara-e-cotada-como-vice-de-boulos.shtml>. Acesso em: maio 2020.

BIACHI, Mariangela Monfardini. **O feminino nas eleições de 2010: o discurso de Veja e Istoé sobre as mulheres candidatas**. 2013. Dissertação (Mestrado Jornalismo e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação e Comunicação), Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2013.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Biografia Dilma Rousseff, [S.l.: s.d.]. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/biografia>. Acesso em: out. 2020.

BILENKY, Thais. Alckmin investe no voto das mulheres e adere ao vocabulário das feministas. **Folha de S. Paulo**, Pelotas, Caxias do Sul e Porto Alegre, 1 set. 2018. Eleições 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/alckmin-investe-no-voto-das-mulheres-e-adere-ao-vocabulario-das-feministas.shtml>. Acesso em: set.2020.

BILENKY, Thais. Com vice ligada ao agronegócio, Alckmin amplia defesa de pleitos ruralistas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 ago. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/com-vice-ligada-ao-agronegocio-alckmin-amplia-defesa-de-pleitos-ruralistas.shtml>. Acesso em: set. 2020.

BIROLI, Flávia. Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 90, n. 1, p.54-69, set. 2010.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017.

BIROLI, Flávia. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **Opinião Pública**, v. 15, n. 1, p. 55-81, 2009.

BIROLI, Flávia. Cotas para mulheres: mais recursos e menos laranjas. **UOL**, 29 de set. 2020, Observatório das Eleições. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/observatorio-das-eleicoes/2020/09/29/cotas-para-mulheres-mais-recursos-e-menos-laranjas.htm>. Acesso em: out. 2020.

BOLDRINI, Angela. Paulo Rabello desiste e será vice na chapa de Álvaro Dias ao Planalto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 ago. 2019. Eleições 2018. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/paulo-rabello-desiste-e-sera-vice-na-chapa-de-alvaro-dias-ao-planalto.shtml>. Acesso em: maio de 2020.

BOUERI, G. Aline. Pioneira no mundo em adotar cotas femininas para o Congresso, Argentina terá eleições com paridade de gênero daqui um mês. **Gênero e Número**, 11 de jul. 2019. Disponível em: <http://www.generonumero.media/paridade-genero-cotas-argentina/>. Acesso em: out. 2020.

Agência Câmara de Notícias. Bolsonaro é o 38º presidente do Brasil, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/550393-bolsonaro-e-o-38o-presidente-do-brasil/>. Acesso em: abr. 2020.

BRAGON, R.; CARVALHO, D. TSE reduz transparência sobre bens de candidatos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 ago. 2019. Eleições 2018. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/tse-reduz-transparencia-sobre-bens-de-candidatos.shtml>. Acesso em: 10 out. 2020.

BRANDALISE, Camila. Manuela d'Ávila: "Única pauta que tinham para mim era de musa do Congresso". **Universa UOL**, [S.l.], 11 out. 2019. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/10/11/manuela-davila-unica-pauta-que-tinham-para-mim-era-de-musa-do-congresso.htm>. Acesso em:

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. Arco Norte, Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/gestao-estrategica/portal-da-estrategia>. Acesso em: dez. 2019.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado s/nº, 2015. Regulamenta o art. 79, parágrafo único, da Constituição Federal, para dispor sobre as competências e atribuições do Vice-Presidente da República. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=579949&ts=1548945201395&disposition=inline>. Acesso em: abr. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei Complementar s/nº, de 2017**. Regulamenta o parágrafo único do art. 79 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências e atribuições do Vice-Presidente da República. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=6E1E7B7900173063793563DAB6BD25C0.proposicoesWebExterno2?codteor=1536838&filename=PLP+349/2017. Acesso em: abr. 2020.

BRUNO, M. Martha. Mulheres são 40% das deputadas na Argentina com volta de Kirchner. **Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil**, 15 de nov. 2019. Disponível em: <https://ctb.org.br/noticias/internacional/mulheres-sao-40-das-deputadas-na-argentina-com-volta-de-kirchner/>. Acesso em: out. 2020.

BURIGO, Joana; MACHADO, P. R. #Elenão deixou de ser uma simples hashtag: é um movimento feminista e político que pode mudar o Brasil. **The Intercept Brasil**, *s.l.*, 28 set. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/09/28/elenao-movimento-feminista-politico/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990 (tradução 2003).

BUTLER, Judith. Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil. **Folha de S. Paulo**. Tradução Clara Allain. 19 de nov. 2017, [S.l.]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>. Acesso em: 24 mar. 2020.

CAGLIARI, A.; CUNHA, J. PF indícia Abílio Diniz por suspeita de organização criminosa e estelionato. **Folha de S. Paulo**, Brasília e São Paulo, 15 out. 2018. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/10/pf-indicia-abilio-diniz-por-organizacao-criminosa-e-estelionato-na-operacao-trapaca.shtml>. Acesso em: dez. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Deputada Manuela D'Ávila**, Brasília, *s.d.* Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/141492/biografia>. Acesso em: jul. 2020.

CANDIDATA SUELENE BALDUÍNO. Cabo Daciolo, [S.l.], 7 set. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zFuYfyvbFUI>. Acesso em: 10 out 2020.

CANDIDATA SUELENE BALDUÍNO. Cabo Daciolo, [S.l.], 7 set. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=tbhs0OtsIMU>. Acesso em: 10 out. 2020.

CONGRESSO EM FOCO. Quem Somos Congresso em Foco, *s.l. s.i.* Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/quem-somos/>. Acesso em: jul. 2020.

CALGARO, F.; D'AGOSTINO, R.; FRANCESCHINI, M. PDT anuncia senadora Kátia Abreu como candidata a vice na chapa de Ciro Gomes. **G1 e TV Globo**, Brasília, 5 ago. 2018. Disponível: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/05/katia-abreu-sera-vice-na-chapa-de-ciro-gomes-diz-presidente-do-pdt.ghtml>. Acesso em: nov. 2019.

CAMARGOS, Daniel. Ao completar 2 anos de mandato, Temer comemora recuperação econômica. **Folha de S. Paulo**, 12 de maio 2018, São Paulo. Desemprego. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/ao-completar-2-anos-de-mandato-temer-comemora-recuperacao-economica.shtml>. Acesso em: nov. 2020.

CAMPANHA DE MULHER. SONIA GUAJAJARA, Mini Bio, [S.l.: s.d.]. Disponível em: <https://campanhademulher.org/sonia-guajajara/>. Acesso em maio 2020.

CARVALHO, D.; FERNANDES, T. Ana Amélia aceita ser vice de Alckmin, mas condiciona apoio a acertos no RS. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 2 ago. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/ana-amelia-aceita-ser-vice-de-alckmin-na-disputa-pelo-planalto-dizem-aliados.shtml>. Acesso em: set. 2020.

COIMBRA, Mayra Regina. A disputa de sentidos sobre a imagem de Dilma Rousseff: as estratégias de construção da imagem da ex-presidente versus o enquadramento noticioso da Folha de S. Paulo no período do impeachment. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Juiz, Juiz de Fora, 2018.

CORRÊA, Laura Guimarães; SILVEIRA, Fabrício. Representação. In: FRANÇA, Vera V.; MARTINS, Bruno G.; MENDES, André M. (Org.). **Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS): trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - PPGCom - UFMG, 2014. p. 208-215.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima; SILVA, Janine Gomes da; BRISTOT, Lídia Schneider (Org.). **Histórias de gênero**. São Paulo: Verona, 2017. Disponível em: <http://www.legh.cfh.ufsc.br/quemsomos/>. Acesso em: 24 mar. 2020.

ESPECIAL ELEIÇÕES GAZETA DO POVO. Professora Suelene Balduino, [S.l.: s.d.]. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/candidatos/vice-presidente/professora-suelene-balduino/>. Acesso em 10 out. 2020.

FARIA, Flávia. Redução de partidos é efeito incerto com nova lei eleitoral. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 set. 2019. Eleições 2018. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/reducao-de-partidos-e-efeito-incerto-com-nova-lei-eleitoral.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2019.

FLECK, I.; URIBE, G. Após mudanças políticas, Kátia Abreu enfrenta desdém dos ruralistas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo e Brasília, 30 ago. 2018, Eleições 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/apos-mudancas-politicas-katia-abreu-enfrenta-desdem-dos-ruralistas.shtml>. Acesso em: dez. 2019.

FOLHA DE S. PAULO, site. Poste em 2012, Haddad volta à disputa eleitoral sob sombra de padrinho, São Paulo, 12 set. 2018. Eleições 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/poste-em-2012-haddad-volta-a-disputa-eleitoral-sob-sombra-de-padrinho.shtml>. Acesso em: ago. 2020.

FOLHA DE S. PAULO, site. Saída pela Direita, [S./], 6 ago. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/08/saida-pela-direita.shtml>. Acesso em: set. 2020.

FOLHA DE S. PAULO, site. Band faz primeiro debate com candidatos ao Planalto nesta quinta. São Paulo, 9 ago. 2018. Eleições 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/band-faz-primeiro-debate-com-candidatos-ao-planalto-nesta-quinta.shtml>. Acesso em: ago. 2020.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Representações, comunicações e práticas comunicativas. In: PEREIRA, M.; GOMES, R.C.; FIGUEIREDO, V.L.F. (Orgs.). **Comunicação, Representação e Práticas sociais**. Rio de Janeiro, PUC, p.13-26, 2004.

FRANCO, B. Bernardo. Cabo Daciolo, o pasto presidenciável que é fenômeno na internet e promete expulsar o demônio do planalto. **Época**, São Paulo, 26 jun. 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/politica/noticia/2018/06/cabo-daciolo-o-pastor-presidenciavel-que-e-fenomeno-na-internet-e-promete-expulsar-o-demonio-do-planalto.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

FUNDAÇÃO SURVIVAL. Indígena brasileira lidera protesto em Paris contra megabarragens na Amazônia, *s.l.*, 14 maio 2014. Disponível em: survivalbrasil.org/ultimas-noticias/10066. Acesso: maio 2020.

GUERREIRO, G.; MATAIS, A. Manuela, musa da nova legislatura, vence eleição simulada da Câmara. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 24 jan. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u88914.shtml>. Acesso em: jul. 2020.

GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera. Experimentando as narrativas do cotidiano. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (org.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Ed. Autêntica, 2006, Belo Horizonte, pp.89-101.

G1 / FRANCE PRESS, site. Senadora Kátia Abreu ganha 'motosserra de ouro' em Cancún, [S./], 8 dez. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/12/senadora-katia-abreu-ganha-motosserra-de-ouro-em-cancun.html>. Acesso em: maio 2020.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. PUC Rio: Apicuri, 2016. 260 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, População do Brasil. [S.l.], 15 out. 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php Acesso em: 15 out. 2020.

INTELIGOV, Monitoramento e inteligência de governo. **Monitoramento Inteligov**, 2020. Disponível em: <https://inteligov.com.br/>. Acesso em: abr. 2020.

INSTITUTO VERIFICADOR DE COMUNICAÇÃO, site. AUDITORIAS, 2020. Disponível em: <https://ivcbrasil.org.br/#/auditorias>. Acesso em: abr. 2020.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Ed.). **As representações sociais** (pp. 17-44). Rio de Janeiro: UERJ, 2001

LANDIN, Raquel. Polêmicas da campanha eleitoral envolveram 13º salário, nome no SPC e indulto a Lula. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 out. 2018, Eleições 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/polemicas-da-campanha-eleitoral-envolveram-13o-salario-nome-no-spc-e-indulto-a-lula.shtml>. Acesso em: dez. 2019.

LOURENÇO, Iolando. Indígenas ocupam plenário da Câmara. **Agência Brasil**, [s.l.], 16 abr. 2013. Disponível: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/politica/2013/04/indios-invadem-plenario-da-camara>. Acesso em: maio 2020

LARANJEIRA, Guilherme. O papel dos vice-presidentes na América Latina. **Revista Ópera**, 26 jul. 2019. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2019/07/26/o-papel-dos-vice-presidentes-na-america-latina/>. Acesso em: abr. 2020.

LIMA, Laura Antônio. **A construção das imagens públicas de Dilma Rousseff e Michel Temer durante o impeachment de 2016**. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Minas Gerais, Juiz de Fora, 2018.

LIMA, Antônio Laura e SIMÕES Guimarães, Paula. **A construção da imagem pública de Dilma Rousseff durante o impeachment: uma análise preliminar**. Paper apresentado no 41º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, 2017.

LIMONGI, F.; OLIVEIRA, S. J.; SCHMITT, T. S. Sufrágio Universal, mas...só para os homens. O voto feminino no Brasil. **SCIELO**. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v27n70/0104-4478-rsocp-27-70-e003.pdf>. Acesso em: 21 de out.2020.

MATOS, Carolina. **Jornalismo e política democrática no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2008.

MARTINS, Thamiris Franco. **A construção da imagem de Dilma Rousseff (PT) na esfera midiática: dissonâncias e convergências narrativas entre a presidente e a candidata à reeleição**. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

Mauro Carlesse é eleito governador do Tocantins para o mandato-tampão. **G1**, Tocantins, 26 jun. 2018. Eleição Suplementar. Disponível: <https://g1.globo.com/to/tocantins/eleicao-suplementar/2018/noticia/mauro-carlesse-e-eleito-governador-do-tocantins-para-o-mandato-tampao.ghtml>. Acesso em: dez. 2019.

MELO, Karine. Kátia Abreu é confirmada vice na chapa de Ciro Gomes. **Agência Brasil**, Brasília, 06 ago. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-08/pdt-confirma-katia-abreu-como-vice-de-ciro-gomes>. Acesso em: nov. 2019.

MENDES, André Melo; DORNELAS, Raquel. De qual muçulmano estamos falando? Ancoragem e objetivação na representação do islamita pela revista IstoÉ. **Intexto**, [S.], n. 44, p.28-56, 1 jan. 2019. Faculdade de Biblioteconomia Comunicação. <http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583201944.28-56>.

MIERES, P.; PAMPÍN, E. A trajetória dos vice-presidentes nos regimes presidenciais da América. **Dialnet**, La Revista de estudios políticos, 2015. pp. 99-132. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5026331>. Acesso em: abr. 2020

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **Revista Opinião Pública**, vol. 15, nº 1, 2009.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**, São Paulo: Boitempo, 1ª ed. vol. 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Gênero e política no jornalismo brasileiro. **Revista FAMECOS**, 2008, p, 24-39. Disponível em: [https://doi.org/10.15448/1980-3729.2008.36.4412\(2008\)](https://doi.org/10.15448/1980-3729.2008.36.4412(2008)).

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOTA, Fernanda Ferreira. **Entre agenda eleitoral e imagem pública: a condição feminina nas eleições presidenciais de 2010**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

NUNES, Bárbara Rodrigues. **A imagem de Dilma Rousseff: a construção do estereótipo feminino na crise política**. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

OBSERVATÓRIO DE GÊNERO. Direito ao voto feminino, que completa hoje 80 anos, resultou de um longo processo de mobilização, [S.], 24 fev. 2012. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/direito-ao-voto-feminino-que-completa-hoje-80-anos-resultou-de-um-longo-processo-de-mobilizacao/>. Acesso em: 20 out. 2018.

ODILA, Fernanda. 5 anos depois, o que aconteceu com as reivindicações dos protestos que pararam o Brasil em junho de 2013? **BBC News**, 9 de jun. 2018, Londres. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44353703>. Acesso em nov. 2020.

OLIVEIRA, Marcelo. Chile não tem vice, e 'número 2' é primo do presidente Piñera. **Veja**, 26 out. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/10/26/chile-nao-tem-vice-e-se-pinera-cair-assume-chadwick-ministro-do-interior.htm>. Acesso em: abr. 2020.

OLIVEIRA, Regiane. Ana Amélia: “Petistas me chamam de golpista e bolsonaristas, de traidora”. *El País*, São Paulo, 6 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/04/politica/1538680346_952354.html. Acesso em: set.2020.

ONU MULHERES. Estudo conduzido pelo PNUD e pela ONU Mulheres sobre direitos políticos das mulheres coloca o Brasil em 9º lugar entre 11 países da América Latina, *s.l.*, 24 set. 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/estudo-conduzido-pelo-pnud-e-pela-onu-mulheres-sobre-direitos-politicos-das-mulheres-coloca-o-brasil-em-9o-lugar-entre-11-paises-da-america-latina/>. Acesso em: out. 2020.

ORSATO, Andréia. **Como mulher e deputada: a presença feminina na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1951-2011)**. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013.

PEDRO, J. M; PEREIRA, S. M; VENSON, M. A. In: **Para além das áreas de conhecimento definidas: relações de gênero e interdisciplinaridade. Histórias de gênero**. São Paulo: Verona, 2017. Disponível em: <http://www.leg.h.cfh.ufsc.br/quemsomos/>. Acesso em: 24 mar. 2020.

PEREIRA, Giulia. Há 100 anos, sufragistas americanas conquistavam direito ao voto feminino. **CNN**, São Paulo, 18 ago. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/08/18/ha-100-anos-sufragistas-americanas-conquistavam-direito-ao-voto-feminino>. Acesso em: out. 2020.

PINHERO, M. R.; BURIGO, J. #Elenão deixou de ser uma simples hashtag: é um movimento feminista e político que pode mudar o Brasil. **The Intercept Brasil**, [S.l.], 28 set. 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/09/28/elenao-movimento-feminista-politico/>. Acesso em: 20 jul. 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**, Curitiba. Vol. 18, n. 36, p. 15-23. jun. 2010.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher?. In: ALGRANTI, Leila Mezan. (org.) **Textos Didáticos, nº 48 – A prática feminista e o conceito de gênero**, Campinas-SP, IFCH/UNICAMP, novembro de 2002, pp.7-42.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. **Diferenças, igualdade**. São Paulo, Berlendis & Vertecchia, 2019, p. 116-148.

PITOMBO, P. João. Indígenas se organizam e lançam 130 candidaturas em 24 estados. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 set. 2019. Eleições 2018. Disponível:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/indigenas-se-organizam-e-lancam-130-candidaturas-em-24-estados.shtml>. Acesso em: maio. 2020.

PITOMBO, P. J.; URIBE, G. Projeto de transposição de rio opõe Ciro e sua vice, Kátia Abreu. **Folha de S. Paulo**, Salvador e Brasília, 10 set. 2018, Eleições 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/projeto-de-transposicao-de-rio-opoe-ciro-e-sua-vice-katia-abreu.shtml>. Acesso em: dez. 2019.

POLITIZE!, site. A conquista do direito ao voto feminino, [S.l.], 18 ago. 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/>. Acesso em: out. 2020.

PRESTES, Monica. Morte de líder indígena foi por afogamento, diz perícia; caso é lembrado em prêmio no Rio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 ago. 2019. Eleições 2018. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/morte-de-lider-indigena-foi-por-afogamento-diz-pericia-caso-e-lembrado-em-premio-no-rio.shtml>. Acesso em: maio 2020.

RABENHORST, R. E.; DO AMARAL CAMARGO, P. R. (Re) apresentar: contribuições das teorias feministas à noção da representação. **Estudos Feministas**. Vol. 21, n.3 p. 981-1000, 2013.

ROSSI, A.; CARNEIRO, D. J.; GRAGNANI, J. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. **BBC News Brasil**, São Paulo, Rio de Janeiro, Londres, 30 set. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: abr. 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011

SENADO FEDERAL, site. Atividade Legislativa, [S.l.: s.d]. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_79_.asp. Acesso em: abr. 2020.

SENADORA KÁTIA ABREU. **Biografia**, [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <https://senadorakatiaabreu.com.br/biografia/>. Acesso em: nov. 2019.

SEVERO, W. Leonardo. Bolívia em festa: mulheres batem recorde no parlamento com "paridade e alternância". **Carta Maior**, [S.l.], 26 out. 2020. Pelo Mundo. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Bolivia-em-festa-mulheres-batem-recorde-no-parlamento-com-paridade-e-alternancia-/6/49121>. Acesso em: out. 2020.

SILVA, Márcia Veiga. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. 2010. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação Comunicação Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVA, Terezinha; FRANÇA, Vera. Jornalismo, noticiabilidade e valores sociais. **E-Compós**, Brasília, V. 20, N.3, set-dez de 2017. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/1398/948>. Acesso em: 27 set. 2019.

SOUZA, Cibele Silva. A personalização da política e processos da construção da imagem: estratégias de Dilma Rousseff e Aécio Neves nas Eleições 2014 e Impeachment 2016. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2018.

SOUZA, Wornei Almeida de. **A República e a História dos Presidentes do Brasil**. Discovery Publicações, 2017.

RÁDIO JORNAL. Sou contra os extremos, a esquerda e a direita, diz vice de Alckmin, [S.l.], 7 ago. 2018. Disponível em: <https://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2018/08/07/sou-contra-os-extremos-a-esquerda-e-a-direita-diz-vice-de-alckmin-60053>. Acesso em: set. 2020.

RESENDE, M. Sarah. Sonia Guajajara, vice de Boulos, usa nome indígena com amparo da legislação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 ago. 2018. Eleições 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/sonia-guajajara-vice-de-boulos-usa-nome-indigena-com-amparo-da-legislacao.shtml>. Acesso em: maio 2020.

SEABRA, Kátia. Haddad continua 'banho de PT' com visitas a fábricas do ABC. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 set. 2018. Eleições 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/lula-e-13-diz-haddad-para-herdar-votos-do-ex-presidente.shtml>. Acesso em: ago. 2020.

SENADO FEDERAL. Senadora Ana Amélia, Brasília, [S.l.]. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/4988>. Acesso em: set. 2020.

SOARES, P. João. O voo de Sonia Guajajara. **Jornal Digital Amazônia Latitude**, 9 ago. 2018. Disponível em: <https://amazonialatitude.com/2019/08/09/o-voo-de-sonia-guajajara/>. Acesso em: maio 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Censo da democracia: Brasil tem 147,9 milhões de eleitores aptos a votar nas Eleições 2020, [S.l.], 5 ago. 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Agosto/brasil-tem-147-9-milhoes-de-eleitores-aptos-a-votar-nas-eleicoes-2020>. Acesso em: out. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil é comemorado nesta segunda (24), [S.l.], 24 fev. 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Fevereiro/dia-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil-e-comemorado-nesta-segunda-24-1>. Acesso em out. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Plenário do TSE proclama resultado definitivo do segundo turno da eleição presidencial, [S.l.], 9 de dez. 2014. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial>. Acesso em: out. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. TSE indefere pedido de registro de candidatura de Lula à Presidência da República. **Notícias TSE**, Brasília, 1 set. 2018. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Setembro/tse-indefere-pedido-de-registro-de-candidatura-de-lula-a-presidencia-da-republica>. Acesso em: ago. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Cota de 30% para mulheres nas eleições proporcionais deverá ser cumprida por cada partido em 2020, [S.l.], 8 mar. 2019. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020>. Acesso em: out. 2020.

URIBE, Gustavo. Ciro escolhe Kátia Abreu como candidata a vice. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 5 ago. 2018. Eleições 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/ciro-escolhe-katia-abreu-como-candidata-a-vice.shtml>. Acesso em: dez. 2019.

URIBE, Gustavo. Manuela é oficializada candidata com acenos a indecisos e mulheres. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 ago. 2018. Eleições 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/manuela-e-oficializada-candidata-com-acenos-a-indecisos-e-mulheres.shtml>. Acesso em: ago. 2020.

URIBE, Gustavo. Vice de Ciro defende facilitar porte de armas e se opõe a alterar lei do aborto. **Folha de S. Paulo**, 8 ago. 2018, Eleições 2018. Disponível: <https://www.folhape.com.br/politica/vice-de-ciro-defende-facilitar-porte-de-armas-e-se-opoe-a-alterar-lei/77288/>. Acesso em: dez. 2019.

VALENTE, Rubens. Presenciáveis vão da omissão a propostas genéricas sobre indígenas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 set. 2019. Eleições 2018. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/presenciaveis-vao-da-omissao-a-propostas-genericas-sobre-indigenas.shtml>. Acesso em: maio 2020.

VEJA, site. Ana Amélia é aposta de Alckmin para eleitorado conservador e da Região Sul. [S.l.], 4 set. 2018, Eleições. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/ana-amelia-e-aposta-de-alckmin-para-eleitorado-conservador-e-da-regiao-sul/>. Acesso em: set. 2020.

VEJA, site. Em MP, Bolsonaro deixa Mourão sem atribuições no governo, 2 jan. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/maquiavel/em-mp-bolsonaro-deixa-mourao-sem-atribuicoes-no-governo/>. Acesso em: abr. 2020.

WILMERSDORF, Pedro. Deputada desabafa após viralização de foto em que amamenta filha durante debate: A política é machista. **Jornal EXTRA**, 28 jul. 2016, [S.l.]. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/deputada-desabafa-apos-viralizacao-de-foto-em-que-amamenta-filha-durante-debate-politica-machista-19804034.html>. Acesso em: jul. 2020.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Folha de S.Paulo, Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Folha_de_S.Paulo&oldid=59675954. Acesso em: 27 out. 2020.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. ANA AMÉLIA LEMOS. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ana_Am%C3%A9lia_Lemos&oldid=58089419. Acesso em: 21 abr. 2020

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Kátia Abreu, Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=K%C3%A1tia_Abreu&oldid=59536326. Acesso em: nov. 2019.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. DILMA ROUSSEFF, Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Dilma_Rousseff. Acesso em: out. 2020.

ANEXO

O material empírico utilizado como corpus de análise desta pesquisa, com os textos publicados pelo jornal *Folha de S.Paulo* e outras informações utilizadas para a produção dessa pesquisa sobre as representações das candidatas à vice-presidência da República nas eleições de 2018 está acessível no link:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1gO60kw5V9nRatESXohLQkGPwrQ-1o2-_RDxjKsxW-Qo/edit?usp=sharing